

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Revista do
**INSTITUTO
HISTÓRICO e
GEOGRÁFICO**

DO RIO GRANDE DO SUL

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

132

1998 - PORTO ALEGRE - RS - BRASIL

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Rua Riachuelo, 1317
90010-271 . Porto Alegre . Rio Grande do Sul . Brasil
Telefone (051) 224 37 60
Fax: (051) 224 37 60

DIRETORIA DO IHGRGS

Sérgio da Costa Franco
Presidente

Luís Alberto Cibils
1º Vice-Presidente

Earle Diniz Macarthy Moreira
2º Vice-Presidente

Coralio Bragança Pardo Cabeda
Tesoureiro-Geral

Raphael Copstein
Secretário-Geral

Paulo Jaurès Pedroso Xavier
Secretário

Ruy Ruben Ruschel
Responsável pela Biblioteca

Carlos de Souza Moraes
Orador

Conselho Fiscal

Gervásio Rodrigo Neves
Laudelino Teixeira de Medeiros
Moacyr Flores

Comissão de História

Earle Diniz Macarthy Moreira
Laudelino Teixeira de Medeiros
Paulo J.P. Xavier

Comissão de Admissão e Demissão

Laudelino Teixeira de Medeiros
Luís Alberto Cibils
Raphael Copstein

Comissão da Revista

Corálio Bragança Pardo Cabeda

Gervásio Rodrigo Neves
Raphael Copstein

Secretário Executivo

Miguel Duarte

MEMBROS EFETIVOS DO IHGRGS

Arno Alvarez Kern – Arthur Rabuske
– Braz Augusto Aquino Brancato –
Carlos de Souza Moraes – Coralio
Bragança Pardo Cabeda – Dante de
Laytano – Earle Diniz Macarthy Mo-
reira – Fernando O.M. O'Donnell –
Francisco Riopardense de Macedo –
Gervásio Rodrigo Neves – Helio Moro
Mariante

Laudelino Teixeira de Medeiros –
Lothar Francisco Hessel – Luís Alberto
Cibils – Miguel Frederico do Espírito
Santo – Moacyr Flores – Mozart Pe-
reira Soares – Paulo J.P. Xavier –
Raphael Copstein – Ruben Neis – Ruy
Rubem Ruschel – Sérgio da Costa Fran-
co – Telmo Lauro Müller – Véra Lúcia
Maciel Barroso

Fundado em 05.08.1920. Reconhecido de
utilidade pública pelo Decreto Federal
4373 de 24/11/1921; Decreto Estadual
16 565 de 15/04/1964; Decreto Muni-
cipal de Porto Alegre nº 2464 de 10/
12/1962

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio
Grande do Sul/ Instituto Histórico e Geográfico
RS. Vol 1, n. 1 (jan./mar. 1921) - Porto Alegre:
IHGRGS, 1921 –

Periodicidade irregular

1. História do Rio Grande do Sul. 2. Geografia do
Rio Grande do Sul. I Instituto Histórico e Geográfico
do Rio Grande do Sul

CDU 981.65
918.65

Claudia Zanenga de Medeiros CRB10/306



Xilogravura em madeira de fio. 42,5 x 30,0. 1981

Francisco Riopardense de Macedo

Velho sobrado da Rua Riachuelo, onde foi construído o prédio do IHGRGS

Vide: Luís Alberto Cibils. "A Sede do Instituto Histórico e Geográfico: origem da propriedade. Rev. IHGRGS (131) (N.E.)"

SUMÁRIO

ARTIGOS

O sistema prisional de Porto Alegre em 1830	
Sérgio da Costa Franco	9
Getúlio Vargas na Escola de Rio Pardo	
Laudelino T. Medeiros	13
A Noite do Bambu	
Coralio Bragança Pardo Cabeda	21
O trigo no Continente de São Pedro	
Raphael Copstein	29
Germanismo, nazismo, patriotismo.	
Lothar Hessel	93
Região do Camaquã: Fatos ocorridos no fim do Século XIX e início do Século XX	
Luís Alberto Cibils	103
As Fronteiras na Região Platina	
Moacyr Flores	115
Os assentamentos alemães em Torres, na correspondência de seu inspetor	
Ruy Ruben Ruschel	123
Alguns reparos feitos à historiografia missioneira, sobretudo à nova edição da "Relação Abreviada".	
P. Arthur Rabuske, S.J.	137

DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA

Fundo Apolinário Porto Alegre

Princípio da fundação da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão, 1827	159
Breve história da semente do linho cânhamo	

Fundo João Rodrigues Mena Barreto

Apontamentos. Revolução de 1923	199
---------------------------------------	-----

Fundo Visconde de São Leopoldo

Correspondência recebida	204
--------------------------------	-----

Acervo Geral

Quadro das propriedades territoriais no Rio Grande do Sul, 1797	212
---	-----

ÍNDICE DAS REVISTAS DO IHGRGS 121/131	225
--	------------

DOCUMENTAÇÃO ESTATÍSTICA MUNICIPAL	245
---	------------

NOTÍCIAS DO IHGRGS	257
---------------------------------	------------

O SISTEMA PRISIONAL DE PORTO ALEGRE EM 1830

Sérgio da Costa Franco

A lei que regulou, em 1828, os municípios e as câmaras municipais, deu a estas uma atribuição fiscalizadora de nítido caráter liberal e humanitário: a visita e inspeção anual às cadeias. Mesmo sendo estas submetidas a outras esferas de poder, inclusive ao poder militar, não escapariam ao olho investigador dos vereadores. Se tal fiscalização poderia, ou não, resultar em providências eficazes, não se pode ter certeza. De qualquer modo, delas decorreram alguns relatórios repassados de piedade, não só quanto ao péssimo estado dos cárceres, senão também quanto a hospitais e estabelecimentos de caridade, por igual submetidos à visita dos vereadores ou de seus delegados. Pois o artigo 56 da Lei de 1º/10/1828 preceituava:

“Em cada reunião, nomearão uma comissão de cidadãos probos, de cinco pelo menos, a que encarregarão a visita das prisões civis, militares, eclesiásticas, dos cárceres dos conventos dos Regulares, e de todos os estabelecimentos públicos de caridade, para informarem de seu estado e dos melhoramentos que precisam”.

A cópia do relatório de 16/jun./1830, firmado por Francisco Antônio Pinto de Carvalho, Padre Juliano de Faria Lobato, José Joaquim Machado de Oliveira, Manoel José Campos Porto e João da Silva Lisboa e Sá, pode ser visto no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, junto à correspondência da Câmara Municipal de Porto Alegre para o presidente da província. E é um documento significativo pela objetividade das descrições e pela sensibilidade crítica.

A Prisão Militar

Primeiro a ser visitado pela comissão de inspeção, esse estabelecimento ficava na atual Rua General Vitorino, anteriormente chamada de Rua da Alegria ou de Travessa da Prisão Militar.

“Uma antiga e arruinada casa, e em mau sítio, foi em 1814 transformada em Prisão, mediante algum pequeno e mesquinho conserto”. Com essa introdução ficou caracterizado o prédio, que constava de duas celas alongadas (de 13,20m x 3,96m), tendo entre elas um corredor central conduzindo ao alojamento da guarda (“acanhada varanda com uma ordem de tarimbas”, é como o descreve a comissão), com um cubículo anexo, teoricamente destinado a ser despensa. Atrás desse

primeiro corpo da casa, existia uma “pequena área descoberta”, onde se apinhavam os presos quando fora das enxovias, e, subindo-se três degraus, uma segunda construção, com “vários quartos de pequenos espaços, que servem de sala livre, cozinha, prisão dos oficiais inferiores e depósito de imundícia”, limitava pelos fundos a Prisão Militar. Ao todo: 26,40m de frente aos fundos, por 13,20m de largura, ou seja, 348,48m² de área total.

Nesse limitado espaço, segundo o relatório, já houvera ocasião de se abrigarem 150 presos! Na ocasião dessa visita de 1830, eram os reclusos “39 indivíduos militares, destes, onze na enxovia da direita, vinte e um na da esquerda, e os mais no quarto interior denominado sala livre, no corpo da guarda e em serviço da cozinha”.

A alimentação, preparada com “desleixo e falta de asseio”, distribuíam-se em duas refeições: uma ao meio-dia, de carne bovina, às vezes acompanhada de toucinho e verduras, e outra de arroz às 6 da tarde.

As celas só tinham, a título de aberturas, uma janela de grades à frente e uma porta de xadrez no lado oposto. Daí, uma escassa renovação de ar e reduzida claridade. E a comissão acrescentava:

“As suas paredes estão denegridas; o pavimento e tarimbas impregnadas de uma amálgama de lixo e terra que faz ser permanente a umidade e uma exalação pútrida e mefítica que ressumbra de muita distância; o assoalho esburacado e em algumas partes abatido e arruinado. A um canto de cada enxovia se acha a tina para os usos corporais, e bem perto desta, e de mistura com a imundícia e lixo que ali se deposita, a que recebe a água para beber-se. Por isso e pelo nenhum asseio que se vê em as demais pessoas daquela Prisão, se nota que são bem raras as vezes que ela se alimpa e policia, e que o desleixo, o desprezo e a inércia está ali de envolta com a desumanidade, para tornar aquela prisão um lugar de horror e desesperação”.

A multidão de infelizes que vivia naquela sordidez mostrava-se macilenta e enferma, e isso explicava que muitos morressem repentinamente. A comissão de inspeção destacou em especial dois casos que seriam merecedores de imediatas providências: o do Sargento Henrique Bermann (possivelmente Bergmann), do 28 de Caçadores, de mercenários alemães, sentenciado à prisão perpétua, e que, pela situação de extrema fraqueza, mal podia mover-se, muito menos arrastar a grossa corrente que lhe prendia o pé; e o do soldado Joaquim Delfino, do 6º Regimento de Cavalaria, com enorme aleijão em uma perna, mas recolhido havia dois anos sem qualquer espécie de julgamento.

A recomendação final da comissão inspetora foi a de que a Prisão Militar fosse abandonada, sendo seus desditosos ocupantes “mandados para outra qualquer casa que cause menos dano e ruína”.

A Presiganga

O barco-prisão, várias vezes referido em documentos coevos, e representado visualmente, em escala reduzida, na planta da cidade por L. P. Dias, foi também

visitado pelos inspetores da Câmara Municipal. Segundo o relatório, a Presiganga destinava-se a abrigar os presos aplicados em serviços públicos, em número de 29. A condição destes era favorecida por três refeições diárias (carne cozida com verduras, toucinho e arroz), além de receberem uma remuneração de 60 réis ao dia pelo trabalho nas obras públicas. Afora a escassa limpeza da embarcação, muito mal-ventilada através da escotilha, a Comissão apenas registrou, como objeto de censura, a dificuldade que havia em subir-se ao convés, mormente para os presos “encorrentados”.

A Prisão Civil

Os porto-alegrenses mais antigos, que não ignoraram a Rua Dois de Fevereiro, rasgada para a abertura da Avenida Salgado Filho, conheceram igualmente seu topônimo tradicional de Beco da Cadeia, que os cidadãos deste século não sabiam explicar, pois ali já não existia cadeia alguma desde os tempos da Revolução Farroupilha.

Mas, em 1830, no lado ímpar da rua, construída obliquamente em relação ao alinhamento (sinal certo de que antecederia o próprio planejamento da via pública), ali existia ainda a Prisão Civil.

O relatório a descreve do seguinte modo:

“O recinto da principal enxovia desta Prisão se compreende entre 40 palmos de comprimento e 26 de largura (N. do A.: 8,80m x 5,72m); tem duas janelas com grades de ferro na face da frente, e uma porta de grosso xadrez na que fica-lhe oposta, correspondendo com uma das janelas. Desde o meio daquela face até o da lateral da direita corre uma ordem de tarimbas para repouso, elevadas cinco palmos do pavimento, e que poderá abranger 12 pessoas, e nos pés das tarimbas estão postos a esmo pedaços de tábuas velhas, em que se deitam os que não cabem naquelas; o resto do pavimento é de lages, que forma (sic) o piso escabroso e frígido; e por ficar abaixo do nível do terreno da parte posterior da casa, e pela frequência das águas que ali se derramam, se conserva continuamente umedecido e asqueroso; há uma cavidade de dois palmos de diâmetro e dois de profundidade, próxima a uma das paredes da prisão, e feita sem dúvida para atrair a umidade e as águas lançadas no pavimento; mas, carecendo ela de esgoto ou cano interior para expedição das mesmas, ali se conservam estagnadas e em fermentação pútrida com o lixo que nela também se lança... Que germem de males e enfermidades se não sugere daí!!! É nesta lôbrega e hedionda morada que existiam indistintamente 35 presos entre homens brancos e pretos escravos, ou mais bem trinta e cinco espectros, tranzidos de miséria, acabrunhados de indigência e cobertos de imundos farrapos”. (...) A esta enxovia fica imediata a das mulheres, que contém vinte e cinco palmos de comprimento e vinte e três de largura (N. do A.: 5,50m x 5,06m), com uma janela e correspondente porta de xadrez; tem uma ordem de tarimbas e o mesmo nivelamento, e por

isso participando dos mesmos inconvenientes da enxovia dos homens; e se não fora a diminuição do espaço que ocupa, era em tudo idêntica a esta. Achavam-se ali seis mulheres de cor, inclusive uma retida pelo Depositário Geral e considerada como presa”.

Os comissários da Câmara se insurgiram contra o arbitrário uso de uma prisão como depósito de escravos sem crime. Mas, tal prática, usual nos tempos da escravidão em casos de penhora ou arresto de cativos, só com a Abolição se extinguiu. Examinaram, eles, a chamada “sala livre”, destinada a presos privilegiados (teria 4,84m x 3,96m), abrigando três detentos, mas “nela se não descobriu outro algum motivo que pudesse sugerir uma idéia benigna, senão a consolante denominação que tem de sala livre, ainda que fisicamente o não seja”.

No chamado segredo, destinado a isolamento e castigo, os inspetores não se animaram a penetrar, “por tão pequeno, obscuro e imundo”. Nele apenas poderiam entrar duas pessoas, não mais.

Os reclusos da Prisão Civil alimentavam-se apenas uma vez por dia, com uma libra de carne cozida em água e sal [a antiga libra portuguesa, ou arrátel, correspondia a 459 gramas]. O fornecimento aos presos que estivessem à ordem do Juiz de Paz eram alimentados pelo bolso do carcereiro, que lhes cobraria depois os respectivos custos, quando eram soltos. Pode-se bem imaginar que, enquanto o carcereiro não fosse ressarcido de seu desembolso, os detentos não recuperassem a liberdade... Mais além, tornar-se-ia regra que a alimentação dos presos pobres fosse custeada pelas câmaras municipais. Digna de nota é a informação do relatório no tocante a um preso encontrado na cela dos homens: era um infeliz asmático, que arquejava desesperadamente em busca de ar; estava preso havia 5 anos e 9 meses, a parte acusadora já o perdoara, conforme o carcereiro, mas, por lhe faltarem recursos “não tinha sido possível desprender-se dos laços da chicana”. À falta de outras explicações, é de presumir-se que o homem continuava preso por não poder pagar as custas do processo.

Por várias de suas manifestações e denúncias, transpira do relatório da comissão o espírito humanitário que nascera do século das luzes e do pensamento liberal. Na velha discrepância entre a lei e os fatos, a Constituição do Império já preceituava em seu artigo 179, § 21, que “as cadeias serão seguras, limpas e bem arejadas, havendo diversas casas para separação dos réus, conforme suas circunstâncias e natureza dos seus crimes”. De modo que os inspetores comissionados pela Câmara invocaram o texto constitucional para reivindicar a construção de cárceres limpos e decentes.

Talvez como resultado dos reclamos de seus comissionados, a Câmara Municipal chegou a lançar, em 1832, os alicerces de uma nova cadeia na Praia do Arsenal, onde hoje fica a Praça Brigadeiro Sampaio. Mas, tais alicerces, com a inconstância própria das obras públicas, foram depois desprezados. O orçamento provincial de 1835 também destinou verba para a construção de uma Casa de Correção, mas a Revolução Farroupilha, com dez anos de perturbações, forçou o esquecimento do projeto, só retomado e afinal concluído na década de cinquenta (1855), sob a presidência do Visconde de Sinimbu.

GETÚLIO VARGAS NA ESCOLA DE RIO PARDO

Laudelino T. Medeiros

As personalidades marcantes na vida política e cultural em qualquer sociedade estão sempre sujeitas a juízos críticos desfavoráveis. É certo que a contingência humana deixa flancos abertos à crítica objetiva ou às críticas apaixonadas de adversários de homens públicos. Getúlio Vargas não é imune a esses diversos tipos de crítica. Todavia, quando as gerações presentes estão ainda muito próximas ou envolvidas pelos fatos em que foi personagem marcante esse político, será muito difícil guardar distância das paixões. Mas é meridianamente certo não ser possível omitir a presença destacada de Getúlio Vargas na vida pública brasileira durante quase toda a primeira metade deste século.

É também verdade que a sociedade brasileira vinha amadurecendo grandes transformações na vida intelectual, política e econômica, nos últimos decênios do século passado e nos primeiros deste século; essas transformações independeram em grande parte de homens públicos determinados e, portanto, não podem ser creditadas por inteiro a uma ou outra individualidade. Os estudos históricos, porém, hão de examinar o papel desempenhado por Getúlio Vargas na condução desses fatos para que alcançassem os melhores resultados.

Neste artigo não se vai tratar de aspectos mais destacados da vida desse homem público, mas tão somente de um episódio de sua juventude: a passagem, como aluno, por uma escola militar – A Escola Preparatória e de Tática de Rio Pardo.

Não dispomos de elementos para explicar essa inclinação para a vida militar. Bem assim para afirmar tratar-se de uma disposição efêmera ou mais enraizada na personalidade. Terá sido provavelmente uma influência paterna não deliberada. As experiências vividas por Manoel do Nascimento Vargas, seu pai, facilmente se ligam com essa inclinação. Este veterano da Guerra do Paraguai e depois personagem destacada na Revolução de 93 certamente terá relatado em família suas experiências em operações bélicas de que participou. O jovem Getúlio, em seus 15 anos, ter-se-á embevecido ao ouvir essas narrativas. Deliberada ou inconscientemente terá dado o passo na direção da vida militar.

O fato é que, em 1898, tendo retornado de Ouro Preto, onde tentara avançar nos estudos secundários, alista-se no 6º Batalhão de Infantaria sediado em São Borja, com o intuito de ingressar numa escola militar. Naquela época, para um paisano matricular-se num estabelecimento de ensino militar era necessário previ-

amente ser incorporado a uma unidade do exército. E em 1900 encontramos o jovem rio-grandense matriculado na Escola de Rio Pardo.

Esta Escola sofreu várias transformações desde quando foi fundada, sobretudo com o advento da República. Por duas vezes foi transferida para Porto Alegre, retornando para Rio Pardo. Foi criada com o nome de Escola de Tiro de Rio Pardo, em 1885, iniciando as atividades em 1888. No relatório de 1898, diz o Comandante: "O edifício em que funcionam as aulas e estão alojadas as companhias de alunos, é a bem construída casa assobradada destinada à "Caridade" desta cidade e que foi pela congregação religiosa do Senhor dos Passos, oferecida ao Governo para instalação da Escola de Tiro, criada pelo decreto nº 9429, de 30 de maio de 1885, e inaugurada em 25 de março de 1888. Está situada à rua General Andrade Neves, frente ao Norte e quase na esquina da de São Sebastião." Denominou-se Escola Prática do Exército de Rio Pardo, em 1891; não funcionou em 1894 e 1895 em vista da Revolução no Estado. Pela reforma de 1897, foi denominada Escola Preparatória e de Tática de Rio Pardo. Em princípios de 1898 assumiu o comando da Escola o Coronel João Candido Jacques para dar organização e posse a professores e funcionários. Nesse mesmo ano, em Ordem do Dia de 7 de setembro, o Comandante informa que "em obediência à determinação do governo federal... é chegado o momento de transferir a sede da Escola Preparatória e de Tática da Capital do Rio Grande do Sul para a velha e tradicional cidade de Rio Pardo." A transferência é efetivada a 11 de setembro.

Na opinião do Comandante, existiam inconveniências na localização da Escola naquela cidade: "Rio Pardo, cidade antiga, de pequena população e de pouca vida própria, sem probabilidade de progresso, não está em condições de oferecer os predicados indispensáveis à manutenção, com vantagens, de um estabelecimento de ensino da ordem desta Escola. — Realmente, além da falta de habilitação para as moradias dos oficiais alunos, caso sejam matriculados os que desejam, não possui esgotos, água encanada e boa iluminação, acarretando sérias dificuldades para o bom andamento de todos os serviços. — Assim, é a água fornecida à Escola e à própria cidade, por meio de pipas, apanhada no rio Pardinho, sendo este meio insuficiente, em tempo de seca, prejudicando a higiene dos alunos por falta de banho. — A iluminação é feita a querosene; iluminação esta deficiente e mesmo perigosa. — Pela ligeira notícia... pode-se fazer perfeita idéia do acanhado limite das condições sociais e intelectuais, indispensáveis ao progresso de todo estabelecimento de instrução." (Rel. 1902)

A Escola era destinada ao preparo de candidatos — praças de pret. oficiais inferiores e civis — ao ingresso na Escola Militar do Rio de Janeiro. Quanto a oficiais se candidatarem à Escola de Rio Pardo, que era uma escola de preparação para o ingresso na escola de oficiais, é de lembrar que naquela época grande número de oficiais do exército não possuíam curso regular; ascendiam aos postos de oficial inferior por mérito ou antiguidade. As providências para a melhora da organização do exército incluíam a formação superior dos oficiais.

A matrícula naquele ano de 1898 era apreciável. Diz o comandante da Escola: "... matricularam-se 80 alunos praças de pret., sendo 57 vindos de diferentes

curso e 23 paisanos que verificaram praça no ato da matrícula. Tendo passado 136 alunos praças de pret. pertencentes à extinta Escola Militar do Sul, para a Preparatória e de Tática, ficou esta com 216 alunos praças de pret. O número de oficiais matriculados foi de 74, destes 39 passaram à outra escola e 35 tiveram licença para matricular-se em 1898.” (Rel. 1898, p.lv.) Somado o corpo de professores ao de alunos, tratava-se de um contingente apreciável de pessoas ocupadas com a formação intelectual, ainda que em nível fundamental. A vida daquela pequena cidade do interior terá mudado muito com a chegada da Escola. O número de alunos matriculados, embora oscilasse, foi muitas vezes alto. Em 1903, por exemplo, foi de 220 alunos.

É nessa Escola, em 1900, que encontramos matriculado o aluno Getúlio Dornelles Vargas. Do livro de Matrícula consta: nascido a 19 de abril de 1882, Rio Grande do Sul; filho de Manoel do Nascimento Vargas; sendo sargento do 6º Batalhão de Infantaria; foi a 27 de março incluído como aluno. O assentamento é assinado pelo aluno, como era a prática na Escola.

Como estudante, Getúlio foi bom aluno: suas notas em exames de fim de ano, em Português, Francês, Geografia, Aritmética, Álgebra e Alemão, colocavam-no entre os primeiros, às vezes o primeiro; em algumas matérias, como Inglês e Desenho Linear, tinha menos sucesso. Assim foi durante o primeiro e segundo ano e primeiros meses do terceiro, até deixar a Escola. Segundo o rigor da disciplina militar, os alunos necessitavam de autorização para se afastarem em gozo de férias: em janeiro de 1902, como terá sido no ano anterior, Getúlio recebeu autorização para gozar férias em São Borja.

Durante os dois anos e meio em que freqüentou a Escola, Getúlio teve como colegas, nem sempre com o mesmo adiantamento, nomes que vieram a se destacar na vida militar ou civil: Cassildo Krebs, Outubrino Antunes da Graça, João Daudt de Oliveira, Eurico Gaspar Dutra, Salvador César Obino, Pantaleão da Silva Pessoa, Tarcilo Franco Tupy Caldas, Valentim Benício da Silva, Artur Taurino de Rezende, Ildefonso Soares Pinto, Luís Alves de Oliveira Bello, Manoel de Cerqueira Daltro Filho, Otávio Augusto de Faria, João Batista Mascarenhas de Moraes e outros. Também, naqueles anos, freqüentaram a Escola os alunos Carlos Autran Dourado (n. 1885) e Edgardo Autran Dourado (n. 15-3-1887), ambos nascidos na Bahia, filhos de Angelo Dourado; aí concluíram o curso e seguiram para a Escola Militar do Brasil, no Rio de Janeiro. Igualmente era aluno um filho do conhecido professor José Theodoro de Souza Lobo, Hermano Augusto de Souza Lobo (n. 1882).

A rotina de vida das instituições educacionais, como a de outras corporações, é quebrada algumas vezes por conflitos. Conflitos com outras corporações, ou conflitos internos – de disciplina ou outros. Antes de ser transferida de Porto Alegre, ocorreu uma rixa entre alunos da Escola e um grupo de guardas municipais. Tratava-se de um conflito sem graves consequências, a não ser a indisciplina; o conflito “foi, entretanto, devido em grande parte à irreflexão de momento, próprio de moços de pouca idade”, no dizer do comandante. Mas resultou na exclusão de 67 alunos, por indisciplina. Este tipo de falta é sempre, na vida militar, considerado particularmente grave.

A Escola de Rio Pardo gozava de muito bom conceito, pela disciplina de seus alunos. Durante vários anos, depois do envolvimento com guardas municipais em Porto Alegre, a vida da instituição não registrou anormalidades. Em 1902, entretanto, ocorreu sério atrito de alunos com um oficial em serviço.

O modo como se desenvolveram os fatos indica que existia animosidade de alunos contra o capitão Marcos Telles Ferreira. Em 3 de maio daquele ano, à noite, por ocasião da revista de recolher ocorreram as primeiras manifestações de desacato. Realizada a chamada, alguns alunos responderam por colegas ausentes. O oficial manda fazer nova chamada. Observa-se um barulho excessivo provocado pelas botinas no soalho, o que foi interpretado pelo capitão como ato de desconsideração. Ocorreu, ainda, depois do toque de silêncio, ter um grupo de alunos, munidos de copos e canecas, descido as escadas reclamando água para beber, por não haver água nas talhas, e gritando “água! água!”. Os gritos continuaram depois de atendida a reclamação, com água trazida da casa fronteira. Um desses alunos dirigiu-se ao oficial para tratar da reclamação; era Paulo Alves dos Santos Júnior, a quem o capitão chamou de cínico; o aluno replicou, dizendo: “cínico é você, seu bandido!”. Na ocasião em que o mesmo oficial tentava empurrá-lo para fazê-lo retirar-se, levou a mão à cintura, como quem procura uma arma.

“Na manhã seguinte, quando o capitão Marcos Telles saía da Escola em companhia do major ajudante do pessoal, ouviram-se muitos gritos, assobios e algazarras, não se tendo descoberto os alunos que tomaram parte nessa manifestação de indisciplina.” (Doc. 1.)

Instaurado o inquérito, sob a presidência do capitão Honório Vieira de Aguiar, ouvidos os depoimentos, foi o relatório encaminhado ao Comandante da Escola. Este, o Cel. Joaquim Martins de Mello, em Ordem do Dia de 15 de maio de 1902, faz um resumo do que foi apurado e estabelece as punições aos considerados culpados.

O Comandante conclui ter havido premeditação no desacato. Além disso, se inclina pela suposição de serem possivelmente poucos os responsáveis, embora fossem muitos os reclamantes pela falta de água. E determina que sejam desligados quatro alunos, neles incluindo Paulo Alves, “todos mencionados na parte oficial de dia e indicados como principais responsáveis pelas ocorrências dos dias três e quatro.” Determina também que sejam presos por seis dias os dezesseis alunos que “achando-se de serviço (na segunda companhia) nos dias 3 e 4 deixaram de cumprir seus deveres não tomando nota dos companheiros que perturbaram a ordem”. Diz, ainda, o Comandante: “e finalmente presos por três dias os alunos Tancredo Vieira da Cunha, José Silvestre de Mello e Artur Taurino de Rezende, pela transgressão disciplinar de irem à minha residência em comissão, sem prévio conhecimento do Sr. Major Ajudante do Pessoal, com o fim de tratar dos fatos ocorridos, limitando-me a este castigo por estar convencido de nenhuma parte terem tomado naquelas lamentáveis ocorrências, em vista do exemplar comportamento, aplicação ao estudo e grande conceito em que são tidos por todos”. Punição emoldurada por derramado elogio! E a Ordem do Dia se encerra com uma censura ao Capitão Marcos Telles pelo emprego de palavras injuriosas “em emergência melindrosa”.

Dois dias depois, foram desligados mais sete alunos: um por ter ameaçado um colega, que depusera contra alunos indiciados no inquérito; outro por ter promovido reuniões com o fim de ser pedido o desligamento; e cinco outros por declararem ter tomado parte no desacato ao superior.

Essas punições não aquietaram os alunos da segunda companhia. Quatro dias depois da primeira, uma nova Ordem do Dia aplica novas penalidades. Reuniões e manifestações de solidariedade aos colegas desligados ou presos levam o Comandante a aplicar a pena de desligamento da Escola a vinte alunos que declaram ter tomado parte no desacato ao oficial e, como se infere do texto, serem solidários com colegas punidos. Desse grupo fazia parte Getúlio Dornelles Vargas. E, pela mesma Ordem do Dia, mais cinquenta alunos são presos por seis, dez ou quinze dias, uns por terem ido incorporados à residência do Comandante para tratar do assunto (eram quarenta e um); outros, por terem praticado o mesmo ato e a mais terem pedido trancamento de matrícula; ou por terem assinado lista de solidariedade.

A inclusão de Getúlio Vargas entre os desligados foi, certamente, devido à solidariedade aos colegas: ou por ter ele concordado ou mesmo participado dos atos de hostilidade ao oficial, ou por considerar injusta a punição pelo desacato a quem possivelmente não era considerado merecedor do apreço pelos alunos.

O fato é que desligado da Escola, devia retornar à unidade do exército a que estivera originalmente incorporado. Ora, o 6º Batalhão de Infantaria, sediado em São Borja à época em que Getúlio assentou praça, fora enviado a Mato Grosso. Por essa razão devia Getúlio lá se apresentar e reincorporar-se a sua unidade de origem.

Um depoimento registra a presença de Getúlio em Mato Grosso: “cortando a Praça vi desfilar sob marchas de bandas militares dois mil homens do nosso exército, que durante a tensão com a Bolívia na questão do Acre, estiveram acampados no Borrowsky – ...”, assim inicia Generoso Ponce Filho um capítulo do livro “O menino que era eu” (Rio, 1967; 272 ps.), no qual fala de suas lembranças de menino em seu Estado. E continua: “De 1903 a 1905, permaneceram as tropas na Cidade Branca. Comandava-as o General João César Sampaio. Dias festivos para os militares, regressando ao Rio Grande do Sul. A marcialidade dos dobrados – que ainda estou ouvindo – provocava um aperto no coração corumbaense. O colorido das fardas, o convívio dos oficiais e dos soldados, daqueles regimentos de infantaria e artilharia, já fazia parte da cidade. Nesse exército marchava um Presidente da República. Um jovem sargento completara há pouco, em Corumbá, sua maioridade... Esse soldado, baixinho e forte, era Getúlio Vargas.” (p. 53).

Getúlio permaneceu pouco tempo naquele Estado: retornou a São Borja; e já em 1904 matriculava-se na Faculdade de Direito de Porto Alegre.

Essa foi a experiência vivida por Getúlio Vargas em sua passagem pela Escola Preparatória e de Tática de Rio Pardo.

Documento 1

Comando da Escola Preparatória e de Tática de Rio Pardo, 15 de maio de 1902.

Ordem do Dia n.º 158

Para o conhecimento da Escola e devida execução faço público o seguinte:
Desligamento, prisões e censura.

Diz o Capitão Honório Vieira de Aguiar, em seu relatório concernente às ocorrências dadas nesta Escola na noite de 3 e **manhã** de 4 do corrente, o seguinte, em resumo:

“Verifica-se que na revista do recolher de 3, alguns alunos responderam por outros ausentes e que sendo feita nova chamada, ordenada pelo oficial de dia o Sr. Capitão Marcos Antônio Telles Ferreira, foi notado por este excesso de barulho no soalho, quando executado o “passo lateral a esquerda”, atribuindo o mesmo oficial esse fato à falta de atenção à sua pessoa, o que é contestado por todas as testemunhas, à exceção de uma, que dão como natural aquele ruído, tendo em vista o lugar em que foi efetuado aquele movimento lateral, pelo que não pode ser considerado falta de atenção.

Verifica-se também pelos depoimentos dos quatro indicados e das testemunhas, que um grupo de alunos, muito numeroso segundo uns e de dez a quinze segundo outros, depois do toque de silêncio, desceu, munido de copos e canecas, as escadas principais do estabelecimento, reclamando água para beber, visto não haver nas respectivas talhas, tendo antes gritado “água! água!”, gritos esses que se reproduziram mesmo depois de satisfeita a reclamação, com água trazida da casa fronteira, fazendo parte do referido grupo, entre outros os de nome Paulo Alves, Falcão Vieira, Coelho da Silva e Paraguassú, tendo o primeiro pessoalmente procurado para aquele fim o oficial de serviço; que os fatos narrados na parte do oficial de dia, relativa ao incidente entre ele e o aluno Paulo Alves são verdadeiros, consistindo esses fatos em responder Paulo Alves ao capitão Marcos Telles (quando este indagava das razões da reclamação de água, estando as pipas cheias) “cínico é você, seu bandido”, levando a mão à cintura, como quem procura uma arma na ocasião em que o mesmo oficial tentava empurrá-lo para fazê-lo retirar-se;

Finalmente, que na manhã de quatro quando o Capitão Marcos Telles saía da Escola em companhia do major ajudante do pessoal, ouviram-se muitos gritos, assobios e algazarras, não se tendo descoberto os alunos que tomaram parte nessa manifestação de indisciplina”.

Lendo-se atentamente todas as peças do processo de inquirição, facilmente chega-se à conclusão da premeditação do **desacato** ao oficial de dia, devido talvez a alguma inconveniência de linguagem por parte dos oficiais de serviço, na ocasião da revista de recolher de três, como referem dois alunos, ou outro qualquer motivo anterior. Realmente, atendendo-se ao **grande** número de alunos reclamantes pela falta de água, à hora adiantada da noite, ao modo da reclamação, ao estrago da bomba do algebe, que na tarde funcionava bem, e finalmente à existência de água nas pipas, como é praxe ficar diariamente, não se pode deixar de concluir que essa reclamação foi apenas um pretexto para **desautorar** o Sr. Capitão Marcos Telles, apesar da negação dos indiciados e das **testemunhas**.

Igualmente o modo irônico do aluno Paulo Alves, ocasionando a lamentável falta altamente indisciplinar desse aluno, apenas atenuada pelo ultraje descabido do Sr. Capitão Telles, chamando-o de cínico, vem confirmar a premeditação do desacato do dia 4 por parte de muitos alunos, feito ao mesmo Sr. Capitão.

Atendendo pois à impossibilidade de conhecer-se todos os promotores, talvez em pequeno número, e à gravidade desses fatos indisciplinares, perturbando a ordem e desfazendo o bom conceito em que são tidos os alunos desta Escola, determino que sejam desligados, a bem da disciplina, de conformidade com o artigo 128 do regulamento, os alunos Paulo Alves dos Santos Júnior, Luiz Coelho da Silva, Ulices Falcão Vieira e Antônio Paraguassú, todos mencionados na parte do oficial do dia e indicados como principais responsáveis pelas ocorrências dos dias três e quatro; que sejam presos no contingente por seis dias os alunos Ceciliano de Carvalho Rangel, Canuto de Faria Corrêa, Armando Eugenio Mariante, Hermano Augusto de Souza Lobo, Alcibiades Carlos Pinto, Cícero de Paula Moreira Mattos, Penedo Pedra, Eduardo Marques Ferreira, Custodio Carlos de Araújo, Agripino Alberto Varella, Guilherme de França Almeida e Sá, Caetano José Munhoz, José de Oliveira Braga, Antônio Esteves de Freitas, Carlos Marques da Silva e Adolfo Pereira de Mello, que achando-se de serviço nos dias 3 e 4 deixaram de cumprir seus deveres não tomando nota dos companheiros que perturbaram a ordem, e finalmente presos por dez dias os alunos Tancredo Vieira da Cunha, José Silvestre de Mello e Artur Taurino de Rezende, pela transgressão disciplinar de irem à minha residência em comissão, sem prévio conhecimento do Sr. Major Ajudante do Pessoal, com o fim de tratar dos fatos ocorridos, limitando-me a este castigo por estar convencido de nenhuma parte terem tomado naquelas lamentáveis ocorrências, em vista do exemplar comportamento, aplicação ao estudo e grande conceito em que são tidos por todos.

Infelizmente mais uma vez sou forçado a censurar o emprego de palavras injuriosas em emergências melindrosas, por parte dos oficiais de serviço, como se deu com o Sr. Capitão Marcos Telles em relação ao aluno Paulo Alves, motivando talvez o desacato à sua pessoa pelo mesmo aluno.

Este comando espera que semelhantes faltas indisciplinares não mais se reproduzirão nesta Escola.

Joaquim Martins de Mello
Cel. Comte.

Documento 2

Comando da Escola Preparatória e de Tática de Rio Pardo, 19 de maio de 1902.

Ordem do Dia n.º 161

Para o conhecimento da Escola e devida execução, faço público o seguinte:

Desligamento e prisões

Sejam desligados desta Escola, nos termos do artigo 128 do regulamento, os alunos Antônio Esteves de Freitas, Silvio Rangel, Cícero de Paula Moreira Mattos, Manoel de Araújo Aragão Bulcão, Gabriel Paiva da Luz, Manoel Ribeiro, Artur Leite, Severino Ribeiro Franco, Fernando Ferreira da Silva, Augusto Fernandes de Barros, Manoel Ribeiro da Cunha Louzada, Guilherme de França Almeida e Sá, Alexandre Soares de Almeida, Osvaldo Terêncio de Sant'Anna, Alfredo Palmeiro da Fontoura, João Guilherme de Amorim, Demétrio Soledade, Getúlio Dornelles Vargas, Alvin Marques Salgado e Pedro Martins Fernandes, que declararam ter tomado parte no desacato ao oficial de serviço, nos dias 3 e 4 do corrente,

Sejam presos: durante 10 dias, no quartel do Contingente, os alunos Augusto Edgar Alves Carnaúba, Carlos Autran Dourado, Alcibiades de Abreu Almeida, Benevides Freire, Heitor de Araújo Mello, Artur Oscar de Macedo, Miguel de Freitas Travassos, Justino Ribeiro Franco, Ceciliano de Carvalho Rangel, Artur Carreira Lassance, José Esteves Barbosa, Francisco de Assis Garcia, Canuto de Faria Corrêa, Murillo Chagas, Raul Branco de Souza, Lisimaco Ferreira da Costa, Eurico Laranja, Raul Porto, Lourival Duarte do Carmo, Raul César da Silva Teixeira, Odorico Corrêa de Faria, Hermano Augusto de Souza Lobo, Valdomiro de Vasconcellos Ferreira, Conrado Gusmão Alvares, Emídio Serôa da Motta, Nero Fagundes de Carvalho, Francisco de Assis Ferreira da Silva, Salvador César Obino, Jaime Poggi de Figueiredo, N.... Ribeiro Neves, Cedar Marques da Silva, Dario Silveira, Francisco Marques Fernandes, Filipe Ortiz de Queiroz, Alcibiades Alves de Almeida, Alberto Guedes da Fontoura, Outubrinho Antunes da Graça, Carlos Santiago, Teodoro Evangelista Busse, Raul Pinto, Deogenes de Oliveira, João Rosa da Silva, João Ferreira Mendes e Luiz Cardoso de Novaes, por terem ido incorporados à residência deste Comando, tratar de assunto relativo aos acontecimentos de 3 e 4 do corrente; durante 15 dias os de nome Eliezer de Oliveira Jobim, Otávio Carlos de Souza, João Curitibano Rocha, José Carlos da Silva, José de Oliveira Braga, Ulisses de Barros Monteiro, Ciro da Cunha Corrêa, Ildefonso Rocha e Ernesto Crissiuma de Toledo, por terem cometido a mesma falta, acrescendo a circunstância de haverem pedido trancamento de matrícula; e finalmente durante 6 dias os alunos Mario de Oliveira Moura, Felipe Otaviano de Sant'Anna, Lauro de Oliveira Pimentel, Manoel Ayres do Nascimento, Demostenes M... de Andrade, Valentim Benicio da Silva, Raul Faria, Teófilo Humzelmann, Celso Carlos Busse, Arnaldo Ferreira Soares, Maturino Bruce Rangel e Roberto Mendes Malheiro, por terem subscrito uma lista em que se achavam compreendidos todos aqueles seus colegas, com compromisso de solidariedade.

Joaquim Martins de Mello
Cel. Comte.

A NOITE DO BAMBU

Coralio Bragança Pardo Cabeda

“Apesar de sua idade (Canguçu), não era conhecida, não tinha projeção, não possuía tradição alguma, a não ser a de desfrutar, ao lado de Bagé, da triste fama de terra de crimes e de brigas.” (1)

1. Antecedentes

O episódio conhecido como “A Noite do Bambu”, ocorrido no penúltimo ano do longo governo de Borges de Medeiros, exemplifica a quanto podia chegar o clima de intolerância política e de exacerbação de ânimos em alguns de nossos municípios.

No caso vertente, tendo por palco a então vila de Canguçu, em 1927, foi mais um no extenso registro de sua conturbada história.

Esse município, emancipado em 1857, a partir dos embates políticos da implantação da República, conheceu toda a sorte de crimes e atentados contra a vida, a propriedade e os direitos de seus habitantes, o que muito prejudicaria o seu desenvolvimento futuro. Basta dizer que o abastecimento de energia elétrica foi inaugurado apenas em 1933 (31 de dezembro) e o calçamento, em 1957, por ocasião do centenário de sua emancipação política!

Eduardo Wilhelmy, alemão que conhecera Canguçu em 1869, quando por lá andara como fotógrafo ambulante e que depois se estabeleceria como respeitado professor no distrito da Florida, assim descreveu o contraste entre a vila animada daqueles tempos e a de 1905: “Uma alegre e laboriosa população a habitava e todos os seus moradores achavam-se satisfeitos com a sua situação, ganhando o suficiente para uma vida cômoda e alguma coisa de sobressalente para as distrações que animam o espírito para novos trabalhos. Nessa época, todos os estancieiros de importância do município tinham casas na vila, que habitavam, senão sempre, pelo menos o maior tempo do ano. E hoje, de todas estas famílias, muitas poucas restam morando aqui. Vários chefes delas já se acham no além-túmulo, outras se mudaram para a República do Uruguai, Pelotas, etc. e as suas casas se vão desmoronando desde o tempo da revolução (1893/95). Outros, venderam as suas propriedades por menos da terça parte do custo. Faço somente lembrar a do

falecido Horácio Piegas, que a Intendência comprou por 12 contos, custando este palacete uns 38 contos de réis.”(2)

E completava: “A vila tem uns 600 habitantes, que já tinha ou talvez mais, há uns 30 anos.” (3)

Alfredo Varela, ativo participante dos acontecimentos políticos e militares da época, em passagem de suas memórias comentou o êxodo referido por Wilhelmy: “Deste último (Canguçu) fugiram todas as pessoas gradas, de ambos os partidos, com raras exceções em o nosso (Partido Republicano Rio-Grandense). Indo até ali o ilustre Dr. Edmundo Berchon (Des Essarts), um de nossos mais primorosos companheiros políticos e um dos luminares até hoje da sociedade rio-grandense, entenderam as potestades locais mimoseá-lo com uma ruidosa manifestação de apreço. Música à frente, compareceram diante do albergue que hospedava o benemérito e estimado médico, o coronel Bernardino Motta e seus confrades e comparsas. De regresso a Pelotas, deu-me notícia do que presenciara com o coração ainda confrangidíssimo. A vila, antes de belo e numeroso pessoal, estava reduzida a uma tapera. Salvo pouquíssimos, os seus festejadores pertenciam visivelmente ao rebotalho social. Era, com efeito, o que ali dominava sob a fera direção do energúmeno supramencionado.” (4)

Terminada a guerra civil de 1893/95, nem assim cessou o clima de ódios e violências, pois ao adversário da situação era defeso alcançar o poder pela via democrática do sufrágio, em face da constituição estadual e da legislação eleitoral vigentes, propiciatórias de toda a espécie de fraudes e manipulações.

Nas eleições estaduais de 25 de novembro de 1922, o intendente de Canguçu foi acusado de levar para o hotel em que se hospedava em Porto Alegre os documentos relativos ao pleito no município! (5)

E tão bem soube utilizá-los, que Borges de Medeiros, derrotado por Assis Brasil, por 1.356 x 1.145 votos, acabou vencedor, por 958 x 745 votos... (6)

No 2º distrito de Canguçu, onde Borges de Medeiros obtivera apenas 3 votos, contra 344 de seu adversário, a eleição foi anulada. (7)

Como escreveria o Ministro Mem de Sá, “feita a apuração com a presença unicamente dos interessados em falsearem-na, faleciam à oposição meios e oportunidades para a comprovação imediata da violação das atas... bem como a substituição das mesmas por outras evidentemente falsificadas e a multiplicação propositada de cédulas com a mesma assinatura, para a depuração dos votos legítimos dados ao Dr. Assis Brasil.” (8)

Mas, se estavam praticamente livres do “perigo eleitoral”, enquanto tolerados ou estimulados tais expedientes, os donos da situação política local não davam mostras de abrandar o clima de intimidação a que submetiam seus “incorrigíveis” adversários. Isso, logicamente, nos intervalos da luta pelo poder, travada entre seus próprios membros, divididos em facções dificilmente conciliáveis.

Embora todos protestassem fidelidade e apoio incondicionais a Borges de Medeiros, a correspondência deste comprova a extensão das intrigas no seio do Partido Republicano de Canguçu, que persistiu praticamente por todo o seu longo consulado. (9)

Assim, foi contra esse pano de fundo que chegamos a 1927, quando o Rio Grande do Sul mal saía de um novo surto revolucionário (movimento tenentista de novembro e dezembro de 1926).

2. Os Fatos e suas Versões

Com vistas às eleições legislativas federais de 24 de fevereiro de 1927, caravanas de políticos da Aliança Libertadora percorriam os municípios da zona sul, em trabalho de propaganda de seus candidatos.

No dia 13 daquele mês, eram aguardados em Canguçu o deputado federal Dr. Francisco Antunes Maciel Jr., Ferico Costa e Djalma Matos.

Os aliancistas locais organizaram, então, uma recepção na espaçosa residência de Alberto da Silva Tavares, um dos melhores prédios da vila, situado na General Osório, sua principal via pública, e que hoje sedia o Clube Harmonia. Divulgou-se, também, o seguinte boletim: "Os altos interesses da Pátria e do partido, hoje mais do que nunca, reclamam a nossa cooperação. O mandato da luta nos foi renovado. Lutemos, pois, ~~haja o que houver~~. Dependerá, talvez, da nossa participação, dos nossos votos na eleição de 24, a regeneração desta República de ficção, de conluíus, de negociatas e de políticos profissionais. Mostremos ao Brasil que no Rio Grande do Sul, em matéria política, nem todos conjugam o verbo "adeirir"... ao governo. A abstenção e a indiferença são grandes crimes que nos nivelaram à Turquia dos sultões... A abstenção e o esmorecimento significam a sepultura dos povos poltrões, como ensina Ruy Barbosa. E só os resignados ao regime do cativeiro, da senzala, da feitoria, do vergalho e da infâmia perecem. SAIBAMOS alcançar para nós mesmos o que soubemos conseguir para os africanos: a redenção e a liberdade. Não abandonemos a causa da libertação. Tenhamos confiança e fé absoluta na vitória da liberdade, do direito e da justiça. O POVO QUE LEIA E JULGUE!" (10)

À noite, com a presença de dezenas de correligionários, entre os quais muitas senhoras e senhoritas (11), desenvolvia-se a recepção, quando, inopinadamente, a casa foi invadida, aos gritos, por soldados do 12º Corpo Auxiliar da Brigada Militar, que passaram a espancar os participantes.

A cena de violência prosseguiu pelas ruas da vila, com a perseguição e o espancamento de todos os que tentavam fugir, pois a casa fora cercada pelos "provisórios".

Curiosamente, esses soldados ostentavam contra civis desarmados a bravura e o ânimo belicoso que, por certo, fizeram-lhes falta há apenas dois meses, quando, no dia 10 de dezembro de 1926, na Coxilha do Fogo, interior do município, foram batidos e dispersados pela vanguarda de Zeca Neto, regressando vários deles à vila, quatro dias depois, sem cavalos e sem equipamento... (12)

É de imaginar-se o escândalo e a indignação produzidos pela insólita atitude dos "provisórios", ainda mais que não se acreditava tivesse tamanho atrevimento partido de simples praças comandados por dois oficiais subalternos.

A imprensa governista, enquanto isso, noticiava os acontecimentos segundo a sua ótica, procurando lançar a culpa e o ridículo sobre os aliancistas, como o fez

“A Opinião Pública”, de Pelotas:

“À noite, lendo o boletim em uma reunião em casa de Alberto Tavares, um grupo republicano estabeleceu discussão, que atingiu a conflito, saindo vários contundidos, inclusive Ferico Costa e tendo Maciel Júnior se escondido debaixo da cama do casal Alberto Tavares (grifado no original). A força auxiliar interveio imediatamente, dissolvendo os agrupamentos e cercando a casa de Tavares, onde ficaram garantidos os indesejáveis visitantes. Tem sido muito comentada a permanente agressividade desse pessoal, caluniador contumaz.”(13)

Por sua vez, o intendente e comandante do 12º Corpo Auxiliar telegrafava a Borges de Medeiros dando a sua versão:

“Exmo. Dr. Presidente Estado, Palegre. Canguçu, 17-2-27

Motim ocorrido reunião política aqui domingo vg motivado distribuição boletins insultantes Partido Republicano e acres comentários do adversário pt Nele tomou parte elementos 4º Esquadrão que fora dissolvido véspera pt Corpo só interveio para restabelecer ordem vg impedindo motim e garantindo casa e pessoal ali se encontravam pois indignação geral produzida civis pretendiam invadir casa Alberto Tavares no que foram impedidos pela força vg o que pode ser atestado por população esta vila pt Fato se acharem algumas praças esquadrão dissolvido ainda fardadas motiva exploração política Deputado Simões vg atribuindo Corpo motim pt Saudações Orlando Cruz Ten Cel.”(14)

Como se vê, de agressores, os bravos “provisórios” passaram a protetores e garantidores dos agredidos...

No dia 18 de fevereiro, voltava “A Opinião Pública” a noticiar o que chamou Os Sucessos de Canguçu: “Noticiamos, ontem, à última hora, que o Governo do Estado resolvera mandar abrir rigoroso inquérito sobre os acontecimentos de Canguçu que, como sabem os nossos leitores, foram provocados por elementos da Aliança Libertadora desta cidade e daquela vila. A fim de dar a esse inquérito toda a imparcialidade indispensável a tais recursos da lei, permanecerá naquela vila o ilustre conterrâneo Dr. A. A. Maciel Moreira, digno subchefe de polícia e cuja ação legal tem sido elogiada pelos próprios adversários”.(15)

Algum tempo depois, avançando em suas investigações, o Dr. Maciel Moreira pedia afastamento do cargo...

Em Canguçu, enquanto isso, era voz corrente a premeditação do atentado por parte da cúpula local do Partido Republicano. Um dia antes, 12 de fevereiro, dois desses dirigentes foram vistos no Clube Harmonia comentando a surpresa que aguardava os aliancistas. (16)

No próprio dia do atentado, um soldado “provisório”, aparentado com a família Barbosa, dirigira-se a essa residência e, lacônico, perguntara pelas moças da casa, advertindo que não as deixassem sair naquela noite. As jovens, Enedina e Esmeralda Barbosa, participaram da recepção em casa de Alberto da Silva Tavares e testemunharam os fatos relatados. (17)

Os indícios, pois, apontavam na mesma direção, isto é, aquele palacete que fora vendido por um terço de seu custo, segundo o alemão Eduardo Wilhelmy, e que era, agora, a sede da Intendência Municipal.

3. A Denúncia

Um ano depois, o “Diário de Notícias”, de Porto Alegre, sobre o título Ecos de uma Grave Ocorrência em Canguçu, transcrevia a denúncia do Procurador da República contra os implicados no atentado, soldadescaarraia-miúda do 12º Corpo Auxiliar: “Em 26 de abril do ano próximo findo (1927), o então Procurador da República, Dr. Fernando Maximiliano, denunciou vários oficiais inferiores e praças do 12º Corpo Auxiliar da Brigada Militar do Estado, com sede em Canguçu, pelo fato delituoso assim narrado na referida denúncia: Consta no incluso inquérito que os sargentos João Soares, Santos Goulart, Nelson Motta da Rocha, José Duarte, João Pedro dos Santos, João de Deus Pereira, vulgo Densico, Attila Costa, Alcides Belflor, Paladino Alves Pereira, Felisberto de tal e as praças Pedro Quintino, Napoleão Machado, Silvério Centeno, vulgo De Noite, Francisco Duarte, Avelino Duarte, Ignácio Oliveira Motta, Gratulino de Avila (corneteiro), Alcebíades de tal, vulgo Arcebim, José Maria Coelho do Amaral, Alziro Paiva, Florindo de tal, vulgo Lindinho, Valpério Furtado, Walter Rocha e muitos outros que a polícia não conseguiu identificar, sendo ao todo umas 50 praças mais ou menos, pertencentes ao 12º Corpo Auxiliar da Brigada Militar do Estado, a convite dos tenentes Gastão Rohnelt e Heitor Bandeira, foram com estes, quase todos à paisana e armados de cacetetes, relhos e adagas, se postar na frente da casa de Alberto da Silva Tavares, em Canguçu, na noite de 13 de fevereiro de 1927, para atacar o auto em que deveria vir o Dr. Francisco Antunes Maciel, então deputado federal por este Estado, e com assuada e bordoadas, acabaram com a reunião política que se realizava no interior da aludida casa.

Subindo agora os autos para a pronúncia ou impronúncia, o Dr. Walter Becker arrazoou, defendendo vários daqueles acusados, pronunciando-se por parte da justiça federal o Dr. Alceu Barbedo, Procurador da República, da forma seguinte: Pela justiça! – Os fatos ocorridos em Canguçu, na noite de 13 de fevereiro de 1927, são de notoriedade pública e para a pronúncia basta que o juiz se convença da existência do delito e de quem seja o delinqüente, através não só dos depoimentos das testemunhas, e interrogatório dos indiciados, como também de outras informações que tenha obtido (vide Tavares Bastos, Consolidação, § 474). Entre essas informações ocupa lugar primacial, por ser sem dúvida o relatório policial de tanto maior valia, no caso vertente, pois foi presidido um deles pelo próprio Chefe de Polícia de então. Nos inquéritos policiais anexos a estes autos, é numerosa e robusta a prova existente contra os denunciados, cumprindo ressaltar, relativamente aos tenentes Rohnelt e Heitor Bandeira o depoimento de folhas 42. A Procuradoria da República, como sempre, pede e espera justiça. Em Porto Alegre, 22 de maio de 1928 Alceu Barbedo, Procurador da República.” (18)

Não sabemos como findou o processo. As buscas efetuadas no Arquivo Público do Rio Grande do Sul resultaram, até agora, infrutíferas.

O certo é que a cruz do infeliz município ficou um pouco mais pesada.

Em 1928, ali chegava o jesuíta alemão Pe. Francisco Xavier Diebels, para o seu apostolado entre tão desassistida população. Deixou-nos algumas observa-

ções muito interessantes sobre o ambiente que encontrou: “Houve, naquele tempo (inícios do período republicano) um intendente anticlerical que, de público, chegou a mostrar o seu espírito irreligioso e profanador, entrando a cavalo na Igreja de Nossa Senhora da Conceição. Dizem haver sido Canguçu, no Brasil, o único lugar em que a República se teria mostrado hostil à Igreja... (Dizia-se) que tal injustiça era a causa por que Canguçu ficara atrasada por tanto tempo, isto é, sem comércio e sem progresso. Quando ali cheguei (1928), as informações recebidas ainda se mostravam pouco favoráveis. A fama em curso não era nada favorável a seu povo. Citavam-se muitas brigas, muitos crimes, muitas mortes, muitas inimizades, muito jogo e muita coisa pouco edificante. Mas, depois do meu conhecimento de perto daquele povo, tive de conceber que a fama é uma mulher muito mentirosa e muito caluniadora.

Descobri que aquela gente da campanha se acha de posse de belíssimas virtudes naturais e de qualidades muito louváveis.” (19)

Hoje, a sinistra “Noite do Bambu” é lembrada quase que somente pelos moradores mais idosos. As monografias municipais nem tocam no assunto. Até os bambus que ornamentavam a praça Marechal Floriano e que forneceram o material para a confecção dos cacetes utilizados pelos “provisórios” desapareceram...

NOTAS

- (1) Bento, Cláudio Moreira – Palavras Iniciais do Álbum da Saudade, História de Canguçu, 1972.
- (2) Almanak Litterario e Estatístico do Rio Grande do Sul para 1905, pág. 153.
- (3) Idem, pág. 154.
- (4) Varela, Alfredo – “Res Avita”; Lisboa, Tip. Maurício & Monteiro, 1935 pág. 366.
- (5) Anais da Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul, 1922/23, 31ª Sessão Ordinária, pág. 158; Centro de Pesquisa e Documentação da História Política do Rio Grande do Sul.
- (6) Idem, págs. 275 e 277.
- (7) Idem, pág. 275.
- (8) Sá, Mem de – “A Politização do Rio Grande”; Porto Alegre, Edições Tabajara, 1973, pág. 56.
- (9) Arquivo Borges de Medeiros, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- (10) Arquivo Angelo Pires Moreira, Pelotas.
- (11) Em 1992, pesquisando o assunto em Canguçu, tomamos o depoimento dos senhores Joaquim Coelho dos Santos e Lúcio Nunes Rodrigues, contemporâneos dos fatos, o segundo dos quais presente à reunião em casa da família Tavares. Segundo suas informações, participavam da reunião, entre outros, o deputado Maciel Jr., Zeferino (Férico) Costa, Djalma Matos, Alberto da Silva Tavares, coronel Hipólito Gonçalves da Silva, Hermílio Campos, Domingos Caneo Telesca, coronel Dezinho Terres, Maurício Correia de Paiva, Manoelzinho Moraes, major Altegor Almeida, Francisco Almeida, Zeca Moreira, Dr. Walter Prestes, Germano Ziezemer, Germano Ribeiro Prestes, Sebastião Ribeiro de Souza, Joaquim Correia de Paiva, Abregildo Rodrigues da Silva, Lúcio Nunes Rodrigues, Joaquim Isidro Coelho, Armando Joaquim Coelho, Hilda Lopes, Chaninha Rostand, Nina

Viana, Enedina e Esmeralda Barbosa, Dadinha Gonçalves, Pancha Tavares (esposa do anfitrião).

- (12) Ribeiro, Cel. Aldo Ladeira – “Esboço Histórico da Brigada Militar”, Porto Alegre, Of. Graf. da Brigada Militar, 1953, 2º vol., págs. 471 e 472.
- (13) A Opinião Pública, Pelotas, 15.02.1927, Arquivo Angelo Pires Moreira, Pelotas.
- (14) Arquivo Borges de Medeiros, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- (15) A Opinião Pública, Pelotas, 18.02.1927, Arquivo Angelo Pires Moreira, Pelotas.
- (16) Informação do Sr. Lúcio Nunes Rodrigues, Canguçu, 27.12.1992.
- (17) Informação da Profª. Marlene Barbosa Coelho, Canguçu, 26.12.1992.
- (18) Diário de Notícias, Porto Alegre, 24.05.1928, Arquivos Marlene Barbosa Coelho e Ana Luiza de Oliveira Thomaz, Canguçu.
- (19) Diebels, S.J. – Pe. Francisco Xavier – “Rosas e Espinhos”, Reminiscências de 50 anos de vida missionária em cidades, colônias, Campanha e coxilhas do sul do Brasil, escritas a pedido do R. Pe. Provincial; 1988, Publicações avulsas n.º 9, Instituto Anchietano de Pesquisas, UNISINOS.

O TRIGO NO CONTINENTE DE SÃO PEDRO

Raphael Copstein¹

O CÉU E NÃO A TERRA É QUEM PRODUZ O TRIGO

Provérbio russo

Em consagrada generalização, o trigo aparece como o pão dos homens brancos, o milho, dos vermelhos e o arroz, dos amarelos. Para os habitantes do sul do Saara, menos por preconceito do que por desconhecimento, não sobrou grão para alimento característico.

As lavouras cerealíferas distribuem-se, geograficamente, a partir da terra de origem, não em face da coloração da pele dos consumidores, mas em atenção às condições ambientais aliadas às migrações humanas. Modernamente, a intervenção da Genética ampliou as possibilidades mesológicas dos cereais de tal maneira que se os resultados obtidos tivessem ocorrido no Medievo, certamente seriam taxados de obra do demônio.

A explanação seguinte ocupar-se-á apenas de um dos grãos citados – o **trigo** – em uma reduzida porção da superfície terrestre, nomeada no título e, em um período bastante curto, o compreendido entre a libertação do Rio Grande e o fim do período colonial. Não abordará, portanto, os notáveis progressos obtidos no século atual.

Exceto na China do Norte, o trigo foi lavoura que se expandiu na companhia do homem branco na medida em que este colonizava áreas favoráveis ao cultivo. Popularizou-se pelo seu emprego mais comum, o fabrico do **pão**, alimento de certo caráter místico, de reprodução milagrosa nas páginas bíblicas. Era possível ouvir, ainda há meio século, e talvez ainda se ouça em regiões isoladas, mães recomendarem à filharada não jogar pão fora ou deixá-lo cair por **ser pecado**.

Da terra de origem – **Crescente Fértil** – o trigo, na peregrinação para o Ocidente, cobriu terras da Europa e África do Norte. Da importância adquirida onde vicejou desde há muito no **Velho Mundo**, são testemunhos, entre outros, os grãos encontrados nas palafitas suíças do neolítico, nas páginas da Bíblia, nas tábuas de barro mesopotâmicas, nos textos hieroglíficos, na distribuição gratuita sujeitadora

(1) O autor agradece à colaboração prestada pelas seguintes pessoas:
Historiador Paulo Xavier, Geógrafa Gisela Copstein, Arquiteto Miguel Antônio Duarte.

da plebe romana. O comércio do cereal-rei registrou-se, muito cedo, na bacia do Mediterrâneo e inclusive foi responsável por alguma guerra tritícola. Na Europa Medieval, lá onde o transporte era deficiente, o excedente de boas safras engordava animais, enquanto que em distâncias muito curtas, onde se verificara má colheita, grassava a fome. Já nas regiões de melhores caminhos, estabeleceram-se linhas de comercialização.

A introdução da cultura do milho na Europa, no século XVI, modificou o panorama do consumo tritícola no sul daquele Continente. O cereal americano tornou-se o gênero base da alimentação rural. O trigo era o fornecedor do recurso necessário ao camponês para o pagamento dos impostos. A modificação deu prestígio aos consumidores, pois só os mais bem aquinhoados podiam adquiri-lo. No Medievalismo, na Alemanha, a plebe comia pão de aveia ou de centeio, o de trigo era reservado à nobreza, donde o nome de **pão dos senhores**.

Desconhecido na América pré-colombiana, sua introdução nas terras do tropicais do Novo Mundo seria obra dos espanhóis, no tempo do descobrimento (Mena Barreto, Gabriel, 1936, p. 130) e trouxe consigo dificuldades de ordem climática e luta contra insetos e pragas. (Braudel, 1995, p.37)

Portugal iniciou a triticultura em terras brasileiras. País eminentemente agrícola, em certa época de sua História, tendo, segundo Faoro (1975, p. 21), escolhido os caminhos do mar como atividade mais importante ,

(...) abandonou a cultura do trigo para adquiri-lo em mercados estrangeiros a melhor preço do que o produzido em seus vales.

Se a epopéia marítima refletiu-se, prejudicialmente, na agricultura lusa, não menor foi o impacto sofrido por ela em virtude do êxodo rural das populações não-cristãs, cristãs-novas e mesmo cristãs, como afirmou Salvador (1978, p.13). A consequência foi a busca do grão no exterior e, quando possível, nas terras do império que Portugal começara a formar.

A triticultura portuguesa, com a exploração marítima, encolheu. Tradição e condições satisfatórias de cultivo não permitiram o seu desaparecimento. A produção, entretanto, tornou-se cara e insuficiente, o consumo ficou apenas ao alcance da nobreza, de alguns outros privilegiados e dependendo de trigo proveniente de outras terras.

Tornando-se compradora de trigo, a Lusitânia, seguindo a escola econômica acreditada na época, estimulária a cultura nas colônias que incorporava. As sementes faziam parte da bagagem das naus que singravam o oceano em direção a embarcadouros de além-mar.

Onde e quando os primeiros grãos aportaram à América Lusa é uma interrogação que os documentos não esclareceram até agora e, provavelmente, nunca o farão.

Para Gomes do Carmo (1911, p. 7).

A lógica das coisas induz a crer que a cultura do trigo e a dos demais cereais de climas temperados foram iniciadas na capita-

nia de São Vicente e dali se estenderam pelo planalto em direção sul, onde as condições físico-mesológicas tanto se assemelham às de Portugal e arquipélagos vizinhos.

Aceitável a idéia do autor quanto à primeira terra brasileira a receber as sementes. Insatisfatória, por não esclarecer como e quando teriam chegado a Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, que registraram alguma produção. Duvidosas, as comparações climática e vizinhança dos arquipélagos,

Lery que esteve na França Antártica, no início da segunda metade do século XVI, falou de produção lusa em São Vicente e, também, da fracassada tentativa de plantio francês no Rio de Janeiro. Teriam sido os gauleses os introdutores da malograda triticultura carioca ou os vicentinos os fornecedores das sementes? Sua observação sobre a cultura é notável, se bem que a interpretação do desenlace deixe a desejar,

Quanto ao trigo e ao centeio que semeamos, embora crescesse viscoso, as espigas não tinham grãos (...) é de supor que a terra por ser muito forte tivesse apressado em excesso o trigo e o centeio (os que pedem maior demora na terra para produzir, como vemos na Europa), o que não teria dado tempo à planta para formar o grão. (1961, p.116)

(...) nesta terra nova sou de opinião que seria necessário cansá-la e enfraquecê-la (...) para que venha a produzir melhor trigo. (idem, p.117)

Segundo Markman Filho (1958, in *Agritrigo* N. 3 p.170), o trigo ao contrário de outras plantas não deseja solo rico em húmus, o que o torna impróprio como primeira cultura em terra de mata. Fora isso, o clima do Rio de Janeiro não é apropriado ao desenvolvimento desta lavoura.

Anchieta (apud. Salvador, op. cit, p. 52) salientou a fertilidade paulista dizendo produzir

(...) e outras frutas da Espanha e trigo e cevada posto que os homens não curam de o semear pela facilidade e bondade mantimentos da terra que chamam de mandioca.

O Padre Luís da Grã, citado por Sérgio Milliet, (*Trigais em São Paulo in Roteiro do Café, 1946*, p. 167) afirmou, em 1555, que só há pão de trigo em Portugal ainda que se semeie [trigo] e **colha mui formoso**. O Padre Baltazar Fernandes, (apud Milliet, op. cit. 167) anos mais tarde, manifestou-se: **dá pão como lá [Portugal]**. A última afirmativa evidencia, exagero.

Gandavo, que viveu na Bahia, referiu-se ao trigo em duas passagens do **Traçado da Terra do Brasil**, escrito em 1575. Ei-las:

Nesta Capitania (São Vicente) se deu já trigo, mas não no querem semear por haver na terra outros mantimentos de menos custo. (1924 , p. 37)

Nestas partes do Brasil não se semeiam trigo nem se dá outro mantimento algum deste Reino, o que lá se come em lugar de pão é farinha de pau. (idem, p. 43)

Da mesma época, são os **Diálogos das Grandezas do Brasil**, onde se lê

(...) eu semeiei já por duas ou três vezes na capitania de Pernambuco trigo (...) do qual trigo deixei crescer uma parte dele na forma que fora semeado, e a segunda parte lhe meti a foice para que tornasse atrás, e a terceira seguei da mesma maneira duas vezes; todo este trigo veio à perfeição, posto que o que foi segado deu melhores espigas, do qual colhi perto de um alqueire dele, por a semente não ser para mais; e cada grão filhava de maneira que correspondia com cinco e seis espigas. Verdade seja que algumas delas eram fahlentas (...). (1956, p. 277)

É de Fernão Cardim, (1931, p.94) pouco mais tarde, (1584) o seguinte trecho:

No Rio de Janeiro e Campo de Piratininga se dá bem o trigo, não no usam por não terem atafonas nem moinhos, e também têm trabalho em o colher porque pelas muitas águas e viço da terra não vem todo junto e multiplica tanto que um grão deita setenta e oitenta espigas, e humas maduras vão nascendo outras, e multiplica quase ad infinitum.

No século seguinte, (1627) escreveu, em sua *História do Brasil*, Frei Vicente do Salvador: (1931, p.97)

Dá-se o trigo em São Vicente em muita quantidade e dar-se-á nas mais partes cansando primeiro as terras, porque o viço lhe faz mal.

As citações testemunham, desde cedo, a existência de lavouras de trigo em terras brasileiras, sem quantificar produções. Apesar do entusiasmo de alguns, percebe-se que o trigo não encontrou condições favoráveis de desenvolvimento. Na alimentação comum não fazia parte do cardápio, mas teria preferência da gente de recurso. Escravo não o ingeria. O consumo de pão, mesmo reduzido, talvez tenha sido, também, uma forma de mostrar a falsa superioridade dos que dominaram grande parte da vida brasileira. O verdadeiro pão colonial foi a mandioca. Uma minoria endinheirada buscava um estatus compensador à inferioridade co-

lonial pela imitação dos hábitos usuais no Velho Mundo, entre eles, a dieta alimentar. Portugal não dispunha de produção para satisfazer essa demanda de volume reduzidíssimo. Além disso, a demorada transposição oceânica limitaria a condução de gêneros facilmente perecíveis como a farinha de trigo (Salvador, op. cit. p.138). A terra, apesar dos esforços despendidos, não correspondeu à pretensão, ou, quem sabe, a economia foi muito mais sábia do que as vaidades... A situação não se tornou muito diferente nos séculos seguintes e nem em grande parte do século XX.

Não obstante a impropriedade das primeiras áreas brasileiras de produção, o trigo sem vicejar, como descreveu a maioria dos cronistas, granou mui modestamente, no primeiro século. São Vicente e o Planalto Paulista tornaram-se fornecedoras das solicitações das outras capitanias, solicitações, diga-se, de escasso vulto. Apesar de não se dispor de dados quantitativos, pode-se afirmar, as safras eram reduzidas e insuficientes à parca demanda de uma população pequena e não consumidora de pão, na maior parte.

Raro na alimentação civil, o trigo, indispensável à Igreja, fazia parte da ração do soldado português em serviço nas paragens rio-grandenses, como se pode constatar no trecho da correspondência enviada em janeiro de 1776, ao Marquês de Lavradio pelo Tenente-General João Henrique Boehn:

Pour épargner cette denrée, je suis à établir dans mon Camp, un petite Boulangerie, aux dépens du Roi, pour fournir aux Troupes du pain, à proportion que ces chetifs moulins peuvent moudre de bleds (forma arcaica de blé) de cette nouvelle récolte, dont je fais prendre une connaissance exacte. (1979, p. 91)

Cada praça recebia, segundo relatório de 1784 do Vice-rei D. Luís de Vasconcelos (1929, p. 25) um pão chamado de munício ou de munição pesando duas e meia libras após o cozimento ou três quartas de farinha por mês.

O comércio entre o Brasil e as terras sulinas da América Hispânica, estabeleceu-se, nos fins do primeiro século, com a Bahia por iniciativa do Bispo de Tucumã. Estendeu-se, logo após, por e contra a vontade dos respectivos soberanos ibéricos. Entre a recém-fundada Buenos Aires, Rio de Janeiro e São Vicente, inaugurou-se um contrabando regional, interrompido por licenças esporádicas de comércio legal. Incluía trigo a melhor preço do que o proveniente dos Açores (Salvador, op. cit. 1978, p. 366)

A política tritícola da Metrópole autorizou ao sétimo Governador-Geral do Brasil, D. Francisco de Souza, (1591/1602), o das **Manhas**, através de Cédula real,

Visando ao sustento da gente que acudisse ao entabulamento das minas e ao bem dos moradores (...) importar do Rio da Prata ou de Tucumã até três mil fangas² (sic) de bom trigo (...) (Salvador, op. cit., p. 83.)

(2) Fang equivale a quatro alqueires.

Segundo o autor da citação, ao que parece, o referido trigo chegou, melhorou e expandiu a cultura. Esta teria crescido até meados do século XVII. Ao trigo, trazido ou mandado por Martim Afonso de Souza, juntou-se o proveniente de Tucumã.

Aparentemente, há uma contradição entre a vinda deste e de outros trigos como afirmado mais adiante sobre a moderna triticultura platina. É de se considerar que, normalmente, o comércio, inclusive o de alimentos, pouco ou nada se importa com necessidades locais, o seu objetivo é bem definido e sabido.

Trigo para o Brasil Colonial provinha, também, dos Açores e alguma vez, da Metrópole. As Ilhas tinham preferência por muitas razões, entre elas, preço e menor distância, permitindo um desembarque melhor do grão. Nem por ser ilhéu, o trigo como outros produtos da mesma procedência, deixava de passar a alfândega para trás.

Rocha Pitta, em 1730, registrou a carência de farinha de trigo nas capitânicas do Norte (1950, p. 34) e salientou a abundância nas do Sul, acrescentando em todas a **comum he a de mandioca**. Ao referir-se à região de São Paulo, mencionou grandes searas de trigo estendendo-se até o rio da Prata (p. 95).

Luccock, (1808), o inglês que deixou notável obra sobre o Brasil, intitulada **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**, afirmou não dar trigo no Rio de Janeiro, apenas se produz pequenas quantidades nas províncias distantes. Anotou a carístia do pão o que o torna alimento de poucos e salientou como seu substituto **um pó chamado farinha, produto da mandioca** (1942, p.30).

Freireyss (apud. Nizza da Silva p. 219) viajando por Minas Gerais, em 1814, ali observou a farinha de milho substituir a de mandioca como pão. No Rio de Janeiro, este, dificilmente era servido (p. 219). A raridade do pão na mesa brasileira do passado é ainda comentada por Nisa da Silva (op. cit. p.221). Ao verificar, que com o estabelecimento da Corte no Rio de Janeiro (1808), surgiram, anunciados na imprensa, vários tipos de pães, exigência de reinóis e estrangeiros atraídos pela sede do poder e por que não por algum mazombo? O povo, não aderiu a moda.

Aires de Casal, (1943, p. 60) em 1817 reportou à irregularidade do tempo a inexistência de cereais europeus em todas as províncias **exceto arroz e milho**. Adiante, disse cultivar-se o trigo **com grande proveito** na Província de São Pedro e registrou, quanto a São Paulo, exportações de trigo proveniente de áreas atualmente pertencentes ao estado do Paraná.

No **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa em vigor** (1853) dois pequenos trechos dão uma boa idéia da dieta popular na segunda metade do século passado:

O alto preço dos comestíveis não deixa de apouquentar a indústria dos campos. O sistema geral dos nossos trabalhadores se reduz à carne, farinha de mandioca, feijão, milho e outras espécies de legumes. (1853, p. 275)

Entre nós o uso do pão não é geral. Nas nossas províncias centrais não se pode obter este alimento, e às vezes não passa (sic) quando chega às classes abastadas. (idem, p.275, rodapé)

A situação não era muito diferente no terceiro quartel do século vinte. O trigo continuava sendo consumido pelos privilegiados cidadãos e em algumas áreas de colonização européia. Adil Raul da Silva (1974, p. 18), técnico do Ministério da Agricultura, analisando o assunto diante de uma comissão do Legislativo Rio-grandense, afirmou não ser o grão nem essencial e nem indispensável ao povo brasileiro, acrescentando: – **sempre haverá consumo de trigo principalmente pelas classes de maior poder aquisitivo**

Simonsen (1937, p. 371) salientando a inferioridade alimentícia da mandioca em relação ao trigo, confirmou a mesma como a base alimentar do período colonial,

A triticultura brasileira, datada dos primórdios da colonização, encontrou melhor acolhida no Sul. Este deslocamento é facilmente explicado. Nas latitudes mais baixas da América Lusa, independentemente de testemunhos e das referências históricas favoráveis, a climatologia impediu-lhe o sucesso. O continente de São Pedro, com mais possibilidades, comparativamente, apareceu como fornecedor do trigo brasileiro.

Segundo as melhores fontes, a triticultura, incentivada pelo governo, se desenvolveria para atender demandas externa, colonial e metropolitana.

No relatório do segundo Marquês do Lavradio, (1779) confeccionado ao passar o governo do Brasil ao sucessor Luís de Vasconcelos e Sousa (Rev. trimestral do I.H.G.B., p.480) há prova do afirmado:

Aquelas Províncias* podem não só dar toda a farinha de trigo necessária para América, evitando-se por esta sorte que da Europa nos venham um gênero, que tanto lá necessitam; provendo-se esta lavoura e dando-se providências necessárias para os prontos transportes dos efeitos d'aquela continente, poderemos mandar ainda para Europa uma grande porção d'esta mesma farinha

*** apesar do plural, o Marquês refere-se ao Rio Grande**

Com o pretendido, ou o Marquês não conhecia o Rio Grande o que é muito provável, ou as informações por ele recebidas não se referiam ao Rio Grande real.

Opiniões tidas como abalizadas atestavam dispor o Rio Grande de terras ubérrimas, clima propício, rendimentos altíssimos, mão-de-obra abundante e prática dos açorianos e dos retirantes da Colônia do Sacramento. Por razões diversas, nem sempre as mesmas, nas citações dos vários autores, a triticultura, ou pelo menos o seu reflexo mais evidente, a **exportação**, havia desaparecido no ano da Independência.

Procurando compreender a ocorrência, o exame do material disponível apresentou várias interrogações: os dados existentes são esclarecedores e facilmente compreensíveis atualmente? Representam volumes expressivos tanto os de produção como os de exportação? Teria, o seu comércio, se refletido no desenvolvimento de Porto Alegre, enquanto que o de Rio Grande dependeu da pecuária? Como se explica a variação das áreas produtoras reveladas pelas estatísticas? As condições

naturais nas áreas plantadas correspondem às exigências da lavoura? Esta, na época, poderia se considerar como moderna e rendosa? O trigo procedia, totalmente, das terras gaúchas? Qual, na realidade, a importância da exportação?

Localizando o campo de interesse deste trabalho na área mundial produtora de trigo, o mesmo ocupa uma pequena parte da situada no Hemisfério Sul. As plantações mais expressivas têm como limite setentrional, grosseiramente, o paralelo de trinta graus de latitude sul. Dois países que no conjunto mundial podem ser classificados como médios produtores, Argentina e Austrália, são responsáveis por altíssima proporção do trigo regional. A triticultura argentina é mais antiga do que a rio-grandense, em que pese a afirmação contrária de Fernandes Teixeira (1958, p. 19). Segundo Medina, (1922, p. 4) a existência de moinhos em Córdoba, em 1585, atesta a cultura. Buenos Aires, em 1597, registrava exportação de 1458 fangas de farinha para o Brasil. A lavoura australiana é bem mais jovem. A ocupação européia da Austrália é posterior à existência de notícias sobre a produção gaúcha. Um prolongamento da área tritícola argentina é a uruguaia, menos expressiva, quantitativamente, em virtude de menor disponibilidade territorial.

A triticultura rio-grandense ocupava terras das Planícies Lacustre e Costeira, estendia-se pelas situadas entre o médio e o baixo Jacuí e o Camaquã, atingindo, como está registrado em Saint-Hilaire (1820), fazendas da Campanha e terras missioneiras, nas vésperas da Independência. Das Missões não se falará porque quando passaram ao domínio luso a agricultura não tinha mais expressão.

A mais antiga indicação que se localizou sobre cultura de trigo no Rio Grande de português, foi em Aurélio Porto (Dicionário Enciclopédico do Rio Grande do Sul, p. 83, 1937). Segundo este autor, o açoriano Cosme da Silveira e Ávila, antes da chegada de Silva Pais à Barra do Rio Grande, teria cultivado o cereal na fazenda de sua propriedade situada à margem direita do rio Capivari.

Outra menção do passado deve-se a Cristóvão Pereira ao informar ao P. Diogo Soares sobre a terra (doc. s/data, 1733?). É citada por Aurélio Porto, em **Presídio do Rio Grande de São Pedro** (in Terra Farroupilha 1935, p. 185)

Compõe-se este país dum clima muito ameno, saudável e criador de riquíssimas e férteis terras em que produz em grande maneira, e com vantagem mui crescida todos os frutos da Europa, assim Trigo (...).

Grande conhecedor do Continente, Cristóvão Pereira expressa uma opinião bastante pessoal.

Oficialmente, as primeiras sementes de trigo devem ter chegado ao Continente no ano seguinte à fundação do Rio Grande. Em carta a Silva Pais, datada de 11 de maio de 1737, (Porto, op. cit. p.195) Gomes Freire mandou o fundador do Presídio distribuir às famílias que ali foram se estabelecer, sementes de lentilhas e feijão enviadas para a próxima semeadura e **a São Paulo aviso se remetam à ordem de V. S. alguns moyos de trigo para se repartirem da mesma forma.** Este deve ser o trigo expedido pela Câmara de Curitiba conforme registra a ata de 25 de setembro de 1738 publicada por Spalding nos Anais do III Congresso Sul-

riograndense de História e Geografia (1940, 2. V. p.184,). Pelo documento sabe-se que os vereadores dessa Câmara:

determinaram fazer a remessa de setenta alqueires de Trigo para sementeira da nova povoação do Rio Grande de Sam Pedro do Sul; (...).

Teriam os moyos citados ou os grãos colhidos por Cosme da Silveira, segundo Porto, o pai dos agricultores do Rio Grande (op.cit. p. 83), dado origem aos trigais do Rio Grande setecentista? Não parece e têm-se a concordância tanto de Xavier como de Queiroz (p.63, 1987). O alimento da população instalada em Rio Grande vinha de fora. Por ocasião do levante conhecido como dos Dragões, em 1742, que entre suas causas teve a da fome dos soldados e moradores, segundo Borges Fortes, (O levante dos dragões de Rio Grande, p. 218)

(...) desde cinco meses que nenhuma embarcação chegara ao porto [de Rio Grande] e, a última, trouxera mil e seiscentos alqueires de trigo quando há muito já não havia pão.

Fortunato Pimentel em **o Rio Grande do Sul e suas riquezas**, (1944, p. 271) escreveu: **afirmar-se ter, o cultivo do trigo, sido iniciado em novembro de 1742.** Não deixa de ser curiosa a afirmativa, pois o mês confere com o princípio da colheita no território do Rio Grande do Sul.

Se a cultura houvesse vingado, cinco anos após a criação do primeiro núcleo gaúcho, haveria trigo à disposição dos habitantes.

Para Schiling (O Trigo, 1959, p. 16),

Os açorianos trouxeram em sua bagagem a semente nobre, velha como a humanidade, base da civilização.

As grandes propriedades instaladas no Continente de São Pedro tinham em mira o criatório e na estância, segundo Xavier (A estância, in Rio Grande do Sul terra e povo. 1964, p. 58)

A alimentação é quase toda extraída da propriedade. Primitivamente, fundamentou-se em carne com farinha de mandioca, sendo aos poucos enriquecida com produtos da lavoura.

Em Aurélio Porto verifica-se a mesma opinião com o acréscimo que o cultivado **mal dava para suprir as necessidades caseiras.** (op.cit. p. 83) O comportamento de Cosme da Silveira não seria comum. Pelo contrário.

Excepcionalmente, nos primeiros tempos, as grandes propriedades praticavam a agricultura. A do Morro de Santana, pertencente a Inácio Francisco, confor-

me o documento de sua desapropriação, datado de 1772 (1975, p. 127) o trigal foi assim mencionado:

Três roçados grandes que levam nove alqueires de trigo de planta cerrada (...).

Uma área dessa medida corresponde a 22 hectares, superfície que não seria cultivada para autoconsumo.

Décio Freitas citou Inácio de Melo **que plantava muito trigo** em sua estância em Arroio dos Ratos no século XVIII. (1981 p. 34,) e Pauwels (1930, p. 503) acrescentou **muitos dos grandes estancieiros possuíam extensas lavouras**. No segundo decênio do século passado Saint-Hilaire testemunhou a existência de plantações de trigo em fazendas no sul do município do Rio Grande, e na área da fronteira. Estes trigais não constituíam atividade econômica predominante, mas, sua comercialização poderia significar alguma contribuição à renda da propriedade. Os exemplos de triticultura na grande propriedade não espelham prática comum apesar da afirmativa de Fernando Henrique Cardoso (*Capitalismo...* 1991. p. 53) de **que agricultores eram também criadores de gado** até 1763. Como bem notou Alvarino Fontoura Marques (1987, p. 43), a limitação da agricultura nas estâncias decorria da falta de proteção da cultura contra a depredação dos animais do criatório. Não se conhecia a cerca de arame e as divisões feitas com outros materiais eram por demais trabalhosas e demoradas para construir e de discutível eficiência. Fontoura Marques encontra apoio na correspondência de Paulo José da Silva Gama. No relatório que acompanhou a carta de 25/08/1803, enviada ao Visconde de Anadia, escreveu:

Outros [estancieiros] não podendo conter dentro dos limites das de suas terras os gados por se multiplicarem em número exorbitante, inundam com eles os campos confinantes destruindo as suas lavouras e impossibilitando os seus cultivadores para nelas continuarem.

Já os terrenos distribuídos nas proximidades do Forte Jesus Maria José, a soldados, eram de tamanho reduzido e pouco férteis, permitindo apenas **criação e lavoura de “quintal”** (Queiroz, op. cit. p.75) que atenderia somente às necessidades familiares. Xavier, (op. cit.) detalhou o cultivado e não faz referência ao trigo. A **grande lavoura** do cereal, segundo este autor, (*Primeiro a Agricultura*, 1976) teria surgido, mais tarde, com os açorianos, (1752) mas teria se firmado após o Tratado de Santo Ildefonso (1777) quando retirantes da Colônia do Sacramento fixaram-se nos arredores de Rio Grande. Isto é comprovado em uma petição de comerciantes, lavradores e fazendeiros, (in Gomes do Carmo, op cit., p. 10) datada de 1799 onde disseram:

Desde o ano de 1777 (...) foi restaurada a margem meridional do Rio Grande, (...) começaram e progressivamente continuaram os

seus colonos, proporcionalmente a sua população a cultivar as terras e a criarem os gados (...). (apud. Gomes do Carmo, op. cit. p. 110)

Retirantes e açoritas, ao se estabelecerem, eram contemplados com 272ha de terras, destinadas à agricultura. O trigo incentivado pela e mesmo na Metrópole, deveria encontrar no que, com exagero, se chamou de pequena propriedade, o terreno para o seu desenvolvimento.

O escoamento das safras pode condicionar a localização da cultura aos transportes. Pragas refletem-se no rendimento. Disposições legais podem ser decisivas ao êxito de uma cultura.

As interrogações anteriormente apresentadas encontrarão respostas na análise dos requisitos citados. Tratando-se de um estudo do passado, elementos essenciais devem ser apreciados na realidade então existente como a localização, o transporte, a população. Outros, como os naturais, por não apresentarem modificações em tempos históricos, permitem a transposição da realidade atual para o pretérito. Por estes começar-se-á o exame da realidade existente na triticultura rio-grandense em estudo.

O trigo é uma cultura de inverno no Rio Grande do Sul. As terras para o plantio são preparadas em maio, a sementeira principal, até recentemente, iniciava-se, em junho e prolongava-se até o fim do mês seguinte. A colheita ocorre nos meses de novembro e dezembro (Calendário Agrícola, p. 46, 53, 75).

Dentro dos limites impostos pelas condições do meio, o homem estendeu o âmbito das espécies vegetais domesticadas, através de variedades criadas, até recentemente, de forma empírica. Quanto maiores as possibilidades de adaptação da planta a meios diferenciados, maior a área de expansão da espécie, mas anote-se que nem sempre o ajuste é obtido.

Clima e solo balizam as áreas de extensão das espécies vegetais. O clima propício a uma cultura é definido por características genéricas obtidas através de médias de valores correspondentes a seus fatores. Quando se diz, por ex., que a maior parte do território rio-grandense corresponde ao tipo Cfa da classificação climática de Koeppen, propício a diversas culturas, entre as quais a do trigo, procede-se a uma generalização que a vida vegetal desconhece. Esta sujeita-se, realmente, a variações temporais. O tempo é o marcador do ciclo vegetativo de uma planta, desde a sementeira, passando pelo desenvolvimento e atingindo a maturação. Anos em que a temperatura ou a precipitação – os fatores mais importantes – ou ambos, afastam-se do comportamento costumeiro, as culturas refletem os mesmos no rendimento. O agricultor incapaz diante dos caprichos da natureza sofre os prejuízos decorrentes. Onde as precipitações são as exigidas, os rendimentos dependem da variação da temperatura. Nas regiões semi-áridas, a subordinação transfere-se à pluviometria. (Marian, 1954, p. 26). Ainda o tempo se faz sentir sobre a maior ou menor intensidade do ataque de pragas ou de variações nas possibilidades do solo. O comportamento, mais ou menos uniforme, dos fatores climáticos marca as áreas adequadas às espécies cultivadas.

Dada a facilidade de adaptação, o trigo (dele, conhece-se muitas centenas de variedades) é a cultura que ocupa a maior superfície das terras agrícolas do globo e em qualquer época do ano em algum lugar do planeta ocorre uma colheita do cereal. Excetuando as regiões equatoriais e tropicais em virtude do excesso de umidade e calor e as polares devido às baixas temperaturas, pode-se dizer, **genericamente**, que o trigo adapta-se ao clima de quase todas as outras áreas. É cultivado onde não há coincidência de altas temperaturas e umidade excessiva. A combinação de ambas lhe é fatal. Euverte (1959, p.45) citando Klages, (**Ecological crop geography**) registrou não haver cultivo de trigo nas regiões em que a temperatura média, nos dois meses que deverão preceder a colheita, exceder a 20 graus centígrados e/ou simultaneamente, a chuva ultrapasse a 1200 mm anuais. As áreas de cultivo mais importante recebem uma precipitação anual compreendida entre 350 e 750 mm. A produção econômica, segundo o citado autor, seria limitada pela isoterma de maio de 10 graus centígrados. (Hemisfério Norte).

Um período fresco e úmido logo após a germinação para desenvolver o colmo e as folhas, outro, seco quente e claro para amadurecer e secar o grão, são ideais. O consumo de água no período de crescimento é grande. Para formar um quilograma de substância seca o trigo necessita de 580 litros de água (Otremba, 1955, p.58). O ciclo vegetativo do trigo exige 3 mil graus de calor.

A variação climática a que está sujeito o Rio Grande reflete-se, como não poderia deixar de ocorrer, na triticultura. Geadas extemporâneas, chuvas durante a floração ou no período da colheita, primavera úmida favorecendo o aparecimento de doenças não confirmariam as virtudes apregoadas pelos partidários da antiga triticultura.

Notícias particulares sobre os efeitos do clima ou do tempo sobre a triticultura, ou genéricas, no passado rio-grandense, não se caracterizam pela abundância. Boehn, em 1776, em carta de 5 de janeiro (op. cit. p. 91) consignou a perda da colheita de trigo das lavouras de Rio Pardo em consequência do excesso de chuvas. Em outra anotação, assinalou uma seca que o obrigou a modificar o roteiro do seu deslocamento no ano anterior (Op. cit. p. 27). Dois anos após foi o Vice-Rei que falou em prejuízos causados pela chuva. Se os dados meteorológicos são raros, não destoam de registros modernos.

Sem aprofundar o tema, e sem deixar de considerar a sensível alteração espacial da cultura atualmente, é de se apreciar algumas informações extraídas recentemente das páginas dos jornais. Tenente Portela perdeu 97 mil toneladas de trigo em virtude do *excesso de chuva no período da colheita* (**Zero Hora**, 27/10/95); *Safra de trigo tem quebra nas Missões* intitulou noticiário sobre prejuízos na área da **COTRISA** provocados por geadas em agosto e setembro e por chuvas na época da colheita em outubro (**Zero Hora**, 8/11/95); *Chuva prejudica o trigo* anunciou **Zero Hora** de 20 de setembro de 1995 detalhando o adiamento de 80% da colheita em Três Passos, em virtude da chuva e a desvalorização do produto por ter o grão germinado na espiga; Excesso de chuva e geadas extemporâneas perderam 60% do trigo, segundo a EMATER de Santa

Rosa (Zero Hora, 5/10/95). Não foi diferente o registro do mesmo jornal em 17 de novembro do mesmo ano. Praticamente um ano após (17-10-96) 245 mm de precipitação na primeira quinzena de outubro interrompeu a euforia da colheita em Santa Rosa, escrevia o citado jornal.

O solo é veículo de produção e sustentáculo alimentar das plantas, A fertilidade maior ou menor do terreno reflete-se no rendimento do trigo que teme os ácidos. Os solos apropriados devem ser permeáveis, profundos, consistentes, sem serem compactos, arejados, fáceis de umedecer e secar rapidamente, ricos em calcário para que os grãos apresentem boa qualidade moageira, dotados de ácido fosfórico a fim de que as espigas sejam bem granadas. Solos pobres não são recomendados à triticultura. A interferência apropriada do homem nos solos pode modificar, proveitosamente, a fertilidade.

Considerando a inalterabilidade ambiental da Província no período histórico, não há porque não transportar os resultados dos modernos estudos sobre o passado compreendido no espaço temporal 1780/1822.

Pesquisas sobre a triticultura a partir da segunda década do século, dentro dos padrões nacionais são abundantes e os esforços dos cientistas e técnicos nacionais dignos do melhor destaque. Entre inúmeros trabalhos existentes alicerçarão as próximas linhas do tema, **Zoneamento Agrícola** (1974) **O Macrozoneamento Agrológico e Econômico** (1994) e **Recomendações de épocas de semeadura de trigo para o Estado do Rio Grande do Sul** (1996), Todos eles concentraram os seus resultados entre as lindes municipais.

Sintetizando a procura de uma compatibilidade entre a imutabilidade ambiental e a produção agrícola onde se insere, obviamente a tritícola, a pesquisa e a técnica praticadas por cientista e técnicos buscaram sementes visando uma :

(...) agricultura moderna ecologicamente equilibrada e rentável.
(Macrozoneamento, 1944, p.25)

Apresentam as duas primeiras obras citadas, entre outros muitos elementos, **Critérios para zoneamento climático** (Tabela 1) que permitiram determinar as aptidões climáticas dos componentes das regiões agroecológicas.

Os estudos do C.N.P.T prolongaram-se por mais de trinta anos, nas diversas regiões. Levantadas as informações existentes nas estações meteorológicas definiram zonas de maior e menor risco para a lavoura tritícola.

Os melhores períodos de plantio foram dados pela última das publicações citadas. Considerando que as antigas culturas de trigo, por motivos de segurança (receio de ataques indígenas) situavam-se nas proximidades das aglomerações humanas, a apreciação em vista é válida apesar do tempo.

O mapa Nº 1 registra as localidades existentes por volta de 1820, e mostra as regiões agroecológicas e o zoneamento agroclimático do trigo.

Os característicos climáticos das zonas representadas no mapa Nº 1 são dados pela tabela Nº 1, transcrita da citada fonte. Entende-se, segundo o Zoneamento agrícola de 1978 , (p. 21) como:

TABELA 1
Critérios para zoneamento climático do Trigo no Rio Grande do Sul

ZONAS	UMIDADE RELATIVA DO AR		TEMPERATURA DE INVERNO (média mês + frio)	
	%		°C	
Preferenciais II, III e VII	<75	Com restrições (1)	<8	Sem restrições
Toleradas IV e VIII	>75	Com restrições (2)	<8	Sem restrições
Marginais I e V	>75	Com restrições	>8	Com restrições (3)
Inapta VI	>75	Com restrições (2)	>8	Com restrições (4)

(1) Menor problema de doenças

(2) Maior problema de doenças

(3) Invernos quentes

(4) Invernos quentes com noites frias

Fonte: Macrozoneamento Agroecológico e Econômico – Tabela 19

Preferenciais – as zonas que correspondem às melhores condições climáticas para a cultura, podendo ou não ser o local ideal para a mesma se comparadas com outras áreas do mundo, mas apresentando, evidentemente, condições boas para a cultura no Estado.

Toleradas – correspondem àquelas que apresentam um fator limitante negativo à cultura, por ex. a temperatura ou condições de deficiência ou excesso hídrico.

Marginais – correspondem às que apresentam dois fatores negativos para o cultivo, umidade e temperatura, por ex.

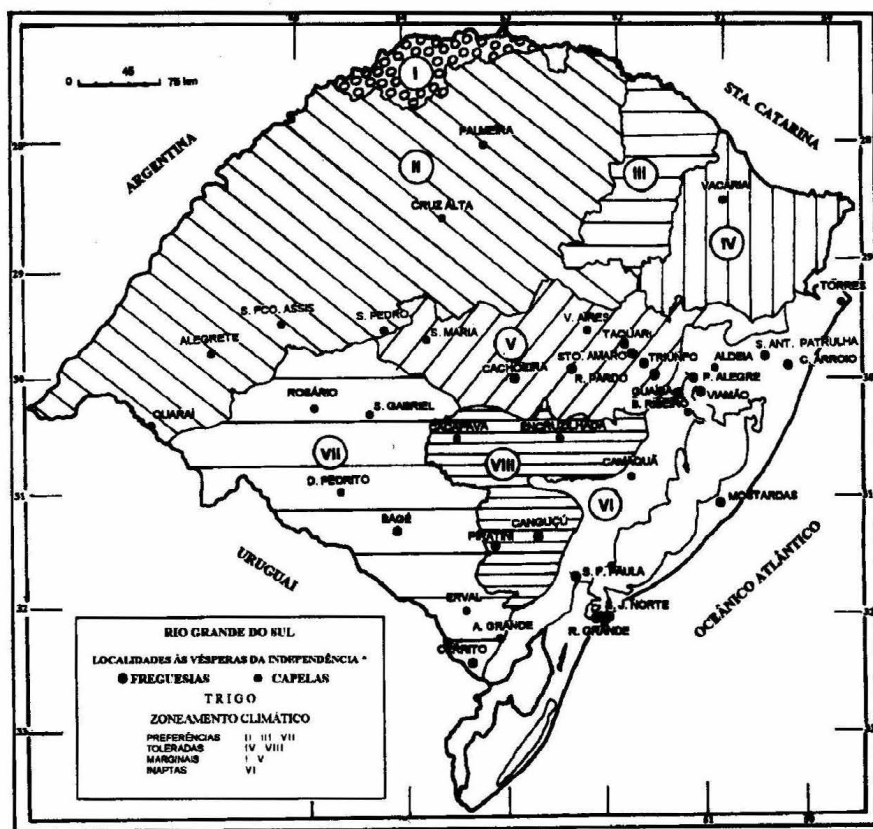
Inaptas ou Não Recomendadas – referem-se às áreas do Estado inadequadas para o cultivo.

A tabela Nº 1 e as definições que a seguem, revelam as características de oito zonas climáticas relacionadas à triticultura. É de se salientar a preocupação dos organizadores ao referirem as áreas rio-grandenses mais apropriadas (II, III, VII), quando as comparam com outras, estrangeiras.

O Macrozoneamento (1994, p. 380) apresenta consideração quanto aos trigo na **Zona V** que, entretanto, para o presente estudo, não traz maiores conseqüências.

O exame da tabela 2, cujas localidades estão representados no mapa Nº 1, faz as constatações que seguem.

Na **Zona II, Preferencial**, as quatro localidades representadas iniciaram o povoamento no século seguinte ao início da cultura do trigo, sendo .São Francisco de Assis, a mais antiga (1809). Pela época, do assentamento branco, dificilmente



teria condições de produzir excedentes. De qualquer maneira, não se encontrou referência sobre cultivo, exceto para Alegrete, feita por Saint Adolphe no verbete correspondente do seu Dicionário e, obviamente, datada do século XIX.

Na **Zona VII, Preferencial**, Jaguarão, Erval e Dom Pedrito povoaram-se no século XVIII, os outros lugares, datam a ocupação de origem européia de um tempo em que se registra a decadência da cultura na Capitania. As tabelas de números 9, 10 e 11, não mostram as suas presenças como produtores.

Na **Zona Tolerada**, tem-se na IV, Vacaria que comparece como produtor na tabela de número 4. Dos componentes da VIII, somente Piratini tem todo o seu território compreendido na mesma. Caçapava, Pelotas e Canguçu distribuem-se, também pela VI enquanto que Encruzilhada do Sul e Cachoeira do Sul bipartem-se entre as zonas VIII e V. Estas duas últimas localidades aparecem como produtoras nas tabelas de números 9, 10 e 11.

Das localidades classificadas na **Zona V MARGINAL**, Rio Pardo, Triunfo, Santo Amaro, Taquari, estão registrados como produtores nas tabelas referentes ao século XVIII.

TABELA 2
Trigo no Rio Grande do Sul – Aptidão climática

REGIÕES AGROECOLÓGICAS	LOCALIDADES	INÍCIO DO POVOAMENTO (*)	ZONAS CLIMÁTICAS
10 A	Alegrete	1817	II
5 E	Cruz Alta	1824	II
10 B	Quaraí	1820	II
9	São Francisco de Assis	1809	II
3 B	Vacaria	1735	IV
1 C	Cachoeira do Sul	1753	P.V. – P. VIII
1 B	Guafba	1793	P.V – P. VI
1 B	Rio Pardo	1750	V
1 B	Santo Amaro	1773(Freguesia)	V
1 C	Santa Maria	1797	V
1 B	Taquarí	1764	V
1 B	Triunfo	1754	P.V. – P. VI
6 B	Venâncio Aires	1800	V
1 A	Gravatá	1755	VI
1 B	Barra do Ribeiro	1800	VI
2 A	Camaquã	1815	P. VI – P. VIII
2 A	Osório	1738	VI
2 B	Mostarda	–	VI
12 A	Pelotas	1763	P. VI – P. VIII
1 A	Porto Alegre	1732	VI
2 B	Rio Grande	1737	VI
1 A	Santo Antônio da Patrulha	1725	VI
2 B	São José do Norte	1763	VI
1 A	Viamão	1740	VI
12 B	Arroio Grande	1812	P. VII – P. VI
10 B	Bagé	1811	VII
12 B	Jaguarão	1752	P. VII – P. VI
10 B	Erval	1791	VII
10 B	Dom Pedrito	1800	VII
10 A	Rosário do Sul	1800	VII
10 A	São Gabriel	1814	VII
11	Caçapava do Sul	1783	P. VIII – P. VI
11	Canguçu	1793	P. VIII – P. VI
11	Encruzilhada do Sul	1781	P. VIII – P. V
11	Piratini	1789	VIII

(*) Fonte: História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do Rio Grande do Sul.
P=Parte

Finalmente, postos na **Zona VI, Inapta ou Não Recomendada**, estão Gravataí, Barra do Ribeiro, Osório, Mostardas, Porto Alegre, Rio Grande, Santo Antônio da Patrulha, São José do Norte, Viamão e partes de Arroio Grande, de Guaíba, de Triunfo e de Camaquã. O notável é que exceto Guaíba, Pelotas e Barra do Ribeiro, todas as outras localidades fizeram parte da área produtora do Rio Grande do Sul colonial.

A triticultura do passado tinha enorme dependência de mão-de-obra. Em um tempo desconhecedor da maquinaria agrícola, os trabalhos de preparo do solo, escolha de sementes, semeadura, além de outros tratos culturais e colheita manual à foice, reclamavam braços em abundância. A escassez inviabilizava a cultura ou reduzia a área plantada. Isto ocorreu na Europa, em regiões onde o êxodo rural despovoou os campos. (Faucher, 1953, p.138) A Argentina, dispondo de condições favorabilíssimas à triticultura e conhecendo-a desde o período colonial, era, por falta de braços, importadora de trigo no início do último quartel do século passado (Beaumont, 1943, p.32). As lavouras tritícolas estenderam-se, nesse país, quando passou a contar com a imigração de europeus e com as famosas **golondrinas**, possibilitadas pelo baixo custo das passagens marítimas que acompanharam a popularização dos vapores.

A exigência da mão-de-obra, diante do exposto, remete a apreciação do contingente populacional tendo em vista a produção do cereal.

A tabela seguinte compilada de diversas fontes, apresenta a população a população rio-grandense em vários anos. Esses dados correspondem, no mais das vezes, a estimativas.

TABELA 3
População do Rio Grande do Sul

ANO	POPULAÇÃO
1744	1400
1746	1682
1754	3364
1773	22 500
1780	17 923
1803	36 721
1814	70 656
1822	106 196

A primeira estimativa da tabela é do P. Melchiades Strasser, (1930, p. 323) corresponde somente a população de Rio Grande, mas deveria englobar a maior parte dos habitantes não indígenas do Continente de São Pedro; as duas

seguintes e a quarta, de Aurélio Porto (Os casais açorianos , 1946, p.62/63). Corresponde a cálculo de Florêncio de Abreu a cifra de 1773 (Retrospecto Econômico (...) p. 27) Ao Tenente Córdova, a seguinte (in Porto, op. cit . p. 63) O levantamento mandado proceder por Paulo José da Silva Gama data de 1803 (in Camargo, E.) e fora do mesmo teriam ficado cerca de 4 mil pessoas. O penúltimo dado é censitário e o último foi colhido em Gonçalves Chaves (op. cit. p 109)

Os números da tabela 3 mostram uma aparente redução do contingente populacional entre 1773 e 1780, isto ocorre, não pela aparência do fenômeno, mas devido as estimativas provirem de diferentes fontes. Dentro da relatividade dos valores que encerram, mais aceitável é o de 1780; houve uma superestimativa no antecedente. Apresentava a população, alta taxa de aumento, dobrou no primeiro decênio, cresceu cerca de seis vezes em 16 anos (1754/1780). Nos vinte e três anos seguintes, multiplicou-se por dois o contingente. Entre 1803 e 1814, o número de habitantes quase dobrou outra vez e nos oito anos que se sucederam o crescimento alcançou a 50%. Mesmo considerado alto, o aumento populacional, explicado pela elevada natalidade e imigração, não traduz uma população numericamente expressiva.

Quanto a distribuição espacial, os elementos disponíveis são mais restritos. As tabelas seguintes foram as únicas obtidas.

TABELA 4
População do Rio Grande do Sul segundo as Freguesias
1780

FREGUESIA	POP. TOTAL*	POP. NEGRA	POP. NEGRA/TOT.
	Nº HAB.	Nº ESCRAVOS	% ESCRAV.
Porto Alegre	1.512	545	36,04
Rio Grande	2.421	596	24,61
Estreito	1.254	277	22,08
Mostardas	591	191	32,31
Viamão	1.891	—	—
Sto. Antônio da Patrulha	1.189	270	22,70
Conceição do Arroio	477	158	33,12
Aldeia dos Anjos	2.355	255	10,82
Vacaria	571	248	43,43
Triunfo	1.277	670	52,46
Taquari	698	109	15,82
Santo Amaro	720	208	28,89
Rio Pardo	2.374	519	21,86
Cachoeira	662*	237	35,80
TOTAL	17.923	4.283	

* Levantamento Tte. Cordova. Apud. A. Porto, 1946, p.63

TABELA 5
População do Rio Grande do Sul segundo as vilas*
1803

VILA/P.ALEGRE	POPULAÇÃO	VILA/RIO GRANDE	POPULAÇÃO
Porto Alegre	3.927	S.P.Rio Grande	8.390
N.S.C. de Viamão	2.065	N.S.C. do Estreito	1.713
N.S.B. J./Triunfo	3.037	S.L.Mostardas	1.187
N.S. Anjos	2.718		
Total	11.747	Total	11.290
VILA /RIO PARDO	POPULAÇÃO	V./ST.ANT.PATRULHA	POPULAÇÃO
Rio Pardo	3.739	S.Ant.Patrulha	2.199
Santo Amaro	1.661	N.S.O. Vacaria	815
S. Taquari	916	N.S.Conc.Arroio	1.041
N.S.C.Cachoeira	3.283		
Total	9.599	Total	4.085

* Fonte: Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul – ano 1923

TABELA 6
População do Rio Grande do Sul segundo as freguesias*
1814

FREGUESIAS	N. HABITANTES	FREGUESIAS	N. HABITANTES
Cachoeira	8.225	Rio Grande	3.590
Missões	7.951	Rio Pardo	10.445
N.S.dos Anjos	2.653	Santo Amaro	1.884
N.S.Conc./Arroio	1.648	S. Anto.Patrulha	3.103
N.S.B.J.Triunfo	3.450	S.J. do Taquari	1.714
Porto Alegre	6.111	S.L. Mostardas	1.151
Pelotas	2.415	Viamão	2.812
Piratini	3.673		

* Fonte: Camargo, Eleutherio

TABELA 7
População escrava no Rio Grande do Sul
1814

FREGUESIAS	N. ESCRAVOS	%SOBRE POPUL./Freg.
Cachoeira	2.622	31,87
Missões	—	—
N.S.Anjos	716	26,98
Conceição/Arroio	538	32,64
Triunfo	1.208	12,55
Pelotas	1.226	50,76
Porto Alegre	2.316	37,89
Piratini	1.535	41,79
Rio Grande	1.119	31,16
Rio Pardo	2.429	23,23
Santo Amaro	773	41,02
S.Ant.Patrolha	961	30,97
Taquari	433	25,26
Mostardas	281	24,41
Viamão	908	32,29
TOTAL	7.065	

Fonte: Laitano, 1957

A distribuição populacional das freguesias (tabelas 4, 5, e 6) revela aumentos significativos e populações numericamente pouco expressivas, exceto em 1814, em Rio Pardo, Cachoeira e Porto Alegre. O contingente não se apresentava suficiente para criar e manter uma triticultura de importância. Acrescente-se, ainda, ser o número de crianças muito elevado na Capitania. Aurélio Porto (op. cit. p. não detalha a população por idade mas no total de 17.923 indivíduos em 1780, diz serem **meninos de confissão**, 2.418 habitantes e **meninas**, idem 2.099. Ambos somam 23% do contingente.

As tabelas de números quatro e sete revelam uma população negra proporcionalmente nada desprezível. Em 1780, em quatorze freguesias, nove, possuíam mais de 30% de população escrava, relação mantida em 1814, quando a economia rio-grandense tinha um dos pilares nas charqueadas, grandes consumidoras de cativos.

A conquista do Rio Grande colonial não se fez com grandes contingentes migratórios. A Metrópole, segundo Mestre Capistrano de Abreu, (Ensaio e Estudos, 3a. série, p. 49, 1976) não contribuiu com grande número de súditos para o povoamento do Brasil, antes da descoberta das minas, por falta de **incentivos fortes** de atração. Posteriormente, os receios que assaltavam a Coroa, dificultaram a passagem de lusos para o Brasil através de impedimentos legais nem sempre total-

mente respeitados. Lei de 1720, (p. 116) com referência a insuficientes disposições anteriores, proibia pessoas de qualquer qualidade(...) passar ao Brasil

senão as que forem despachadas com governos, postos, cargos ou ofícios os quais não levarão mais criados do que a cada um compete (...).

Se a legislação é justificativa da baixa densidade populacional do Brasil do setecentos, a sua aplicação no sul da América Portuguesa não foi rigorosa. As situações peculiares da Colônia do Sacramento e do Rio Grande do Sul levaram a Coroa a organizar e transferir, por sua conta, súditos para as duas regiões. A Colônia, restituída em 1717, recebeu não só soldados mas imigrantes trasmontanos para o cultivo da terra, deixando de ser o contrabando a única atividade civil (Capistrano de Abreu, op. cit. p.48); para o Rio Grande, via Santa Catarina, açorianos e madeirenses, formaram o maior contingente – nem por isto numeroso – remetido à terra gaúcha durante o período colonial. A transferência de ilhéus permite distinguir duas correntes, uma espontânea, supostamente pouco numerosa anterior a 1752, da qual são exemplos entre outros o já citado Cosme da Silveira, e Manuel Pereira de Barros, prolongando-se até as vésperas da independência brasileira, (Porto, op. cit., 1946 p. 60). A outra, sob a égide da Coroa, os célebres casais de número, que atingiram a umas duas mil pessoas ou pouco mais, cujo destino deveria ser a região missioneira ganha por Portugal, pelo tratado de 1750. Mas os formadores da população rio-grandense não dispensaram nem brancos de outras procedências e nem, como se viu, o elemento negro. A mobilidade das fronteiras coloniais decorrentes das guerras européias, criaram refugiados da Colônia do Sacramento abrigados no Rio Grande do Sul. Soldados de outros rincões brasileiros e portugueses, lagunistas, paulistas também foram contribuintes da ancestralidade gaúcha. Não houve nem uma exclusividade branca e nem, como quer Borges Fortes, (op. cit. p. 15) uma solução diferente da brasileira,

(...) livre de negros brancos (...) que não poderiam realizar obra transcendente de fixar uma civilização, sendo eles pela sua própria natureza apenas instrumentos humanos de trabalho incapazes de compreender o espírito civilizador de sua tarefa.

O transcrito não só revela uma forma injusta de apreciação como não espelha a verdade, reflete apenas idéias que encontraram eco em certa época. Em 1780, 28% dos moradores do Rio Grande do Sul eram escravos sendo que 63% deles pertenciam ao sexo masculino. Mais de um quarto da população não deixa de ser um agrupamento expressivo, a contrariar a pseudobrancura da população conquistadora do Rio Grande. Se o elemento negro foi fixado na terra gaúcha e levando em conta tratar-se de uma migração forçada, custosa para os escravizadores, sem se querer justificá-la, conclui-se pela sua imprescindibilidade na economia reinante.

O estabelecimento dos casais de número inauguraria uma nova fase no aproveitamento do solo rio-grandense, a agricultura em pequena (?) propriedade. A tradição e a competência dos ilhéus, aliadas a condições naturais favorabilíssimas, teriam transformado o Continente de São Pedro no exitoso fornecedor brasileiro de trigo, conforme o pensar de um número apreciável de estudiosos.

Os casais enviados para o Rio Grande constituíam, na terra natal, um elemento pobre, em meio de mão-de-obra abundante. Em virtude de más colheitas em 1746, solicitaram e obtiveram licença, com despesas pagas pela Coroa, para se transferirem para o sul do Brasil. No destino, receberiam terras, instrumentos de trabalho e sustento por um certo tempo. Chegaram entre 1748 e 1752. Os primeiros aportaram em Santa Catarina. As condições de viagem não poderiam ser piores, doenças dizimavam-nos durante a travessia. Dantesca era a situação das mulheres. Pelas instruções de viagem, eram separadas dos maridos e parentes, encerradas com os filhos em compartimentos chaveados com sentinela à vista. Recebiam alimentação de dois homens escolhidos entre **casados fiéis**. Um estreito postigo permitia-lhes, na presença do comandante, falar com os esposos ou parentes (Cabral, Santa Catarina, p. 94, 1937). Da qualidade do elemento que chegava, sem pretender ser generalização, transcreve-se trechos de uma carta do governador de Santa Catarina, Escudeiro (apud, Borges Fortes, op. cit, p 62/3)

Já avisei ao Corregedor daquela comarca dos Açores me não mandasse gente semelhante (...) resultou carregar este transporte de tantos miseráveis entre os quais há alguns aleijados, e de incuráveis achaques (...) já os padeciam antes de os constranger ao embarque (...).

No Rio Grande do Sul, a resistência missioneira em virtude da revogação do Tratado de 1750, e a ocupação espanhola do Rio Grande entre 1763 e 1777, responsabilizam-se pelos vinte anos que levaram para ser assentados.

Os açorianos como também os refugiados colonistas, quando instalados, recebiam em terras 272 hectares destinados à agricultura.

Grandes áreas já tinham sido ocupadas, legalmente ou não, por estancieiros, quando ilhéu e fugitivos da Colônia do Sacramento chegaram. Foram fixados nas terras que, por descuido dos grandes proprietários, ainda pertenciam à Coroa. Cultivadores de trigo nas Ilhas, segundo várias fontes, os açorianos retomaram a cultura, o mesmo fazendo os fugitivos.

Os dados estatísticos existentes para 1780, 1781 e 1787 (tabelas 9, 10 e 11) informam que os seguintes locais de produção de trigo, Rio Grande, São José do Norte, São Luís de Mostardas, Santo Amaro, Taquari, Vila dos Anjos, Viamão, Porto Alegre, Santo Antônio, Caí, Rio Pardo, Freguesia Nova, Jacuí, Encruzilhada, Conceição da Serra, Lombas, Povo Novo, Estreito, Cerro Pelado, Triunfo, Cachoeira, e Passo do Couto correspondem aos assentamentos ilhéu e colonista.

A fixação dos açorianos não deixou de infligir-lhes dolorosos sofrimentos. Não viram o cumprimento de todo o prometido pelo monarca. O assentamento foi

demorado e quando instalados as pressões por parte dos latifundiários fizeram-nos e, não por exceção, abandonar terras ou pagar pelas que legalmente lhes pertenciam por doação governamental. Paulo Gama, no anexo primeiro à carta de 25 de julho de 1803, enviada ao Visconde de Anadia, informou terem saído para terras platinas, a maior parte dos ilhéus, devido aos tratos recebidos. Dos que permaneceram, descontou os fracassados e realçou serem poucos os realmente bem-sucedidos.

Ferreira de Souza (Descrição à viagem ... 1979, p 243) que andou pela restinga Norte em 1777, ao descrever a população, (p. 246) atribuiu aos açorianos, maior ambição do que aos pecuaristas, considerou-os mais trabalhadores, mas o retrato que deixou é de uma população pobre, mal alimentada, mal vestida, vivendo em grande desconforto (p. 243). Bohen, (op. cit p. 23) foi mais condescendente com o campesinato ilhéu. Considerou-o (1774) gente simples, trabalhadora e frugal e acrescentou:

Estes homens fariam grandes progressos na agricultura e enriqueceriam o país se lhes ensinassem e se os encorajassem.

É costume ligar a expansão do plantio do cereal-rei à vinda dos açorianos tradicionais plantadores do grão. O destaque não deve e nem pode obscurecer o papel dos fugitivos colonistas provenientes de área tritícola e possuidores de mão-de-obra.

Na apreciação da atividade tritícola rio-grandense tem sido exagerada a importância dada à tradição dos açorianos como plantadores. Portugueses estabelecidos em outras áreas brasileiras eram portadores da mesma memória e infrutiferamente tentaram a cultura. No Rio Grande do Sul, a desfavorabilidade ambiental bem menor do que em outras áreas explica a importância atribuída ao plantio de trigo. Se os homens não estavam sujeitos a um determinismo climático, a agricultura do século XVIII não conseguia escapar da influência ambiental e exigia grande quantidade de mão-de-obra.

O problema da produção agrícola não se vinculava apenas aos brancos. Deles dependiam as decisões de que e como plantar, do destino da colheita, não o esforço direto empregado em produzir. A mão-de-obra agrícola não abrangia, a não ser por exceção, a população livre. O trabalho braçal repousava na força do escravo – índio ou negro – desde os primórdios da ocupação europeia do território brasileiro. Nóbrega, ainda no século XVI, não aconselhava a vinda de colonos que não dispusessem de recursos para adquirir ao menos um escravo índio (Darcy Ribeiro, 1995 p. 100) A pecuária, utilizando pouca mão-de-obra e dada as suas características, não poderia confiar muito no trabalho servil, exceto na atividade doméstica, donde estabelecer-se um tipo de relacionamento proprietário/subordinados traduzido por uma igualdade entre as partes – ao menos aparentemente. Se tal não ocorresse, não haveria maneira de se prender escravos à estância. Na agricultura o relacionamento foi diferente. A triticultura gaúcha não fugiu ao padrão reinante, apelou para o trabalho do negro. Negro, então não teria o significado restrito atual,

mas englobaria tanto a servidão de africanos, como de índios e seus descendentes. (Maestri, 1984 op. cit. p. 36) As citações seguintes são ilustrativas da importância do escravo na agricultura. Extraída de uma correspondência enviada a El Rei pela Câmara da Capela de Viamão, em 23 de agosto de 1765, rogando mercês a moradores de Rio Grande (Bol.Municipal n.9, p.474/5).

(...) deviam [os moradores] a maior parte de suas fazendas aos comerciantes do Rio de Janeiro (...) que só cuidam em os mandar executar (...) com o fim de lhes tirar alguns escravos que puderam escapar com os quais trabalham a lavoura para o fim de se poderem sustentar (...). Não destacado no original.

De uma documentação pertencente ao acervo do Centro de Pesquisa da Santa Casa de Porto Alegre³, sabe-se que em 1804, havia um comerciante de escravos em Conceição do Arroio, José Bernardo Vieira que vendia fiado peças importadas do Rio de Janeiro; devido a uma pendenga judicial, em 1809, entre Antônio José Inácio e o citado mercador de pretos, ocasionada pelo roubo feito por um escravo deste,

Inácio, crioulo natural do Rio de Janeiro, em dezembro de 1806, tendo com outros a cortar trigo, nunca mais o vi (...).

Veiga Cabral da Câmara, (1887, p. 257) falando sobre distribuição de terras, em 1783, acentuou a preferência do Monarca por

lavradores e estancieiros que tiverem maior número de escravos e gado para povoar e cultivar os sobreditos terrenos.

Cabral (op. cit. p.96) deixou bem claro a repugnância dos açorianos estabelecidos em Santa Catarina, pelo trabalho braçal e acostumados, quando necessário, a explorar o braço escravo. Poderia ser diferente no Continente de São Pedro? Claro que não. Veiga Cabral referindo-se genericamente ao Rio Grande do Sul, (1783) acentuou a existência de um certo desprezo pela agricultura atribuindo-o à abundância e facilidade de obtenção de carne e à preguiça. Reconhece saberem os habitantes da importância da agricultura mas os rio-grandenses **plantam e lavram violentos e por necessidade** (op. cit. p.259). Os lavradores, na maior parte, viveriam na miséria (op. cit. p.261). Outra de suas observações que não contribui para o brilho da agricultura do século XVIII foi a venda de terras obtidas junto ao governo para **gastar o produto segundo a sua fantasia (...)**. Neiss (1975, p. 63) confirmou essa prática. Onze dos 28 casais de número que receberam terras em Santo Antônio, tinha vendido suas terras, quatorze anos após recebê-las .

Paulo Gama em carta datada de 22 de julho de 1803, (Arquivo Histórico do RS) referindo-se à cultura do cânhamo disse serem os ilhéus ou descendentes os

(3) O material foi cedido ao autor pela Profª Vera Lucia Maciel Barroso.

únicos lavradores do Rio Grande a trabalhar com seus braços e o dos filhos. Em correspondência do dia 25 do mesmo mês e ano, o mesmo governador assim se exprime a respeito dos ilhéus:

(...) pelo que se conseguia necessariamente à agricultura e à povoação, esta determinação pois tão sábia e tão proveniente como era não tem surtido o desejado êxito; ou ao menos se teve eu não posso descobrir agora um só vestígio dos seus bons efeitos (...)

e mais adiante justificando a ociosidade dos rio-grandenses pela abundância de carne, acrescentou serem os únicos lavradores

os restos dos casais que ainda se conservam da forma que disse(...)

A contradição é evidente.

O exposto reduz o destaque geralmente dado aos casais de número provenientes dos Açores como agricultores, confirma uma importância relativa da triticultura e o emprego do escravo. Pelas peripécias antecedentes a sua fixação no Rio Grande e as dificuldades que os esperaram após o desembarque, seria reduzido o número dos que poderiam dispor de recursos para aquisição de mão-de-obra empregada na agricultura. Segundo Rubens Barcelos, (1945 p. 3) os primeiros chefes de casal tiveram colheitas com rendimento suficiente para a aquisição dos braços necessários à continuação da cultura. Seria, portanto, um negócio muito lucrativo, considerando que o escravo custava bastante dinheiro. Como, então, entender o que adiante diz, o mesmo autor, sobre a atração exercida sobre o colono, por outras atividades mais compensadoras concomitantes ao decréscimo da lavoura? (p. 21). A realidade era outra.

Moré (1863, p.38) ouviu de velhos habitantes, em 1859, ser a triticultura existente 40 anos antes, portanto em 1819, muito rendosa. Meio saco plantado comprava um escravo, então valendo de 200\$000 a 300\$000, um **preço pouco elevado**, segundo o autor. Trezentos mil réis, na verdade, não era pouco dinheiro, pelo contrário. Em 1820 (não se obteve o valor para 1819), um alqueire de trigo valia 1\$280rs. Seriam necessários 200 alqueires, medida de capacidade, para comprar um escravo. Ora, nem os mais entusiastas partidários da riqueza tritícola do passado anotaram ter meio saco de sementes rendido quase quinhentas vezes. Distanciada do tempo, a memória não faz cerimônia para trair.

Pebayle (1977, p. 142) registrou, para 1780, valores de terras, gado e escravo reveladores do alto preço dos últimos. O rebanho, em nove inventários estava avaliado em 386\$000, a terra, em 160\$000 o que dava para cada quadra de sesmária um preço variando de 2\$000 a 6\$000, um cavalo, 4\$000 e um escravo, entre 16 e trinta anos, de 100\$000 a 130\$000. A terra pouco valor apresentava e o escravo, comparativamente, muito, situação que não se alterara em 1820. O mesmo autor, em nota à página 146, diz :

Selon les inventaires de 1820 e 1821, un esclave de 16 à 30 ans en, bonne santé, valait à Rio Pardo 10 fois plus qu'une quadra de sesmaria e 100 fois plus qu'une tête de bovin.

Os fugitivos da Colônia do Sacramento que se estabeleceram no Rio Grande, se não a totalidade, pelo menos, em parte deveriam possuir condições econômicas melhores do que os açoritas. Eram agricultores, contrabandistas e teriam trazido escravos e dinheiro. Xavier (1973) não tem dúvida em afirmar que a pequena produção tritícola, verificada até 1777, cresceu com a vinda e o estabelecimento daqueles retirantes.

Dúvidas ainda apresentam-se quanto à atividade camponesa dos açoritas. Osvaldo Cabral, (1937, p.95) sobre eles, assim se manifesta:

Não eram (...) em verdade, lavradores, acostumados no trato diário da terra. Eram mais fugitivos às miséria das ilhas em que nasceram do que propriamente homens aptos para o trabalho agrícola, dedicados a ele e dele conhecedores.

Corroborando com a citação anterior, Spalding, em *Colonização açoriana*, (1945 p. 24) fez afirmativa consentânea.

O elemento açoriano essencialmente marinheiro que se viu deslocado no hinterland meridional do Brasil, longe do mar e de suas atividades nas ilhas de procedência – a pesca.

A asseveração de Spalding encontra respaldo em Vitorino Nemésio (apud. Carreiro da Costa, 1989, p. 285) bem mais recentemente,

(...) a alma do ilhéu exprime-se pelo mar. O mar é não só o seu conduto terreal como o seu conduto anímico. As ilhas são o efêmero, o contingente: só o mar é eterno e necessário.

Roche (Op. cit. 1969, p. 24), salientou não terem os açorianos correspondido às esperanças governamentais, acrescentando (p. 30) ter havido uma:

policultura açoriana de produção reduzida porque limitada à satisfação das necessidades domésticas e aos pedidos do mercado local. (...) praticaram, em maior escala pequeno número de culturas cujos produtos eram suscetíveis de alimentar um comércio intra-regional: (...) e sobretudo o trigo. *Esta produção, aliás, não era muito grande.* (Não destacado no original)

O trigo do Continente de São Pedro retratou a iniciativa do homem branco de variada procedência do Império Luso e o resultado do trabalho escravo. As tabelas

4 e 7 destacando expressiva porcentagem de escravos existentes na composição da população da Capitania, mostram não ser em números absolutos, o seu total elevado. Deve-se considerar, ainda, que a partir de 1780, cresceu a importância da charqueada na economia sulina. Esta foi a atividade de grande consumo de escravos. O trigo contou com pouca mão-de-obra, independentemente da coloração da pele do cultivador.

Sobre a saga açoriana é de se repetir Arthur Ferreira Filho (p. 33, 1960):

Julgaram-se ludibriados e arrependeram-se de terem vindo, mas, como não lhes restava outra alternativa, ficaram.

Descendentes dos que permaneceram, são, hoje, componentes de famílias tradicionais do Rio Grande.

Tecnicamente, a triticultura rio-grandense não se distinguiria. Enquanto na Europa, nos fins do século XVIII, a agricultura progredira quanto aos tratamentos culturais, Caio Prado Júnior (1949, p. 95) assim retrata a brasileira:

No terreno do aperfeiçoamento técnico, o progresso da agricultura brasileira é naquele período [sec. XVII e XVIII] praticamente nulo.

No caso particular do Rio Grande do Sul, esse panorama prolongou-se pelo século XX como testemunhou Álvaro Batista (1908, p. 19). Em 1907, assim se reportou à agricultura provincial:

(...) os nossos rotineiros agricultores trabalham como nos tempos coloniais; (...) servem-se dos instrumentos mais antigos para o preparo das terras, para o plantio, para a cultura das plantas e para a colheita. O preparo é ordinariamente oferecido pela natureza e consiste no húmus que os séculos acumularam nas matas que eles, impiedosamente derrubam e queimam.

Instrumentos antigos eram os acompanhantes dos colonizadores. Até 1948, ainda usavam-se em Portugal, conforme citação de Ribeiro (1967, p. 57) três tipos de arados, o mais arcaico, o **radial** criação lusa, o **arado de garganta**, de timão encurvado, trazido pelos romanos e o arado **quadrangular**, que poderia ser provido de carrela, chegado à Península, com os Suevos no século quinto.

Saint-Hilaire (1987) transmitiu uma boa idéia da triticultura praticada no século passado. Havia certas diferenças regionais e, também, em uma mesma área. Ao sul do Rio Grande era costume estrumar a terra cercado certos tratamentos onde, à tarde, encerrava-se gado. Quando já havia adubo suficiente, transferia-se o cercado e a encerra. Alguns plantadores cultivavam a terra, sem adubá-la novamente até por quatro anos. Um dos visitados pelo sábio francês disse-lhe que a única fertilização usada por ele, era o enterro da palha, quando da aração. Em Boca do

Monte, onde a produção rendia mais, queimavam-se trechos de floresta e os plantavam por três ou quatro anos, seguidos de dois anos de pousio. A retomada da cultura iniciava-se com a queima da capoeira. Em Rio Pardo (1820) havia, inicialmente, uma alternância de milho e trigo. Nas terras de mata virgem, após a queimada, feita em dezembro, era plantado milho a ser colhido em junho. Seguiam-se o trigo a ser colhido em dezembro. No segundo ano o milho era o sucessor do trigo. Quando a terra perdia parte de sua fertilidade, apenas o trigo era cultivado. Posteriormente, o baixo rendimento conduzia ao abandono da terra por um quinquênio quando o processo recomeçava. Era o sistema que o geógrafo Leo Waibel denominou de **Rotação de terras primitivas**. O trigo era semeado à mão e sofria uma capina. Na colheita, feita com foicinha, cortavam-se o trigo abaixo da espiga e a palha rente ao solo a fim de queimá-la. A debulha era feita por muare previamente encerrados em curral. Acossados por cavaleiros entravam em outra encerra onde pisoteavam as espigas ali espalhadas. O sistema ocasionava grande perda de grãos seja porque nem todos eram liberados, seja porque uma parte ficava perdida no chão do curral (Saint-Hilaire, op. cit., p. 120).

Colhido, era embalado em surrões de couro a fim de ser exportado. O produto não era de qualidade. Segundo Mawe (1944, p.297) o trigo **se apresenta sempre áspero, com má película e extremamente sujo**. Devido ao acondicionamento o trigo **cresta frequentemente** nas embarcações, quando exportado.

Condições naturais desfavoráveis, escassez de mão-de-obra e métodos atrasados, mesmo para a época, não deveriam e nem poderiam garantir rendimento compensador refletido em produção avultada e excedentes significativos. O colhido, dada as condições existentes, deveria ser muito menos rentável do que o obtido pelo camponês europeu, conseqüentemente, após a guarda do grão destinado a sementes e ao autoconsumo, é de se presumir que pouco deveria sobrar para ser comercializado. As fontes quantitativas, entretanto, revelam-se extremamente otimistas. Antes de apreciá-las, para facilitar o entendimento de seus números não expressos em Sistema Métrico Decimal, pôs-se ao lado de cada quantidade, o correspondente a esse sistema de pesos e medidas. As superfícies das áreas foram convertidas considerando um alqueire, medida de superfície, equivalente a 2,42 hectares e um alqueire, medida de capacidade, correspondente a 27 quilogramas. Desprezou-se as frações de alqueires das medidas originais e arredondou-se os valores das conversões.⁴

Cotejando tabelas e dados de várias proveniências, fez-se duas constatações: nem sempre os números reproduzem a fonte com fidelidade; Gonçalves Chaves (Op. cit. 1978, p. 34 e seg.) é o maior fornecedor de elementos numéricos para as exportações do período estudado e para o estudioso, o grande manancial. Esse

(4) Um alqueire medida de superfície = a 24 200m² ou 2,42ha.

Um alqueire medida de capacidade = 36 l. Um Hl = 75kg. Um l = 0,750g, donde 36 l x 0,750 = 27kg.

O valor do alqueire peso já estava calculado e as tabelas prontas quando o autor localizou em Assis Brasil (p. 102) o seguinte: 1 Hl do melhor trigo pesa cerca de 80 kg e o dos inferiores cerca de 70 kg. Portanto, o adotado nas conversões corresponde à média.

autor opinou pela impossibilidade de **produzir algum tratado passável de Estatística da Província em virtude de nos faltarem informações** (...) Antes dele, Luccock (op. cit. p. 387) fez sério reparo aos dados estatísticos conseguidos. Se, mesmo, atualmente, as estatística nacionais deixam a desejar, com muito mais razão, as do passado devem ser encaradas com bastante cautela.

As estatísticas disponíveis, podem dificultar comparações, compreensões e mesmo induzir a erros. Isto ocorre em bons trabalhos como os de Borges do Carmo, Florêncio de Abreu e Silva ou Alfredo Varela entre outros. A página 100, (Op. cit.) o primeiro autor mostra uma tabela onde aparecem somados alqueires medida de superfície com alqueires medida de capacidade. Outro engano de Borges do Carmo foi a transcrição, à página 25, da tabela fornecida pelo diretor da Estatística e Arquivo Público do Estado. Com ela, pretendeu quantificar a produção entre 1805 e 1820 quando, na realidade, retratou a exportação como se verifica comparando-a com a existente às páginas 22 e 23.

Em Alfredo Varela, na obra **Rio Grande do Sul** (1897, p. 439) há uma tabela com dados do período compreendido entre 1805 e 1820. Encimando-a a seguinte frase: **Eis o movimento da produção no primeiro quarto do século**. Nessa tabela aparecem 1805 com 136.825 alqueires, 1813 com 342.081 alqueires e 1816 com 388.000 alqueires. Na página anterior, primeiro parágrafo, linha 4, lê-se o seguinte:

(...) No começo do século [1805], a exportação montava a 136.825 alqueires e em 1813 subia a 342.081, atingindo a produção total em 1816 a 388.000 alqueires.

Como o Rio Grande não deveria exportar toda a produção, constata-se ou engano em uma das afirmações ou a expressão **movimento de produção** foi usada como sinônimo de exportação. Os dados citados, mesmo não havendo referência à fonte, foram extraídos de Gonçalves Chaves. Só há discordância entre ambos no referente a 1816 que, na origem, totaliza 279.621 e em Varela, 388.000 alqueires e os 109.608 alqueires em 1820 aparecem, em Varela, como 12.968. O ultimo número, nas Memórias Econômico-Políticas, corresponde à exportação de Porto Alegre. Diferenças nada significativas observam-se nas estatísticas dos anos: 1807, 1811, 1813 e 1814. São, muito provavelmente, erros tipográficos.

Paulo Singer, em **Desenvolvimento econômico e evolução urbana** publica uma tabela (p. 152, tab. II) reproduzida por Elmar Manique da Silva em **Ligações externas da economia gaúcha**, sob o título de **EXPORTAÇÃO POR PORTO ALEGRE**. Os dados citados, segundo Singer (p. 151), provêm de Augusto Porto Alegre e somariam o **trigo produzido em Porto Alegre, Rio Pardo Viamão etc.** Repete, linhas adiante que em 1817 **decai a produção(...)** e o dado que expõe encontra-se na sua tabela II. Como compreender essa tabela II? É ela de produção do Rio Grande do Sul ou de exportação da vila de Porto Alegre? Como se verá, não é nem uma coisa nem outra.

Indo à fonte de Singer, encontra-se à p. 142 de **A fundação de Porto Alegre** uma tabela com quatro colunas e 13 linhas, sem titulação. O trecho que a antecede (p. 141/142) inicia-se com o subtítulo **Estatística** e a ele segue-se: **Pelo que podemos averiguar a produção de trigo entre nós foi a que consta no quadro abaixo**. A primeira coluna refere-se aos anos de produção (?) a segunda, à produção em alqueires, a seguinte, ao preço por alqueire e a última ao total de cada uma das produções (?). Ela difere da organizada por Singer porque este incluiu na sua tabela, as produções de 1806, 1813, 1814, 1815, e Paulo Porto Alegre, transcreveu-as no texto seguinte à **tabela II**. Justificou na indisponibilidade dos respectivos preços a razão para não os incluir na **tabela precedente**. Acrescentou: **alguns destes algarismos daqui figuram na obra citada de Saint-Hilaire**. Os números de cada coluna da tabela e mais os do texto somam 17 e destes 14 coincidem com os citados pelo sábio francês.

Apreciando os dados de produção (?) das duas primeiras linhas da tabela de Porto Alegre é-se surpreendido pelos anos ali constantes, 1735, 25.192 alqueires (680t) e 1748, 220.299 alqueires (6.000t).

Em 1735, o Continente de S. Pedro mal registrava o estabelecimento das primeiras estâncias no Litoral Norte e a população existente, pelo reduzido número, não deveria praticar a agricultura do trigo. Note-se, ainda, que Rio Grande, o primeiro posto efetivo na terra gaúcha foi fundado dois anos mais tarde.

A produção de 1748 é também citada por Aurélio Porto (**O trabalho alemão no Rio Grande do Sul**, p. 8, 1934). Esse total peca, evidentemente, pelo exagero. Não haveria, no Rio Grande do Sul da época, braços para tanto trigo. O próprio Aurélio Porto no **Dicionário Enciclopédico do Rio Grande do Sul**, (1937 p.83) escreveu:

Antes da chegada dos açorianos, em 1744, o P. Strasser (...) nos dá notícia sobre esse assunto: a terra é fértil e produz boa vinha, melões e outros frutos americanos. Mas não se destacam ainda *plantações de cereais* (não assinalado no original).

Se, em 1744, os cereais não se destacavam, seria preciso um esforço maior do que a gente do Rio Grande poderia dar para produzir o que teria sido a quinta maior colheita de trigo registrada no seu território, até 1822.

Olinto Sanmartín (1943) parece ter percebido o exagero ou pretendeu corrigir um erro tipográfico. Sem fazer referência a alguma fonte, transferiu os 220.299 alqueires para o ano de 1778, acrescentando ter sido a **colheita opulenta**, (p.126) expressão usada por D. Luís de Vasconcelos ao referir-se à produção de 1784. Seja qual tenha sido o motivo da modificação, Sanmartín não fugiu do engano. Aquele volume teria sido produzido em um ano compreendido entre 1735 e 1748, mas não no solo do Rio Grande. A fonte onde se a encontra a informação não se apresenta muito clara. A leitura atenta permite inferir a localização desse trigo na Colônia do Sacramento. Em **Notas para a História do Rio Grande do Sul – séculos XVII e XVIII**, Joaquim Gomes de Campos Jr. (1903, p. 159) escreveu:

Por carta régia de 5 de agosto de 1748 se permitiu emigração das ilhas para a zona entre o rio São Francisco e o cerro S.Miguel. O preço do trigo na COLÔNIA (não destacado no original) era em 1735 de 750 réis (o que confere com o citado por Porto Alegre).

Havia quintas, casas nobres, vinhas (...) Havia olarias, moinhos de vento, de água e atafonas. Produziu 220.299 alqueires de trigo, pelo mesmo manuscrito avaliados em 122:745\$100 réis;

O texto de Campos Jr. é confuso a começar pelo título. No século XVII não existia Rio Grande do Sul português. O domínio luso, situado além do Brasil, era a Colônia do Santíssimo Sacramento. Quando se refere a COLÔNIA, em 1735, não há dúvida a qual colônia indica. Na centena de nomes coligidos por Mariante (1990) como indicativos do Rio Grande do Sul, nenhuma vez aparece a denominação COLÔNIA. Os dois últimos períodos não correspondem a uma descrição do Rio Grande dos fins da primeira metade do século XVIII.

Pela redação de Campos Jr. não se percebe com certeza se a produção é do ano 1748. O autor não diz se o referido, após o primeiro período aqui transcrito, pertence ao mesmo documento. Como não está entre os objetivos deste trabalho, a Colônia do Sacramento não se indagou se tinha meios para produzir cerca de 6.000 toneladas de trigo.

Indo-se à matriz dos dados de Augusto Porto Alegre, Saint-Hilaire, constata-se à página 83 (1987), antecipando os transcritos, o seguinte período:

Vou transcrever o extrato dos dados de exportação do RIO GRANDE (não destacado no original) durante vários anos, e que me foi fornecido pelo Sr. Chaves.

e na página 85: **No ano 1805 exportaram-se do Rio Grande e seguindo-se a exportação desse ano a de outros que o sucedem.**

Constata-se, portanto, um engano de Porto Alegre e repetido em Singer.

Restou apreciar os totais referentes aos anos 1768 e 1776 que Augusto Porto Alegre, sem mencionar fonte, registrou, respectivamente, como 32.278 e 35.032 alqueires. São números plausíveis tanto para produção como para exportação, pois situam-se dentro dos parâmetros registrados pelo Vice-rei dom Luís de Vasconcelos. Mas, eles trazem consigo uma interrogação: o Rio Grande, em virtude das condições políticas reinantes, teria capacidade de produzir ou de exportar trigo? Não seriam de exportação devido às dificuldades apresentadas pelo comércio marítimo entre o Rio Grande e o resto do Brasil. Por terra era difícil o transporte de quantidades apreciáveis de trigo ou farinha até Laguna onde poderiam ser embarcadas para outros portos. O Tenente-General Bohen anotou que uma carreta só podia transportar entre Laguna e o Rio Grande, 80 alqueires e fazer apenas duas viagens por ano (p. 91).

Baseado em correspondência do militar pode-se dizer da pouca probabilidade da produção ter atingido ao citado por Porto Alegre. Em carta datada de 5 de

janeiro de 1776, período em que deveria estar ainda se fazendo a colheita do trigo, registrou notícias vindas de Rio Pardo anunciando a perda de quase toda a colheita dali e **deste lado** (Campo de João da Cunha) as chuvas também causaram prejuízos. Estas duas referências e mais quatro sobre falta de trigo constantes em outras cartas não condizem com a indicação para o ano de 1776.

Florêncio de Abreu em **Aspectos do desenvolvimento econômico e financeiro do Rio Grande do Sul** (1922) apresentou uma tabela (p. 265), transcrita por Laytano (op. cit. p. 65). Uma das colunas é encimada pelo título Produção e outra Exportação de trigo. Ambas não constituem uma série completa. Exceto o primeiro valor, referente a 1787, os dados de produção coincidem com os de exportação total do Rio Grande do Sul colhidos por Gonçalves Chaves; os de exportação, aos da saída de trigo por Rio Grande.

Em correspondência à Corte lisboeta, datada de 12 de maio de 1788, documento cheio de ensinamentos sobre a triticultura gaúcha, o Vice-Rei Luís de Vasconcelos (apud G. do Carmo, Op. cit., p. 104) referindo-se a levantamento da situação tritícola do Rio Grande efetuada quando assumiu o governo, (1779) objetivando elevar a produção, tendo em vista o mercado externo, disse:

(...) o meu primeiro cuidado foi saber qual a produção naquele tempo (...) achei que era muito raro naqueles primeiros anos chegar ao número de 50.000 alqueires de trigo [1.350t] (...)
(...) sabendo-se que a produção não costuma exceder de 100.000 alqueires (2.700t (...)).

A produção, portanto, apresentou uma variação de 100% em um período de 8 anos. O Vice-rei chamou a atenção para a colheita de 1787 (106.794 alq.) como sendo a de um **ano de rara abundância** e a do ano em que escreve, não ter sido bem sucedida **porque sendo muito diminuta a produção por causa das demasiadas chuvas**. Muito cedo a triticultura rio-grandense estava sujeita à ditadura das variações ambientais.

TABELA 8
Produção gaúcha de trigo

ANO	ALQUEIRES	TONELADAS
1779	< 50 000	< 1350
1780	61.111	1.650
1781	53.897	1.455
1787	106 794	2.883
1816 (1)	400.000	10.800
1822 (2)		3.600

(1) Moraes

(2) Cálculo de Florêncio de Abreu baseado na exportação

O exame da tabela 8, preliminarmente, chama a atenção pela exigüidade dos elementos, referem-se a apenas 6 anos quando o período estudado atinge a meio século. Em todas as fontes pesquisadas não se encontrou outros números de produção. A maioria dos autores teceu os seus comentários sobre os valores da exportação. Note-se que a produção registrada nesta tabela, para o ano de 1787, é pouco maior do que a soma das produções constante na de número 11.

Merece especial consideração o produzido em 1816, segundo Moraes e a estimativa de Florêncio de Abreu para 1822. O primeiro autor não indicou a fonte de onde safram 10.800 toneladas. A exportação, nesse ano, foi alta como revela a Tabela 13, e Varela falou, inclusive em exportação maior, 388.000 alqueires.

Pode-se sentir uma grande oscilação no volume de trigo colhido no Rio Grande do Sul durante o período 1779/1822 e um aumento da área cultivada no primeiro quinto do século passado. O ano de 1822 segundo a maioria dos estudiosos marca a extinção da cultura (1822) mas a estimativa de produção segundo Florêncio de Abreu é 26% superior a 1787, a mais alta do século anterior e considerada, como se viu, **opulenta**.

Em três anos do século atrasado, 1780, 1781 e 1787, tem-se a distribuição geográfica da colheita do trigo que pode ser vista nas tabelas 9, 10 e 11.

TABELA 9
Produção gaúcha de trigo – 1780*

LOCALIDADE	ÁREA CULTIVADA ALQUEIRES **ha		PRODUÇÃO ALQUEIRES **t		REND./HA KG
Vila de S. Pedro	1.126	2.725	12.048	325	119
Estreito (N.R. Grande	996	2.410	9.790	264	110
S. Luiz de Mostardas	955	2.311	7.629	206	89
S. Amaro e Taquari	645	1.561	6.932	187	120
Vila dos Anjos	585	1.416	—	—	—
Viamão	579	1.401	2.557	69	49
Porto Alegre	463	1.120	10.674	288	257
Santo. Antônio	427	1.033	3.500	95	91
Caí	370	895	1.475	40	44
Rio Pardo	359	869	3.888	105	122
Freguesia Nova	149	360	—	—	—
Jacuí	125	303	—	—	—
Encruzilhada	117	283	2.015	54	192
Conceição da Serra	91	220	—	—	—
TOTAL	**6.990	****16.916	***61.111	****1.650	

* Esta tabela foi organizada com elementos colhidos em Xavier, **Primeiro a agricultura**.

** Na conversão ao Sistema Métrico os valores foram arredondados

*** Valores constantes nas fontes mas não correspondem as somas das colunas que são, respectivamente, 6987 e 60.508.

**** Não corresponde a soma da coluna, sim a conversão do valor original. As somas das conversões são: 16.907ha e 1.633t.

TABELA 10
Produção gaúcha de trigo – 1781*

LOCALIDADE	ÁREA CULTIVADA		PRODUÇÃO		RENDIMENTO KG/HA
	ALQ.*	ha **	ALQ.*	t **	
S. Pedro e P. Novo	1.089	2.635	8.217	222	84
Estreito do Norte	1.482	3.586	8.753	236	66
Mostardas	1.110	2.686	7.584	205	76
Lombas	659	1.595	5.507	149	93
Cima da Serra	27	65	128	3	53
Viamão	420	1.016	2.994	80	79
Porto Alegre	800	1936	5.125	138	71
Caí	416	1.007	1.562	42	41
Santo Amaro	1.940	4.695	8.142	220	46
Rio Pardo	375	907	3.595	97	107
Jacuí	304	736	1.095	29	40
Encruzilhada	360	871	1.245	33	38
TOTAL	8.982	21.712	53.897	1.455	66

* Fonte: Borges do Carmo, p. 100

** Na conversão os valores foram arredondados

TABELA 11
Produção gaúcha de trigo – 1787 *

LOCALIDADE	PRODUÇÃO	
	Alqueires	t. **
Rio Grande	9.614	259
Povo Novo	7.472	202
Cerro Pelado	8.708	235
Estreito	15.848	428
Mostardas	14.126	381
Porto Alegre	3.316	89
Aldeia dos Anjos	4.534	122
Viamão	6.127	165
Lombas	8.233	222
Caí	6.166	166
Santo Amaro	2.955	80
Taquari	5.884	159
Triunfo	1.901	51
Rio Pardo	4.936	133
Passo do Couto	2.378	64
Cachoeira e Jacuí	2.195	59
Encruzilhada	2.321	63
TOTAL	105.715	2.854

* Fonte: Palweis, Apêndice aos autos do conselho de guerra (...)

** Na conversão para o Sistema Métrico os valores foram arredondados

A apreciação das tabelas mostra a preponderância do Litoral. Em 1780, Rio Grande, Estreito e Mostardas cultivaram 44% da área e produziram 49% do trigo. No ano seguinte, plantaram, pouco menos, 41% do total rio-grandense e colheram 45% da safra. Seis anos após, a produção litorânea, segundo a estatística existente, era de 55,75% não havendo dados para a área cultivada. Rio Grande era o maior plantador e produtor no primeiro daqueles anos, seguido de Porto Alegre com volume cerca de 11% inferior, conseguido em área 41% menor; e rendimento expressivamente mais elevado. Rio Pardo, porém, obtinha mais grão por hectare. No ano seguinte, a primazia do espaço cultivado pertenceu a Santo Amaro, seguindo-se-lhe Estreito, o maior produtor dessa safra, vindo Santo Amaro atrás de Rio Grande. Porto Alegre tendo plantado o dobro do ano anterior, colheu cerca da metade daquele período.

Antes de se passar ao comentário dos rendimentos por unidade agrária, anote-se que os constantes nas tabelas foram calculados para este trabalho. Em diversas fontes encontram-se dados sobre rendimentos. Na maioria delas predomina o exagero, o mesmo exagero herdado da Carta de Caminha sobre a uberdade do solo pátrio. Exemplos do afirmado, são os trechos a seguir colhidos. Os três primeiros saíram das *Notas Estatísticas* de autoria de Sebastião Ferreira Soares, edição de 1860 (apud Borges do Carmo, op.cit. p. 12)

A fertilidade das terras era tal que, sem auxílio de estrume, cada alqueire de trigo semeado produzia, nas regulares colheitas, na razão de 80 a 90 por um e, quando se dizia colheita superior, era efetuada ela na de 100 e mais por um(...) a província foi denominada o celeiro do Brasil;

(...) colheitas então na razão de 35 a 40 alqueires por 1 o que acharam não valer a pena plantar-se, visto estarem habituados os lavradores a colher na razão de 100 por um (...).

A produção de 40 alqueires por 1 foi taxada de miserável ! (...) Na Rússia as colheitas superiores não excedem, nem mesmo igualam às que no Rio Grande se taxam de miseráveis; e nos Estados Unidos a produção de trigo é estimada na razão de 20 alqueires por 1; (...).

O Tenente-General Bohen, em sua *Memória*, assinala que a terra cultivada pelo açoriano lhe retribui rendosamente o trigo (...) que plantam.

Marques Fernandes, autor da *Descrição corográfica, política, civil e militar da Capitania do Rio Grande de São Pedro*, (1804 p. 45) ao escrever sobre rendimento do trigo assim se expressa: há terras que produzem cinquenta por um; e de ordinário vendem vinte por um.

Sobre rendimentos, diversos autores, ao abordarem o assunto, preferiram argumentar com os de 80 a 100 obtidos por um, considerados elevados e superiores

aos do estrangeiro. Entre outros, assim procedem: Aurélio Porto (1934), Alfredo Varela (1897), Florêncio de Abreu e Silva (1922).

É por demais sabido que as melhores condições naturais para a cultura do trigo – a sapiência não é de hoje – encontram-se na Ucrânia, parte integrante do Império Russo, nos séculos atrasado e passado. Ali, conjugam-se, favoravelmente, o clima com as **terras negras**. Mas, já em 1784, segundo Braudel (1995, p. 93), devido a abundância do cereal e o baixo preço, muitos agricultores abandonaram a cultura. Não é plausível que, em paragens gaúchas aonde, atualmente, nem é recomendável o cultivo da gramínea, houvesse maior rendimento do que naquelas terras mesmo que a mão-de-obra ali existente deixasse a desejar. É aceitável a afirmativa de abandono de cultura em áreas de **40 por um**, correspondendo ao dobro do obtido nos Estados Unidos por se estar acostumado a rendimentos de até 60% superiores? Não se obteve elementos sobre o rendimento americano por ha no período 1780/1822, para confirmar os sugeridos 20 por um. Na França, terra de tradicionais cultivadores e solos apropriados, no tempo de Vauban, o rendimento variava de 5 a 5,5 por um e no quinquênio 1820/1825 passara a 7,5, por um (Mauro, op. cit, p. 63). Segundo Braudel (op.cit. p. 106) eram os seguintes rendimentos: Inglaterra, Irlanda e Países Baixos (1700/1820) >10 x 1; França, Espanha, Itália (1500/1820), 6,3 x 1; Alemanha, Países Escandinavos (1700/1820), 6,4 x 1.

Domingos José Marques Fernandes foi o que mais se aproximou, ou melhor, o que menos exagerou a realidade gaúcha com os seus **de ordinário vendem vinte por um**. Assis Brasil observou ser este sistema tradicional de avaliação de rendimento

(...) vicioso porque o número de grãos a colher de cada grão plantado depende da maior ou menor densidade da sementeira.

Braudel (op. cit. p. 105) permite supor que o camponês europeu do século XVIII plantando, em média, um hectolitro e meio por hectare, média atual de cultivo, com rendimento de cinco por um em ano, sem interferência de fenômenos naturais incomuns, colheria 7,5 hectolitros. Pesando 75 quilogramas o hectolitro, um hectare produziria 563,5 kg. Comparando este rendimento com os das paróquias rio-grandenses, tabelas 7 e 8, estas apresentam resultados muito baixos, longe da euforia já assinalada. Variações difíceis de entender são, por exemplo, a redução de um ano para outro, do rendimento de Porto Alegre ou de Encruzilhada. Porto Alegre aumentou em 42% a área cultivada, entre 1780 e o ano seguinte e o rendimento reduziu-se em 72,37%. Em Encruzilhada a área plantada aumentou cerca de sete vezes e o rendimento decresceu 5. Apenas Viamão destoou, entre todas as freguesias produtoras, apresentando aumento de rendimento, em relação ao ano anterior. As outras sem diminuições tão significativas quanto a da Capital, tiveram-nas apreciáveis. 'Como só há registro de irregularidade climática em 1788 e como a ferrugem, por muitos considerada culpada pelo destino da cultura, ainda não se fizera sentir, ou não fora anotada até então, resta desconfiar da qualidade das estatísticas. Porto Alegre em 1780, com 257 Kg/ha, rendimento inferior à

metade da média européia, é a paróquia mais destacada quanto aos resultados da lavoura tritícola. No ano seguinte, unicamente Rio Pardo ultrapassou o rendimento de cem quilogramas por hectare.

Saint-Hilaire (op.cit. 1987) nas suas andanças, obteve informações em várias propriedades, sem a generalização das afirmativas anteriores. Anotou que as melhores terras para a cultura surgiam à medida em que se afastava de Rio Grande onde não se colhe mais de 30 ou quarenta por um. Na estância de Medano Chico é informado que se obtém de 80 a 100 por um, mas, esta propriedade está situada em terras da Banda Oriental e nem para aí o informe deve ser verdadeiro. Em Toropi Chico, em dezesseis alqueires área foram produzidos 100 alqueires peso. A relação dá pouco mais de seis por um, muito longe de 20 e mais por unidade e consentâneo com a européia. Obviamente, Saint-Hilaire escreveu o que lhe informaram e não resultados de sua observação direta.

Quanto representaria, proporcionalmente ao consumo interno ou à produção, a exportação? Gonçalves Chaves (op. cit. p .291) escreveu: **Pode crer-se que o consumo da terra é pouco (...)** a exceção do trigo (...). A apreciação qualitativa nada esclarece. Morais, (op. cit. p.99) que quantificou em 400.000 alqueires a produção de 1816, acrescentou terem sido exportados 227.000 alqueires. Esta quantidade corresponde a saída pelo porto de Rio Grande. O total exportado alcançou a 279.621 alqueires (tabela 11). Essa última quantidade equivale a 70% da produção. Seria de 30% o gasto interno equivalendo um consumo aparente per capita anual de 46,200 quilogramas? A única indicação encontrada atribuível a consumo é de Betamio (1858, p.274), refere-se à quantidade de farinha recebida por autoridades ou militares em 1780.

O fornecimento de munição de boca às tropas consta de pão ou farinha (...) sendo pão dá-se para dois dias a cada praça, um pão de toda a farinha, a que se chama de munição com o peso de duas libras e meia depois de cozido: sendo farinha são três quartas de alqueire por mês ou um décimo de quarta por dia a cada praça (...)

As autoridades mais graduadas, segundo a mesma fonte, recebiam ração maior. Ao governador tocava, mensalmente, três alqueires (81 quilogramas), ao Provedor, a metade e a outros contemplados, 3/4 de alqueire (20,25 quilogramas). O rendimento do trigo em farinha, nesse tempo, não deveria ultrapassar a 60%.

Manifestações das Câmaras Municipais localizadas nas atas, revelam a importância dada ao trigo pela autoridade. Em 13 janeiro de 1768, a Câmara de Viamão, em virtude da abundância de trigo que **se vão recolhendo**, ordenou que o pão de dois vinténs pesasse duas libras e meia e três quartas, o de vintém. (Bol. Municipal Nº 8, ano III, 1948) Dez dias após, sem maiores esclarecimentos, a ata da Câmara registra a publicação de um edital proibindo **que nenhuma pessoa de coalidade (sic) que seje, (sic)** sob ameaça de penas, mandar trigo para fora da Capitania.

Não se teria confirmado a abundância ocasionadora do aumento de peso do pão? A resposta está nos editais seguintes. Em março, foram baixados dois, o primeiro, em virtude do encarecimento do trigo, mandava reduzir o peso do pão de dois vinténs para cinco quartas e no outro, sob pena de prisão e confisco, no espaço de trinta dias, todos os possuidores de trigo, lavradores ou outros quaisquer, deveriam **denunciar os alqueires que tiverem a este Senado**. No início de junho, ordenavam-se aos fabricantes de pão, padeiros e outros, que só fizessem os de vintém e não os de dois vinténs, como era hábito. A dança do peso continuou habitando as páginas das atas da Câmara, em anos seguintes, conforme se manifestasse ou a falta de pão ou o excesso de oferta de trigo.

Augusto Porto Alegre (op. cit. p. 139), interpretou diferentemente a resolução da Câmara, datada de 23 de março. Atribuiu-a à saída de trigo sem o pagamento dos impostos, mas, à nota 61 (p. 239) nomeou vários cidadãos presos por violarem a disposição e acrescenta que os 410 alqueires, montante da exportação clandestina, fora **distribuídos por 4 padarias da vila que estavam em falta do artigo**. (Não destacado no original)

A agricultura do trigo, atividade de economia colonial, não pretendia atender consumidores locais. Incentivada pelo Governo luso, o objetivo era a produção de excedentes para satisfação de necessidades de outras áreas da Colônia e de Portugal.

Elementos numéricos sobre a exportação de trigo pelo o Rio Grande do Sul são muito mais abundantes do que os referentes à produção. Quanto a suas validades, as incertezas não são menores do que as assinaladas anteriormente e nem as confusões. Gonçalves Chaves (Op. cit. p. 133) de quem procedem, na maior parte das vezes, as estatísticas de exportação citadas pelos estudiosos assim se referiu aos mapas das mesmas:

(...) são fundados em manifestos dos mestres das embarcações, que ocultam alguma carga, seja por capricho, seja por temor de que de suas declarações resulte ao diante algum imposto; (...) e devemos crer que ainda os produtos excedem a proporção da exportação que vamos apresentar.

As mais diversas fontes exaltam a importância da exportação de excedentes tritícolas gaúchos. Algumas, levadas por um patriótico entusiasmo, exageraram nas medidas e na fantasia. O Dr. Domingos Francisco dos Santos (1894, p. 18) lembrou algo, segundo ele, esquecido: os Estados Unidos eram dependentes do trigo gaúcho até o início da Revolução Farroupilha. A interrupção causada pela Epopéia levou os americanos ao cultivo do cereal.

Tendo-lhe [E. Unidos] faltado o fornecimento do Rio Grande, tentou essa cultura, [trigo] e com tanta vantagem para si, que quatro anos depois já exportava.

Gonçalves Chaves (op. cit. p. 144 e seg.) que detalhou as exportações da Fronteira do Rio Grande, entre 1816 e 1822, só registrou para o país do norte envio de couros de boi, de égua e de mula. Varela (1897 p.438) quando poderia afirmar não ser o Rio Grande não mais exportador de grão, garantiu que em 1823 não se plantava mais trigo na província gaúcha. Em vista da afirmativa, é de se perguntar como ficaram os americanos do Dr. Santos...

Santa-Anna Nery, no ano da proclamação da República, escrevia, em francês, sobre a antiguidade da cultura do trigo no Rio Grande e registrava exportação do cereal para o Rio de Janeiro e para Cuba, antes de 1830. (1889 p.265). Acertando no que tange a velha capital, parece ter trocado o produto exportado para a Ilha. Não seria carne seca constante em tabelas de exportação de Gonçalves Chaves?

Fortunato Pimentel, (Op. cit, 1944, p.271) sem esclarecer tratar-se do Rio Grande do Sul ou do Brasil, informou:

Época houve, aliás, em que exportamos trigo para os Estados Unidos, as Repúblicas do Prata, e mesmo para alguns países da Europa.

Certa é a saída de trigo do Rio Grande do Sul para o Rio de Janeiro onde poderia ser redistribuído a outras capitanias e esporadicamente para Portugal. Para os Estados Unidos, já então exportador de destaque, isto não deve ter ocorrido.

Antes da última década do século XVIII, pouco significado tinha na economia rio-grandense a exportação de trigo. Bohem (op. cit. p. 24) em 1774, referindo-se ao comércio da Capitania, salientou a remessa dos couros e quanto ao **trigo (...)** **que saem deste continente é muito pouca coisa.** (op. cit. p 24)

A intenção de abastecer outras terras constou das preocupações do Vice-rei Dom Luís de Vasconcelos e Souza, em carta enviada à Corte, em 1787, (Pauwels, op.cit p. 507) apreciou a ordem de facilitar a negociantes lusos a pretensão de adquirir dois navios de trigo e farinha rio-grandenses para abastecer a Metrópole. O Vice-rei, sem se opor à compra, demonstrou a inexistência de excedentes. Quando de sua chegada ao Brasil, (1779) interessou-se e recolheu subsídios sobre a triticultura que, apesar das possibilidades não produzia 50.000 alqueires. Além de incentivar colonos ilhéus e refugiados da Colônia do Sacramento à produzirem trigo, achou de bom alvitre não pôr em prática o seu projeto de exportação para portos brasileiros naquele momento, mas sim, quando realmente houvesse excedentes a fim de evitar o encontro de trigo rio-grandense com o proveniente de Lisboa, nos referidos portos. Na data da carta, segundo o missivista, (12/05/1788) a produção não permitiria exportação para a Europa. A exportação, ainda segundo Dom Luís de Vasconcelos, requeria um excedente que o aumento da produção não ocasionara em virtude do crescimento mesmo reduzido da população, e além disto a falta de importações pelo Rio Grande do Sul encarecia o frete do trigo. No ofício que acompanhou a passagem do governo ao seu sucessor, (Rev. I.H.G.R.GS,1929,I/II Trim. p. 18) Dom Luís de Vasconcelos, reiterou a preocupa-

ção e o incentivo que deu à cultura do trigo, desde a sua posse no governo, visando o fornecimento do sobejo a Portugal. Em um trecho, (p. 160) lê-se :

Mas não tendo sido possível completar-se este objeto, por não terem as colheitas correspondido às minhas esperanças, mais do que em serem mais felizes em alguns anos, pareceu entretanto impraticável adiantar um só passo, que dependia de outras sólidas seguranças que ainda se representavam muito remotas.

Retomando a pretensão de compradores portugueses (já referida) em adquirir trigo gaúcho, apoiada em uma pequena remessa feita a Lisboa em 1787, (op. cit. p. 160) escreveu ter resultado em encarecimento do produto por **falta de trigos**. Não houve, portanto, em boa parte do século XVIII, colheitas expressivas capazes de alimentar comércio exterior, apesar da produção haver dobrado (Tabela 8). Os excedentes eram enviados a outras capitanias, em especial ao Rio de Janeiro onde parte do cereal seria redistribuído.

Fontes contemporâneas do período 1780/1822 noticiam exportação de trigo da Capitania. Uma carta de Rafael Pinto Bandeira respondendo à solicitação do Vice-rei D. Luís de Vasconcelos contém os elementos formadores da Tabela 12 (Capitania do Rio de Janeiro – Correspondência....1902, p. 266/67). No século passado, Saint-Hilaire publicou dados fornecidos por Gonçalves Chaves contendo as saídas de trigo pelo porto do Rio Grande. O charqueador pelotense, nas **Memórias Economo-Políticas**, divulgou estatísticas das exportações de Rio Grande e de Porto Alegre correspondentes a uma quinzena de anos. Constituem as colunas da tabela 13.

Luccock, comerciante inglês que viveu no Brasil durante 10 anos (1808/1818) registrou no apêndice de sua obra, (op. cit.) confusas tabelas denominadas **Tábuas de Comércio**. Em uma delas consta a saída de farinha, presumivelmente de trigo.

Spix e Martius, que estiveram no Brasil entre 1817 e 1820, anotaram (p. 167, nota 22) receber o Rio de Janeiro, farinha de trigo vinda do Rio Grande do Sul cujas exportações de trigo, fornecidas **pelo nosso amigo F. Schmmelbusch, de Solingen** que morou muitos anos no Brasil (p. 117), **não passou**, em 1816, de 279.621 alqueires; em 1817, 133.359 e em 1818, 76.396 alqueires. Esses Algarismos coincidem com os constantes na sexta coluna da tabela número 13. O Senador José Saturnino Costa Pereira em 1849 (**Obras do Porto e Barra do Rio Grande do Sul**, 1924, p.152) utilizou as mesmas fontes de Gonçalves Chaves, mas citou apenas os totais de exportação da Província. Há, entre ambos, uma diferença sem maior significação nos dados referentes aos anos 1811 e 1813. Apenas uma discordância importante, o Senador atribuiu um valor à exportação total de 1820 que Chaves anotou como sendo a de Porto Alegre.

Estudiosos mais modernos, ao analisarem o comércio gaúcho de trigo do período colonial, buscaram os dados numéricos nos autores citados, principalmente em Gonçalves Chaves.

TABELA 12
Exportação gaúcha de Trigo – 1790/1793*

ANO	ALQUEIRES	TONELADAS	ARROBAS	TONELADAS
1790	73. 044	1.972	–	–
1791	107.298	2.897	3.313	50
1792	109.738	2.963	2.606	39
1793	85.854	2.318	1.017	15

(*) Tabela organ. segundo dados de Rafael Pinto Bandeira (Correspondência de várias autoridades)

TABELA 13
Exportação gaúcha de Trigo* 1805/1820

ANO	P/PORTO DE PORTO ALEGRE		P/PORTO DE R. GRANDE		TOTAL EXPORTADO		EXPORT. P/ R. GRANDE
	ALQUEIRES	TON.	ALQUEIRES	Ton.	ALQUEIRES	Ton.	% EXPORT.
1805	41.764	1.128	95.061	2.567	136.825	3.694	69,49
1806	24.892	672	62.836	1.697	87.755	2.369	71,63
1807	47.040	1.270	93.298	2.519	140.338	3.789	66,48
1808	80.283	2.167	177.025	4.780	257.308	6.947	68,79
1809	45.390	1.225	108.648	2.933	154.038	4.158	70,53
1810	46.562	1.257	143.983	3.887	190.545	5.144	75,56
1811	53.263	1.438	152.271	4.111	205.534	5.549	74,08
1812	62.743	1.694	151.185	4.081	213.928	5.775	70,67
1813	84.745	2.288	257.342	6.948	342.087	7.176	96,71
1814	58.423	1.577	211.926	5.722	270.349	7.299	79,16
1815	32.665	882	255.782	6.906	288.447	7.788	53,78
1816	52.640	1.421	226.981	6.128	279.621	7.549	81,17
1817	23.913	645	109.446	2.995	133.359	3.641	82,25
1818	2.158	571	55.237	1.491	76.395	2.062	72,30
1819	9.324	251	112.218	3.030	121.542	3.281	92,37
1820	12.968	350	96.640	2.069	109.608	2.419	85,53

* Tabela organizada com dados colhidos em Gonçalves Chaves

Oliveira Lima, (1908, p.376) registrou reexportação de farinha de trigo gaúcha pelo porto do Rio de Janeiro.

A tabela 13 mostra uma grande oscilação nas exportações entre os dois primeiros e entre os dois últimos anos. Há um aumento da quantidade de trigo expedida, entre 1790 e 1791, de 32%. Nos dois anos seguintes a exportação conservou-se quase a mesma, apenas uma diferença de 2,3% mas em 1793, a Capitania teria exportado menos 22% do que no ano precedente. Como se sabe que as exportações dirigiam-se, principalmente, para o Rio de Janeiro, a comparação desta

tabela com a de número 14 mostra uma tendência de decréscimo das exportações nos fins do século. Ademais, as quantidades exportadas não avultam.

A tabela 13 não chama a atenção por encerrar grandes totais anuais de exportação. Em nenhum ano a remessa para fora da Capitania alcançou 8 000 toneladas. Dentro da realidade de então, o ano de 1808 foi o primeiro a atingir uma exportação destacada cujos valores caíram no triênio seguinte. Ao quadriênio 1813/1816 corresponde o período áureo com 39% das 31.873 toneladas negociadas para fora do Rio Grande do Sul, entre 1805 e 1820. Ao porto do Rio Grande coube a supremacia nos embarques de trigo. O ano em que menos volume em relação ao total, lhe tocou, foi o de 1806, com 66%. A partir de 1809, a Cidade Marítima nunca exportou menos de 70% do trigo remetido pelo Rio Grande do Sul, atingindo o máximo em 1819 com 92% do total.

TABELA 14
Exportação do trigo pela Fronteira do Rio Grande*1816/1822

Destino	1816		1817		1818		1819		1820		1821		1822	
	ALQ.	TON.	ALQ.	TON.	ALQ.	TON.	ALQ.	TON.	ALQ.	TON.	ALQ.	TON.	ALQ.	TON.
R/Janeiro	224.958	6.074	102.409	2.756	54.792	1.479	110.254	2.977	98.002	2.646	118.762	3.207	37.362	1.009
Sta. Catarina	2.023	55	1.503	41	445	12	751	20	160	4				
Bahia			141	4										
Pernambuco			4.093	110			1.112	30	1.200	32				
Campos			100	3										
Montevideu			1.200	32			100	3	284	8				
TOTAL	226.981	6.128	109.446	2.955	55.237	1.491	112.218	3.030	99.646	2.690	118.762	3.207	37.362	1.009

* Fonte: Gonçalves Chaves

Borges do Carmo apresenta uma tabela, transcrita a seguir, com dados por ele obtidos no **Livro de lançar as entradas das embarcações nesta cidade do Rio de Janeiro** que apresenta discrepâncias quando comparada com a tabela anterior.

Comparando-se as três últimas tabelas, a exportação pela **Fronteira do Rio Grande**, (Tabela 14) corresponde ao detalhamento das exportações feitas pelo Porto do Rio Grande, entre 1816 e 1822. Os seus totais repetem, os do mesmo período, registrados pela tabela 13. Não se observa a coincidência entre os referentes ao Rio de Janeiro e os da tabela 15 que deveriam ser os iguais. Se as diferenças apresentadas para os anos 1816 e 1821 são pequenas, respectivamente 1,5% e 6% mais elevados nos elementos fornecidos por Gonçalves Chaves, o mesmo não ocorre com os recebimentos de 1819, 1820 e 1822 quando as diferenças favorecem os dados de Gonçalves Chaves em 37%, 16% e 81%. Somente em 1817, as entradas no Rio de Janeiro apresentam, sobre os coligidos no Rio Grande um acréscimo de 18%.

TABELA 15
Exportação gaúcha de trigo para o Rio de Janeiro* – 1793/1807

ANO	ALQUEIRES	TONELADAS	ANO	ALQUEIRES	TONELADAS
1793	8.040*	217	1808	200.859	5.423
1794	43.140	1.164	1809	126.069	3.404
1795	12.878	347	1810	140.139	3.784
1796	13.436	362	1811	135.059	3.646
1797	16.810	453	1812	94.673	2.556
1798	13.028	351	1813	304.158	8.212
1799	22.072	595	1814	265.364	7.164
1800	58.726	1.585	1815	205.364	5.545
1801	61.416	1.658	1816	221.745	5.987
1802	76.914	2.077	1817	120.591	3.256
1803	96.024	2.593	1818	—	—
1804	76.097	2.055	1819	80.444	2.172
1805	71.971	1943	1820	84.129	2.172
1806	13.999	377	1821	111.857	3.020
1807	133.256	3.598	1822	20.623	5.568

*- Fonte: Gomes do Carmo

Para 1818, enquanto Gonçalves Chaves constatou uma exportação para a capital do Reino Unido de Portugal Brasil e Algarve de 54.792 alqueires, o livro que documentaria o recebimento não acusa entrada de trigo rio-grandense.

Gomes do Carmo transcreveu, da fonte citada, o destino do trigo e de farinha saídos do Rio Grande em 1807 e remetidos do Rio de Janeiro a outros destinos. Marques Fernandes, em 1804, (1961, p.46) observava que para o Rio de Janeiro o trigo ia em grão e para a Bahia, em farinha o que a tabela 16 não confirma.

A comparação dos totais para 1807, nas tabelas 15 e 16, que procedem da mesma fonte, segundo o autor aonde se os colheu, mostra ter saído do Rio de

TABELA 16
***Reexportação de Trigo Gaúcho pelo Rio de Janeiro* – 1807**

DESTINO	TRIGO		FARINHA	
	ALQUEIRES	TONELADAS	ARROBAS	TONELADAS
Bahia	4.941	133	2.675	40
Pernambuco	722	19	330	5
Sta. Catarina	1.522	41		
LISBOA	132.795	3.585		
TOTAL	139.980	3.780	3.005	45

*Fonte: Borges do Carmo

Janeiro, mais trigo do que proveio do Sul. Fica-se sem resposta para o abastecimento daquela Capitania a menos que se admita entrada de trigo estrangeiro. Sem se ter outros elementos de exportação para o Reino, registra-se o envio de uma quantidade relativamente expressiva para lá em um ano trágico na vida política da Metrópole.

Se, geralmente, os estudos enfatizam a exportação do trigo gaúcho para portos nacionais e eventualmente para Lisboa, o Rio Grande não se viu excluído da importação do cereal. Não considerando as primitivas entradas de trigo para semente ou para manutenção dos integrantes do contingente que acompanhou Silva Paes ou a citada, durante o governo de Dom Francisco de Souza, outras vieram de procedências diversas. É possível distinguir, genericamente, a partir da segunda metade do século XVIII, trigos ou farinhas vindas do Império Português – Metrópole ou Ilhas – reembarcados do Rio de Janeiro para o Rio Grande, às vezes via Santa Catarina, e o cereal industrializado ou não, entrado do estrangeiro, muitas vezes diretamente.

Esses trigos e farinhas carecem de dados numéricos possibilitadores de uma melhor avaliação anual de sua importância e influência sobre a produção da Capitania del Rei.

As importações, a priori, poderiam ser consideradas como complementos às insuficiências da produção local mas a reflexão vai esbarrar, em muitas oportunidades, com o cruzamento de barcos carregados de trigos ou farinhas saindo e entrando à barra como se fosse uma variante antiga do “ passeio do trigo “. A sua existência também acusa a precariedade de conclusões feitas sobre a produção rio-grandense, baseadas na evolução da exportação.

A diferença de proveniências obedeceu à orientação econômica diversa. Enquanto as importações de terras bragantinas não mexiam com a economia mercantilista em que se apoiava o Reino – o trigo vicejara em seus territórios ou provinha do porto de Lisboa – o mesmo não ocorria com os fornecimentos originários de outras nações, pelo menos até a abertura dos portos.

No período conturbado da reconquista do porto do Rio Grande e arredores, as tropas portuguesas eram abastecidas com farinha de trigo ou trigo vindos do Rio de Janeiro. Da correspondência do General Bohen, comandante dos exércitos lusos com o Vice-rei Marquês do Lavradio, (op. cit.) selecionou-se, algumas das muitas passagens referentes ao assunto.

Na carta de 6 de março de 1775 (p. 43) salientou não ter entrado em Rio Grande nenhuma escuna com farinha acrescentando terem as farinhas de Laguna sido distribuídas para as tropas, no caminho. Em 5 de janeiro do ano seguinte (p. 90), manifestou, outra vez, que grande parte das sumacas chegadas a Rio Grande não trouxeram farinha cujas necessidades para satisfação da tropa e dos índios trabalhadores eram de cerca de três mil alqueires ou 81t mensais. Rebateu, no mesmo documento, a sugestão do Vice-rei que alvitrava a vinda de farinha por Laguna, pela impossibilidade de transportar tanta mercadoria por terra. Em 22 de junho de 1777 (p. 174) repetiu solicitação de farinha ao Vice-rei e em 31 do mês seguinte, em outra carta, (p.175) registrou não ter notícias sobre farinha. Em 22 de

abril de 1788 (p. 201) mandou dizer que a farinha entrada satisfaria o consumo até o mês de maio. No último dia deste mês, a carta anunciou falta de farinha para junho. A sumaca do Mestre Joaquim Antônio, quase ao findar desse mês trouxe 1600 alqueires (43t) de farinha que é acusada ao Vice-rei, 24 dias depois. (p.207) Há outros registros semelhantes. O consumo da tropa, conforme está escrito na carta de 5 de janeiro de 1776 (p. 90) era de cerca de 5 000 alqueires ou 133t por mês.

A importação continuou no ano de 1799. Em carta ao Vice-rei, datada de 7 de maio de 1799, consta ter o Governador José Marcelino de Figueiredo, mandado dois barcos buscarem farinha no Rio de Janeiro.

O estudo das importações de trigo e derivados provenientes de fora do Reino, comporta dois períodos distintos, um antecedente e outro posterior à abertura dos portos do Brasil, o primeiro enquadrando-se no contrabando. Do último, conseguiu-se os registros seguintes, mas, outros, provavelmente, antecederam-nos.

Em Luccock (op. cit. p. 405), na **Tábua de Comércio** de número um, parte um, **Cabotagem do Rio para o Sul** (p.405) consta entrada de farinha de trigo. Infelizmente, não há quantificação dos produtos. A farinha de trigo seria, provavelmente, oriunda da Inglaterra, pois, à página 388, falando de importações, o inglês refere-se a (...) **charutos do Paraguai, farinha de trigo, biscoito e louça inglesa**.

A partir de 1816, há registros quantitativos de entrada de trigo ou de farinha de trigo em Rio Grande, porto por onde saía a maior parte da exportação do cereal gaúcho. Gonçalves Chaves, a única fonte das pesquisadas, com essas informações; nem sempre é muito claro. Na parte aonde são detalhadas as importações do porto do Rio Grande, verificam-se entradas de **farinha de trigo, farinha, farinha de guerra e farinha de mandioca**. Se as farinhas qualificadas não deixam dúvida sobre a matéria-prima, o mesmo não se pode dizer, genericamente, das que comparecem desacompanhadas àquelas páginas. Quando há entrada de farinha proveniente de países temperados, obviamente, trata-se de farinha de trigo. Há, inclusive, uma tabela em que o autor relacionou por ano, entre 1816 e 1822 as entradas de **farinha** que se deixa de citar pela dificuldade de particularizar a sua origem.

Posteriormente a 1808, sem se poder precisar o ano em que se iniciou a importação de trigo ou derivados na última fonte, aprende-se que em 1816 entraram, provenientes de Santa Catarina, 1.300 alqueires de trigo espanhol (sic.). Em 1818, chegaram, do Rio de Janeiro, que recebera, neste mesmo ano, trigo gaúcho, farinha de trigo que o autor não quantificou, de Boston, 894 arrobas não qualificadas e de Bristol, 2.520 arrobas de farinha de trigo. No ano seguinte, aportaram, de Richmond, 2.605 alqueires de trigo, de Salem e de Boston, farinha de trigo não quantificada e 2.400 arrobas de farinha de Nova Iorque. Em 1820, Rio de Janeiro e Paranaguá remeteram a Rio Grande, farinha de trigo. Coincidem as importações com o declínio das exportações.

O contrabando influenciou tanto o comércio como a exportação do trigo riogandense. Há carência de elementos quantitativos que, dêem uma idéia da grandeza do fenômeno. Corruptora do funcionalismo, a prática, refletiu-se obviamente na documentação e a ausência desta, na História.

O comércio ilegal ou contrabando, um produto de irreabilidade econômica, como tal é de dificultosa, para não dizer impossível, extirpação.

A concorrência proibida, em virtude de concessões a privilegiados, despertava a cobiça dos excluídos. Os contrabandistas deveriam pesar os riscos do empreendimento, onde não estavam descartados prisão e confisco e a competitividade acompanhada de lucros apreciáveis.

O contrabando vicejou no Império Luso com todas as malélicas influências decorrentes desta prática ilegal. Em Portugal, segundo Oliveira Lima (p. 411/12, 1908)

(...) acoutavam-se nos palácios da fidalguia ninhos de contrabandistas que eram os próprios criados da casa, por vezes partilhando os amos dos seus ganhos ilícitos .

O comércio ilegal não foi uma peculiaridade do Império Luso, mas sim, uma decorrência da economia vigente. Contraditoriamente, os Estados tentavam puni-lo nas terras sob suas respectivas bandeiras, sem deixar, porém, de incentivá-lo nas fronteiras alheias.

As prerrogativas dos negociantes castelhanos e os portos de permissão exclusiva de comércio na América Espanhola, desde muito cedo, desencadearam os apetites dos concorrentes. As terras do Prata, excêntricas aos portos caribenhos tornaram-se alvos prediletos do comércio ilegal onde os lusos como já houve referência, ao tempo da união das Coroas, estiveram presentes . Bem antes da fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento, o contrabando percorria as rotas portuguesas como se pode constatar, entre outros autores, em diversas citações, em Salvador (op. cit.).

No sistema colonial português a Metrópole e suas colônias formavam uma unidade comercial concentrando os artigos de exportação destinados ao mercado europeu no porto de Lisboa. Ingleses, franceses, holandeses e outros vinham buscar as mercadorias de seu interesse e deixar, em troca, as exigidas pelo comércio luso. A diferença entre as permutas, sempre desfavoráveis a Portugal, compensavam-se com ouro brasileiro. Lisboa acumulava as sedes do comércio do império ultramarino e do contrabando, em especial o do metal amarelo. Outro foco de comércio ilegal, também ali tinha a sua matriz, sob o benevolente olhar da Coroa. Era praticado pelos aliados ingleses com a América Espanhola. É deveras significativo este trecho de Olga Pantaleão (apud Jorge Macedo, p .84).

Para o exercício das suas atividades comerciais os navios ingleses saíam dos portos de sua pátria, Londres, Bristol, Liverpool e outros e dirigiam-se para Lisboa a fim de se reunirem as frotas portuguesas que vinham para o Brasil ou navegavam diretamente para o Rio de Janeiro; daí seguiam para a Colônia do Sacramento, empório do tráfico e contrabando do Rio da Prata.

Em 1769, a situação da economia portuguesa, provavelmente, não mais permitisse a liberalidade citada. Carta de Pombal, datada de abril daquele ano, ao Marquês do Lavradio instruída sobre o controle do contrabando, em portos brasileiros, levado a efeito por navios mercantes e de guerra estrangeiros.

O contrabando gozou de aceitação geral no Continente de São Pedro.

A fundação do Rio Grande justificada como uma exigência militar em apoio à posse da Colônia do Sacramento, não deixou de despertar a cobiça de comerciantes do Rio de Janeiro. Deslocaram-se para lá atraídos pelas perspectivas de lucrativos negócios em virtude da proximidade platina, como muito bem acentuou Queiroz, (op. cit, p. 63). Segundo a autora não pretenderam se fixar na terra todos os vindos em 1737. No ano seguinte, estavam estabelecidos, no porto marítimo da Capitania, 12 comerciantes, número excessivo para um presídio recém-fundado. A conquista da Colônia pelos espanhóis e o povoamento do Rio Grande, segundo Oliveira Lima (op. cit. p. 113), modificou a rota do contrabando, tornando-a terrestre. Rio Grande, mesmo contando com os inconvenientes apresentados pela barra, seria o ponto de concentração do comércio ilícito.

Sebastião da Veiga Cabral (Revista do I.H.G. B. ,1877) em **Reflexões sobre o estado atual do continente do Rio Grande de S. Pedro – 1783** salientou que os malfetores obtêm **particular agasalho** (p.252) e inclui no rol dos criminosos o contrabandista. O ato ilícito conseguia, inclusive, justificativas (p. 253) como:

a de enriquecer o povo, aumentar os direitos do soberano e fazer intrépidos e práticos do país aqueles sujeitos que se empregam no referido tráfico.

O rio-grandense, confiável nos negócios particulares, não agia da mesma forma em relação à Coroa. O contrabando era perfeitamente aceito pela população, nele não vendo nada de ilícito. Para Oliveira Lima (op. cit. p 125),

Ser contrabandista era por isso, uma aspiração vulgar, a qual satisfazia, outrossim, a vaga disposição errática própria da gente que de bom grado fugia ao trabalho regular.

Descontado o evidente exagero do historiador, pode-se dizer que o contrabando não se constituiu em atividade malvista nas terras do Rio Grande do Sul. A literatura regional, inclusive, registrou como contrabandistas, figuras de bem . Atualmente, é prática aceita, não só aí, como em todo o país, sob o olhar complacente das autoridades.

Millau (1947), um dos geógrafos espanhóis encarregados de estabelecer a fronteira decorrente do tratado de 1750, descreveu, em 1774, (op. cit p 114) o comércio ilegal entre a Colônia do Sacramento e possessões castelhanas do Rio da Prata. Em uma passagem informou trocaram, os portugueses, aguardente, fumo do Brasil e outras mercadorias, por

couros, trigo, sebo e graxas que são os benefícios de maior estima por carecerem inteiramente deles.

Pelos gêneros vendidos, os buenaienses, segundo o autor, obtinham duas, no mínimo, e três vezes mais do que o valor obtido na área de produção. Esse trigo seguia em navios para os portos do Rio de Janeiro.

Em 1784, o Vice-rei Dom Luís de Vasconcelos, em relatório apresentado em Lisboa, falando sobre a prática ilícita disse, ser a primeira vista, impraticável a repressão.

(...) por ter o vício e o abuso feito entre si uma ligação inseparável que faz quase impossível qualquer providência que parece necessária a este respeito.

Rio Grande, nos últimos anos do século XVIII, teve concorrência de contrabandistas, súditos espanhóis ou portugueses, que passaram a fazer diretamente seus negócios entre o Prata e o Rio de Janeiro. Uma chorosa petição enviada, por interessados do Rio Grande, a D. Luís de Vasconcelos em 1799, (documento transcrito por Borges do Carmo, op. cit p. 110/15) assinada por 111 nomes de armadores, lavradores e comerciantes, relatou as vicissitudes por que passaram os embarcadouros sofrendores da *concorrência desleal*, nos últimos três anos, principalmente em 1798 e no ano da petição. Carga para 70 navios, que poderiam fazer duas viagens redondas por ano, ocupando de 800 a 1.000 súditos, com capacidade para transportar, entre outros produtos, 100 000 alqueires de trigo, estavam sendo prejudicados por maus súditos e por espanhóis praticantes de comércio clandestino. Entre as nefastas conseqüências, **obrigam os lavradores a lançar fora metade dos frutos que lhes fez recolher o seu suor e fadiga (...)**. Considerando-se as reclamações verdadeiras, como responder a interrogação que impõem as exportações feitas para o Rio de Janeiro durante os vinte dois anos seguintes? (Tabela 13) A concorrência desleal seria com a produção da terra ou esta, acrescida de uma contribuição ilegal platina, lutava contra o comércio direto Prata-Rio de Janeiro?

Na correspondência do Governador Paulo José da Silva Gama, existente no Arquivo Histórico do Estado, não são raras as referências à matéria. Em carta ao Visconde de Anadia, datada de 18 de fevereiro de 1803, logo após tomar posse na Capitania, aborda o assunto, escrevendo:

a grande porção de fazendas de contrabando que entra pela barra desta capitania vindos de outros portos da América ou recebidos no mar (...)

O termo **fazendas**, da citação, tem sentido mais amplo do que atualmente se lhe dá, refere-se a mercadorias.

Alguns meses após, (correspondência núm. 10), 25 de julho de 1803, o governador refere-se especificamente ao contrabando, entre outros artigos, de fari-

nha de trigo, vinda de Montevideu, obtida com dinheiro do tráfico de escravos naquele local.

(...) carregando em retribuição (...)carnes, couros, farinha de trigo, sebo e graxas que conduzem aos nossos portos onde se vendem(...) por um preço diminuto em atenção aos ganhos que tiveram na escravatura(...).

Ainda, na mesma correspondência, mais adiante, o governador volta a falar do assunto e especifica, entre os artigos contrabandeados, o trigo vindo, ou de Montevideu, ou de Buenos Aires.

Beneficiário do comércio ilegal era o porto do Rio Grande, coincidentemente, porta de saída da maior parte do trigo exportado pela Capitania.

Em carta de 30 de março de 1805, dirigida ao Vice-rei Dom Luís de Vasconcelos, sobre a pretensão dos comerciantes a respeito do estabelecimento da alfândega de Rio Grande, assim se expressou o governador:

(...) A instituição da alfândega só lhes verdadeiramente pode ser nociva por verem que fica estragada e proibida a ruinosa introdução de fazendas de contrabando.

A oposição dos comerciantes à criação da alfândega, diante do panorama rapidamente gizado, dispensa comentários.

O trigo não estava entre os produtos de maior importância comercializados na Capitania sulina, no período colonial. O seu papel na alimentação brasileira, como já se viu, não era destacado. Diante da extensão do contrabando platino, mesmo com as poucas referências específicas, não é de se perguntar e responder afirmativamente ter o mesmo contribuído para o volume da exportação gaúcha de trigo?

O escoamento da produção de trigo deveria ressentir-se da viação e da navegação existentes da Capitania. Os caminhos terrestres não passavam de simples pistas demarcadas pelas patas das alimárias e pelas rodas das carretas. O traçado seguia as linhas que menor esforço exigissem dos animais de tiro. Na medida do possível eram evitados os terrenos íngremes, florestas, cursos d'água e outros estorvos apresentados pela natureza. O inverno era o grande inimigo dos deslocamentos terrestres, as chuvas isolavam grandes extensões e interrompiam o trânsito das carretas. O fim da estação chuvosa era um verdadeiro renascer da viação. Saldanha, no seu *Diário Resumido*, (1938,p. 167) dá uma bela descrição. As carretas de duas rodas puxadas por várias juntas de bois, (Roche op. cit p. 31) que, vagarosamente, percorriam as sendas, são descritas por Roscio no seu *Compêndio Noticioso* (Rev. do I.H.G.R.G.S. nº 105/108, p. 70) e por Saldanha (op.cit. p.167). O primeiro falando de exportação de mercadorias para Laguna, descreve pormenorizadamente o que chamou de **carreta castelhana**, utilizada nessa rota. Achou-a malconstruída. Informou ter capacidade para 120 arrobas de mercadorias

e reservar um peso para apetrechos necessários à jornada, o que totalizaria uma carga de até 300 arrobas. Saldanha falou de uma carreta maior do que os carros europeus e mais larga do que as usadas pelos espanhóis, toldada de couro, com os lados feitos de palha. De quatro a seis juntas de bois eram utilizadas segundo esta fonte, e carregavam até duzentos alqueires de trigo. Roscio referiu-se à existência de carretas usando seis juntas de bois, cheias ou vazias e, em terreno em rampa, e de **areia branda**, dez a doze juntas. A viagem pela **Costa do Mar**, isto é, pela praia, exigia no mínimo de 30 a quarenta bois, porque as juntas eram substituídas a cada dia, devido a **perdas por muito esforço e pelos que servem de alimento aos homens e às onças**. O trajeto diário era feito entre nove da manhã e 15 ou 16 horas e o alto em lugar onde houvesse pastagem. Na travessia de rios, baldeavam-se as cargas para canoas e os bois, a nado, arrastavam o veículo. A passagem do rio Tramandaí custava, por carreta, quatro mil e oitocentos réis, ida e volta e cada pessoa pagava cento e vinte réis cada vez que por ali passava (Roscio, op. cit. p. 70).

Por numerosas que fossem as carretas, as suas limitações oneravam bastante o custo da mercadoria que cresciam com o aumento das distâncias aos locais de consumo ou aos portos de embarque. As pontes eram raras. Em 1822, havia 76 passos reais, passagem obrigatórias dos rios, onde era cobrado pedágio.

A bacia do Jacuí, e as lagunas dos Patos e Mirim eram as principais vias da navegação interior. O Jacuí era navegável até Santo Amaro, durante todo o ano. Dali a Rio Pardo e a Cachoeira as comunicações interrompiam-se na estação seca. O Taquari podia ser navegado até onde hoje se encontra Lajeado. No transporte eram utilizadas pequenas embarcações à vela ou a remos.

A ligação lagunar Porto Alegre – Rio Grande e a navegação da Lagoa Mirim não se achavam livres de obstáculos. Caxias, no seu relatório, em 1846, chama a atenção para a necessidade de

(...) abrir a barra do Rio São Gonçalo (...) de ser escavado o lugar denominado o Sangradouro, na embocaduras da Lagoa Mirim e o de baixo de Canguçu na Lagoa dos Patos (...).

Inexistiam faróis e a lagoa dos Patos só teve balizamento permanente após a Revolução Farroupilha. Da administração de Caxias, datam as primeiras preocupações com a melhoria do transporte aquático com planos, até saindo fora da realidade como a ligação Jacuí-Ibicuí. A barra do Rio Grande foi até a sua regularização uma verdadeira barreira ao comércio provincial. Tudo isso só poderia encarecer o trigo de qualidade inferior produzido no Rio Grande. Segundo Galvão, em Laguna : [1884, p. 74]

Em 1774, o trigo era vendido a 960 réis e pagava de frete de exportação, 240 réis, em surrões e a granel 200 réis.

O que cada surrão pagava de frete correspondia a 25% do valor do trigo a ser transportado. No Rio Grande do Sul as coisas não eram diferente como atesta a

resolução da Câmara de Vereadores de Porto Alegre datada de 15 de dezembro de 1781:

Acordaram mandar lavrar dois editais um para ser publicado nesta vila [Porto Alegre] e outro no Rio Grande para os Mestres das embarcações não levarem trigos de fretes desta Vila para a do Rio Grande por mais de seis vinténs por cada alqueire e do porto do Rio Grande para o de Rio de Janeiro que não levarão mais que trezentos e vinte réis por cada alqueire em atenção a não esmorecerem os lavradores na cultura deste gênero e poderem alcançar preço que lhe faça conta e não ser mais excessivo o frete de cada um alqueire do que o valor do mesmo (...)

A ata da Câmara porto-alegrense correspondente ao dia 20 de agosto de 1782, registrou o preço do trigo recebido pelos padeiros. Era de setecentos e vinte réis. O custo do transporte do alqueire para o Rio de Janeiro correspondia a 44,5% do valor total da mercadoria o que, se há de convir, era excessivo e estava mostrando ser mais elevado antes da interferência da Câmara. Dependendo do preço do alqueire, o frete poderia avultar ainda mais no custo final do produto chegado ao Rio de Janeiro. Destacável, porém, a preocupação da Câmara, quanto as consequências decorrentes de fretes elevados sobre as lavouras.

Além de caro, o transporte era insuficiente. No relatório do Marquês de Lavradio (p.480, 1843) lê-se o seguinte:

(...) e dando-se as providências necessárias para os prontos transportes (...) poderemos mandar ainda para a Europa uma grande porção desta mesma farinha. [de trigo].

Rafael Pinto Bandeira em carta a D. Luís de Vasconcelos (Rev. I.H.G.E. B., 1902. p. 268) escreveu

A diminuição [das exportações em geral] que se vê no ano de mil setecentos noventa e três, em alguns efeitos procede de não terem havido embarcações para os exportarem, e por ter sido o inverno muito tormentoso.

Com um sistema de transporte dessa espécie, a Capitania del Rei não poderia ter grande produção de trigo visando à exportação, se tivesse, não haveria como escoá-la. A situação dos transportes só começou a modificar-se quando a triticultura estudada, já havia perdido a importância.

A deficiência deve ter-se refletido inclusive na distribuição das lavouras e conseqüentemente na produção. A região ao sul do baixo Jacuí, quanto se pode observar nas tabelas estatísticas que se possui, contribuía com mais da metade da exportação tritícola e certamente era a maior exportadora. A de Rio Grande, de

longe, pertencia a maior fatia como mostra a tabela 11. Paulo Singer (op. cit. p. 153) atribuiu um rápido crescimento a Porto Alegre, nos primeiros vinte anos do século passado **impulsionada pelo desenvolvimento do comércio de trigo**. Se esse comércio tivesse comandado o crescimento urbano, os resultados seriam muito mais visíveis e notáveis em Rio Grande do que na Capital. O trigo não teve no desenvolvimento de Porto Alegre a importância atribuída pelo autor citado e repetida por outros. Razão teve a Pinto da Silva (op. cit. p. 48) ao apreciar os núcleos urbanos de Rio Pardo, Porto Alegre e Rio Grande,

Porto Alegre distanciou-se logo, primeiramente de Rio Pardo, em progresso e riqueza. Sobre o Rio Grande, porém, sua vitória foi mais lenta e difícil.

No início da terceira década do século passado, a triticultura, segundo opinião comum, teria desaparecido. Os elementos disponíveis confirmam o desaparecimento da exportação e não o da cultura. Esta, provavelmente, assistiu a área tradicional de plantio e o contrabando encolherem. As razões do **desaparecimento** ou melhor, da redução de área são explicadas por inúmeras causas. Um número destacado de adeptos atribui o fenômeno a uma doença que atingiu os trigais gaúchos – **a ferrugem**. Sem entrar na etiologia, constata-se que a **ferrugem** não atingia apenas os trigais rio-grandenses. Onde existiam plantações do cereal ela se fez presente. Ela atacou lavouras européias, asiáticas, americanas e australianas. Nos Estados Unidos, no Kansas, em meados do século, a ferrugem atacava violentamente os trigais e nem por isto o cultivo desapareceu. Carleton, certamente, foi, lá, o grande herói da batalha contra a doença (Kruif p.12 e seg.). Na Colônia do Sacramento, conforme carta de Antônio Pedro (1733) ao monarca, participando que a colheita, **suposto lhe dera a ferrugem**, produziu 20 000 alqueires (Rego Monteiro, p. 202) e até hoje, o Uruguai continua produtor do cereal.

Muito longe da intensidade alcançada, posteriormente, na República do Norte, houve aqui tentativas de substituição das sementes tradicionais, como registrou Saint-Hilaire (op. cit. p. 263) para evitar ou diminuir a incidência da doença.

Teixeira (Op. cit, p. 27) é taxativo quanto às consequências da ferrugem ao afirmar que a ela se deve a completa destruição da triticultura no Brasil.

Quando apareceu o flagelo, cujas consequências se teriam feito sentir de forma tão drástica sobre a triticultura? Para Sebastião Ferreira Soares (1860, apud B. do Carmo, p. 11/12) a ferrugem teria começado em 1811. Nicolau Dreys (Notícia descritiva da província do Rio Grande de São Pedro do Sul, p 81) datou-a de 1818. Varela (op. cit p. 438) escreveu:

em 1814 a ferrugem começou a enfermar o trigo (...) a ponto de em 1820, haver descido [a exportação] a 121.542 alqueires. (...) em 1823 não se plantava mais trigo no Rio Grande do Sul.

Aurélio Porto (op. cit. 1937, p. 83) marcou a ferrugem em 1810, **que obriga os lavradores a abandonar esta lavoura (...)**. Gonçalves Chaves (op. cit. p. 192)

localizou o início da **ferrugem (alforra)** em 1814. O Senador Saturnino da Costa Pereira (op. cit. p. 152) considerou-a rara até 1820/21 quando o surto teve consequências funestas. Varela, (op. cit. p. 438) culpou o abandono da cultura ao baixo rendimento ocasionado pela ferrugem.

Pelo visto, em um espaço de dez ou doze anos a ferrugem, que em parte alguma onde frutificou terminou com o trigo, teria liquidado os trigais de São Pedro do Rio Grande. Entretanto, a ferrugem ali é bem anterior ao segundo decênio do século XIX. Marques Fernandes, (Op. cit p.43) entusiasta da triticultura em terras gaúchas, após registrar, em 1804, o rendimento obtido, como foi anteriormente citado, acrescentou:

A produção deste gênero [Trigo] seria muito maior se não fosse perseguido pela ferrugem que costuma dar na criação do grão(...)

Se em 1804 a ferrugem não era novidade, obviamente o seu aparecimento ocorreu bem antes. Não é plausível que o agricultor tenha levado duas décadas para abandonar uma cultura em virtude da doença.

Saint-Hilaire refere-se à ferrugem em diversas passagens (1987, pags. 107, 120, 163, 277). O que relatou foi o resultado de informações obtidas de hospedeiros. Em nenhum de seus registros oferece o panorama apocalíptico encontrado em Gonçalves Chaves (Op. cit. p.193). O cientista francês foi hóspede do charqueador pelotense. Dele obteve informações transcritas em seu livro, nenhuma referiu-se à **ferrugem**. Após esse contato, Saint-Hilaire fez a maior parte de sua viagem pela Capitania. Se a **ferrugem** tivesse alcançado uma intensidade capaz de fazer desaparecer a triticultura em dois anos, não seria natural tanto uma manifestação de Gonçalves Chaves, sobre ela, ao botânico como um comentário deste, a respeito? Saint-Hilaire também não descreve a doença e ele viajou em período compreendendo desde o plantio até a colheita do trigo. Não a teria visto? ou sem dizer, não a achou importante?

Considerando que a exportação, comumente, corresponde ao excedente do consumo sobre o produzido, o seu desenvolvimento, conforme mostra a tabela 13, não revela, entre 1805 e 1816, uma tendência de redução. Em 1810, início da **ferrugem**, segundo Aurélio Porto, a exportação foi mais elevada do que no ano anterior, e é a segunda mais volumosa desde 1805. Em 1814, data em que Gonçalves Chaves situou a praga, tem-se a segunda maior exportação desde 1805. O ano de 1817, comparativamente ao anterior, apresentou uma redução de 50%. Segundo o testemunho de Luccock, no ano anterior houve, **extraordinárias secas não somente ao longo da costa do Brasil (...)** e em quase todo o mundo (Op. cit. p 369) e como o trigo era colhido no fim do ano, parece explicada a redução. O ano de 1818, acusou a menor exportação do período. Elevando-se nos dois últimos anos, as exportações de uma triticultura convivendo com a **ferrugem** não mostraram resultados desalentadores. Se existiram, é de se crer que parte não quantificável do trigo exportado não provinha de terras rio-grandenses

Assis Brasil, ao falar sobre a **ferrugem**, (op. cit. p.206) com toda a razão, pergunta-se se teria sido ela que atacou os trigaís (...) **ou ser possível que dessem esse nome a outra doença ou que o generalizassem para muitas**. A ignorância dos plantadores e a falta de documentos sobre as características da doença justificam as suspeitas.

Sem cair no exagero de ignorar-lhe os efeitos, pode-se afirmar que por um período de vinte anos (1803/1821) a triticultura rio-grandense conviveu com a ferrugem, à semelhança do que ocorreu em outras partes do mundo.

Assis Brasil, (op. cit. p. 117) durante um tempo, acreditou como outros que a **degenerescência do trigo e o seu quase desaparecimento** deveria ser debitado à falta de renovação das sementes. Posteriormente, mudou de opinião e passou a julgar as deficiências do solo como responsáveis por má-adaptação das sementes empregadas. Não deixa, o ilustre conterrâneo, de ter certa razão. Os trabalhos dos geneticistas gaúchos, no século atual, visaram encontrar sementes adaptadas ao ambiente.

Uma segunda causa do *desaparecimento* da triticultura seria o calote oficial. O governo comprava o grão a crédito e jamais pagava ao agricultor. Aurélio Porto acresceu-o a da ferrugem, o mesmo fazendo Rubens Barcelos (op. cit. p 21) informando, também, sobre a fixação de preços e o açambarcamento do produto pela Metrópole. O costume de não pagar já constava no relatório do Marquês do Lavradio (1769/79) ao seu sucessor. Não se refere especificamente ao trigo, mas é óbvio que os triticultores não deveriam ter escapado da falta de honestidade bragantina. O Marquês também registrou que os fornecimentos e as obras governamentais sempre custavam muito mais do que valiam, na previsão de que não fossem pagas. Como se vê nada de novo no país... O seu sucessor, Dom Luís de Vasconcelos, ao retirar-se do governo, um decênio após, registrou o aumento da dívida com a tropa acrescentando:

sem falar na que respeita aos particulares, de cujo giro se vêm privados para engrossarem suas fazendas (of. ao Conde de Resende, 20/08/1789)

Hafkemeyer (1928, p. 279) apresenta como motivo principal da decadência, a obrigação dos produtores terem que vender o trigo ao governo caloteiro. Este motivo não parece relevante. É por demais sabido, ter o camponês, em todo o mundo, sob capa de aparente ingenuidade, muito mais malícia e esperteza do que aparenta. Foi isto que o fez sobreviver às violentas explorações correntes em todas as monarquias absolutas do passado. Se tal não acontecesse no Rio Grande, se estaria diante de um caso virgem na história campesina. O governo não pagava e o agricultor entregava-lhe todo o trigo que colhia? Ademais, é de se acreditar que os agricultores fossem plantar durante 40 anos ou mais sem verem os resultados pecuniários do seu trabalho? A triticultura gaúcha não teve a originalidade de sucumbir ao calote bragantino. Bohlen (op. cit p. 214), em carta ao Vice-rei, assim exprimiu-se (...) **e o camponês não leva nada para onde sabe que não há di-**

nheiro. A fraqueza do argumento verifica-se em texto de D. Luís de Vasconcelos. No relatório (1929, p. 25) apresentado ao governo de Lisboa, abordando o assunto, assim exprimiu-se:

(...) e se se destribue Pam, he tirando o trigo por huma derrama feita a Moradores do Continente que depois tarde se lhes paga, servindo por iso de motivo para o esconderem, e talvez plantarem menos do que poderiam, com receio de que se-lhes tomem os seos generos para a Fazenda Real, aonde não esperão pronto pagamento.

Há acusações à decadência tritícola, vinculadas à convocação de filhos de agricultores para o serviço militar. Em região carente de mão-de-obra como a rio-grandense, uma tal medida, por sinal, contrária às disposições reais, poderia refletir-se negativamente na cultura. O trabalho agrícola, porém era um trabalho de negro, portanto, não teria, a convocação de proprietários ou de seus filhos, maior ingerência no processo. Em casa, quando os homens estavam na guerra não faltavam **Anas Terra** para comandar a propriedade. Mais prejudicial do que isso, seria a própria causa do chamamento – o estado de beligerância que, por tanto tempo, assolou a região: Sem negar prejuízos decorrentes, não dá para admiti-lo como razão preponderante.

Fatores diversos influenciaram com variada intensidade os destinos da triticultura do Rio Grande do Sul no período colonial. Dos examinados, apesar da popularidade gozada entre os interessados no assunto, exceção feita ao contrabando, não teriam disposto de suficiente influência para reduzir a importância de uma cultura bem ambientada, produzindo a preços competitivos, por gente preparada e prestigiada.

A triticultura incentivada pelo poder público, ficou longe dos rendimentos apregoados por um entusiasmo injustificado. Foi mais um reflexo de “nacionalizações” de trigo platino do que esforço do agricultor rio-grandense. A afirmativa, rompe com o geralmente aceito. Incentivo à cultura não existiu só no período colonial, verificou-se no Império, e na República. Só modernamente, os resultados colhidos, após um início vagaroso cresceu de forma compensadora apoiado em algo inexistente no passado, a pesquisa séria dentro da realidade ambiental.

Os cultivadores exerciam uma agricultura atrasada, desconheciam o meio em que a desenvolviam, as informações disponíveis sobre as características climáticas e pedológicas não se apoiavam na realidade. Um exemplo é a povoação da Vila Real da Senhora Santana do Morro Grande, criada pelo Governador José Marcelino de Figueiredo em 1770, nos Campos de Itapoã. O assentamento de sessenta casais não vingou. As razões apresentadas foram o solo arenoso e a praga da formiga. Três lustros após a fundação, 3/4 dos lotes haviam sido abandonados (Copstein, Gisela. 1982, p.25/26)

Acumulavam, ainda os plantadores a desvantagem de não gozar do melhor prestígio social (Mawe, op. cit. p. 82) como ocorria com os fazendeiros que, inclusive, os pressionavam, expulsavam ou exigiam-lhes indenizações ilegais. As

áreas em que foram assentados prestavam-se mais à criação, atividade muito menos trabalhosa, bem mais compensadora e menos sujeita aos azares naturais. A pecuária contava com mercado muito mais fácil. Avultou com a procura de subprodutos como couros, graxa e sebo, valorizados no século XVIII com a exportação (Canabrava, op. cit. p. 43), e a carne, pelas charqueadas. Enquanto os produtos agrícolas, quando não dispunham de facilidades de transporte aquático enfrentavam o escoamento através de ínvios caminhos encarecedores dos produtos, o gado se autotransportava até as tabladadas com muito menor sacrifício e os derivados atingiam o porto de embarque pelas grandes lagunas.

O trigo platino, com melhores condições de produção (na Província de Buenos Aires dispensava adubação), através do contrabando no mais das vezes, até pelo menos 1808, concorria vantajosamente com a reduzida produção rio-grandense. Como se não bastasse, na segunda década do século passado, quando, para muitos, se teria acentuado a queda de produção devido a ferrugem, os preços do trigo na Inglaterra, França e Rússia, países exportadores, declinaram sensivelmente. A abertura dos portos permitiu a entrada do produto legalmente. Passou-se a importar farinha dos Estados Unidos e continuou-se com a aquisição no Prata. Se a triticultura rio-grandense produzisse competitivamente, o que estava longe da realidade, não haveria concorrência que lhe fosse prejudicial.

Se os negócios não se apresentavam favoráveis aos agricultores, surgiam possibilidades de mudança de ramo de atividade. Obtenção de sesmarias, ou ainda aquisição de terras de criação, pelos mais empreendedores ou por herança transferiam contingentes de agricultores ou de seus descendentes para a pecuária. A atração pelo criatório, natural em virtude da lei do menor esforço, o convite ambiental coadjuvados pela escassez de braços só poderia interferir negativamente sobre uma triticultura rotineira e não compensadora.

O mercado brasileiro de trigo era pequeno, mesmo o aumento de consumo de farinha com a chegada da Corte ao Rio de Janeiro, não o avantajou. Spix e Martius (op. cit. p. 105/6) salientaram a pouca importância do pão na alimentação na capital do País. No restante do território não era diferente. O crescimento viria ocorrer mais de século e meio após, apesar dos esforços dos governantes para aumentar o consumo. Não dissera Michel Chevalier (apud. Santa-Anna Néri, op. cit. p. 265), repetido por nacionais e estrangeiros, que **os povos civilizados comem pão e a cultura do trigo é um índice de civilização?** sentença difícil de engolir fora do campo eurocêntrico.

Comer pão branco como símbolo de adiantamento não foi uma característica particular da elite brasileira, os japoneses, após o término do último conflito mundial, enriquecendo, imitaram os vencedores, cresceu a preferência pelo trigo em detrimento do alimento tradicional.

A vontade de popularizar o pão de trigo não foi suficiente para submeter as condições naturais às exigências das sementes cultivadas. O Rio Grande, cujos clima e solos, inúmeras vezes decantados em relação à triticultura, apresentava-se, em relação ao restante do Brasil, o ambiente menos impróprio e por isto o mais recomendável a cultura. Foram precisos anos de trabalho árduo de pesquisadores

brasileiros para chegar a uma situação satisfatória. Começou apenas em 1919 a batalha científica para a obtenção de variedades apropriadas às condições brasileiras em especial às do Rio Grande do Sul. Não se fará, por não pertinente, o estudo do esforço despendido por cientistas de vários órgãos governamentais. Os resultados conseguidos num país onde a pesquisa não é uma das mais fáceis atividades, falam por si e servem de argumento ao que se tem em vista. Entre o início da atividade de pesquisa e o ano de 1992 criaram-se 328 cultivares que

(...) permitiram o cultivo comercial de trigo nas regiões de clima Temperado, Subtropical e Tropical, ou seja estendendo-se desde o Rio Grande do Sul até os estados da Bahia e de Mato Grosso. (Minela E. – 1994).

No Rio Grande do Sul foram recomendados, no período, 146 dessas cultivares mas as pesquisas não cessaram .

No Rio Grande do Sul, as cultivares de trigo são substituídas em períodos relativamente curtos. Esta prática é comum e demonstra que os programas de pesquisa têm sido eficientes em criar cultivares mais produtivas do que aquelas em cultivo. Isto decorre de diversas causas, entre as quais destacam-se a variação dos patógenos causadores de doenças, a instabilidade climática e as exigências de mercado. (Moreira Soares et alli, 1955 p. 5).

O clima foi o principal condutor da derrota da triticultura do período colonial. O contrabando destacou-se na exportação. A população pouco numerosa e rarefeita contando com número insuficiente de escravos e dispondo de técnicas atrasadas só poderia desistir de uma cultura tão ingrata. A pecuária oferecia campo de trabalho menos dependente de fatores imponderáveis, estava à disposição e tinha, bem mais próximo, um mercado consumidor garantido, a charqueada. A triticultura, retomada pela colonização alemã (1824) não obteve melhor êxito.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Capistrano – **Ensaio e Estudos – 3a. série.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira/MEC. 1976.
- ABREU e SILVA, Florêncio – **Aspectos do desenvolvimento econômico e financeiro do Rio Grande do Sul.** Comemorações em honra do Centenário da Independência do Brasil. Porto Alegre, A Federação, 1923
- **Retrospecto econômico e financeiro do Rio Grande do Sul – 1822/1922.** in Revista do Archivo Publico do Rio Grande do Sul, n. 8. Porto Alegre. Graf. da Liv. do Globo, 1922 .
- ALMEIDA, Alfeu Pinheiro (coordenador) – **Zoneamento Agrícola.** Porto Alegre, Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria da Agricultura, 1978.

- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL – **Comissão especial dos problemas da lavoura tritícola**. Porto Alegre, 1973.
- ASSIS BRASIL, J.F. – **Cultura dos campos**. Paris, Mounier, Jeanbin, 1905.
- ASSIS BRASIL, João Antônio – **Alguns aspectos da cultura do trigo no Estado do Rio Grande do Sul sob o ponto de vista estatístico**. Porto Alegre, Depto. Estadual de Estatística, 1948.
- AZEVEDO, José Luiz Bragança de – **Alfândega da cidade de Rio Grande (do Sul)**. P. Alegre, Liv. do Globo, S/d.
- BAKOS, Margaret Marchiori – **RS: Escravidão e abolição**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.
- BAPTISTA, Álvaro – **Relatório apresentado ao Presidente do Rio Grande do Sul pelo Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda**. Porto Alegre, Liv. do Globo, 1908.
- BARCELOS, Rubens – **Esboço da formação social do Rio Grande**. in *Província de São Pedro* n. 3. Porto Alegre, Liv. do Globo, 1945.
- BARRETO, Abeillard – **Bibliografia Sul-Riograndense**. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1973.
- BASTIDE, Roger – **Brasil terra de contrastes**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1959.
- BASTOS, Manuel Fernandes – **A fundação da freguesia de N. S. da Conceição do Aroio**. in *Anais do Primeiro Congresso de História e Geografia Sul-Riograndense*. Porto Alegre, Liv. do Globo, 1936.
- BETTAMIO, Sebastião Francisco – **Notícia particular do continente do Rio Grande do Sul**. in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo XXI, 3. Trimestre de 1858. Rio de Janeiro.
- BOEHN, João Henrique, General – **Carta ao Marquês de Lavradio**. in *Anais do Simpósio comemorativo do bicentenário da restauração do Rio Grande – 1776-1976*. Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, 1979 .
- BORGES FORTES, João – **O levante dos dragões do Rio Grande em 1742**. in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Liv. do Globo, 1939.
- **Os casais açorianos**. Porto Alegre, Martins Liv., 1978.
- BRANDÃO, Ambrósio Fernandes – **Diálogo das Grandezas do Brasil**. Salvador, Progresso Ed., 1956.
- BRAUDEL, Fernand – **Civilização Material, Economia e Capitalismo – Séculos XV-XVIII**. Vol. 1. S.Paulo, Martins Fontes, 1995.
- BUREAU OF THE CENSUS – **Statistical Abstract of the United States**. Washington, Bureau of the Census, 1951.
- CABRAL, Osvaldo – **Santa Catarina**. São Paulo, Ed. Nacional, 1937.
- CABRAL DA CÂMARA, Sebastião Xavier da Veiga – **Ofício do governador Sebastião(..) em 22 de dezembro de 1780**. *Revista do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Brasil*, tomo XL. Rio de Janeiro, R. I. Garnier, 1877.

- **Reflexões sobre o estado actual do Continente do Rio Grande de S. Pedro – 1783.** Rev. do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Brasil, Rio de Janeiro, Liv. Garnier, 1877.
- CALMON, Pedro – **História do Brasil.** 1. As origens. S. Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1939. CAMARGO, Eleutherio A. – **Quadro Estatístico e Geográfico da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, Typ. Jornal do Comércio, 1868.
- CANABRAVA, A. P. – **Comércio português no Rio da Prata (O) -1580-1640.** São Paulo/B. Horizonte, Itatiaia/USP, 1984.
- CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO – **Correspondência de várias autoridades e avulsos** in Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo LXV, parte 1 e 2 semestres. Rio de Janeiro, Cia. Tip. Brasil, 1902.
- CARDIM, Fernão – **Tratado da Terra e Gente do Brasil.** São Paulo, Ed. Nacional, 1939.
- CARDOSO, Fernando Henrique – **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional.** São Paulo, Paz e Terra S/A, 1991.
- CARMO, A. Gomes – **Problema nacional da produção do trigo (O).** Rio de Janeiro, s/e., 1911. CASAL, Aires de – **Corografia Brasília,** São Paulo, Ed. Cultura, 1943.
- CAVENAGO, Mercedes Susana – **Geografia Econômica General.** Buenos Aires, Ed. Machi, 1950.
- COPSTEIN, Gisela (org.) **Itapuã.** Porto Alegre, UFRGS, 1982.
- COSTA, Alcione José & SANTOS, Eurico – **Calendário agrícola do Rio Grande do Sul.** Rio de Janeiro, M. da Agricultura, 1956.
- DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA – **Anuário Demográfico do Rio Grande do Sul – 1941 /1942.** Porto Alegre, Of. Graf. Liv. do Globo, 1944.
- DORNAS FILHO, João – **Aspectos da Economia Colonial.** Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1958.
- DREYS, Nicolau – **Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul.** Porto Alegre Instituto Estadual do Livro, 1961.
- EUVERTE, Guy – **Les climats et l'agriculture.** Paris, Presses Universitaires de France, 1959. F.A.O **Production Yearbook,** 1967. Roma, F.A.O. 1968.
- FABRÍCIO, José de Araújo – **Inácio Francisco de Melo.** in Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, N o 121. Porto Alegre, s/e., 1975.
- FAORO, Raymundo – **Os donos do poder.** São Paulo, Globo, 1991.
- FAUCHER, Daniel – **Geografia Agrária –** Barcelona, Omega, 1953 .
- **La “revolution” agricole du XVIII-XIX siècle.** in La vie rurale vue par un géographe. Toulouse, Fac. des Lettres, Institut de Géographie, 1962.
- FONTOURA, Alvarino Marques – **Episódios do ciclo do charque.** Porto Alegre, Edigal, 1987.
- FREITAS, Décio – **O capitalismo pastoril.** Caxias do Sul, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/Universidade de Caxias do Sul, 1980.

- GALVÃO, Manoel do N. da Fonseca – **Notas geográficas e históricas sobre Laguna**. Desterro, Tip. J.J.Lopes, 1884.
- GANDAVO, Pero, de Magalhães – **Tratado da terra do Brasil**. Rio de Janeiro. Anuário do Brasil, 1924.
- GONÇALVES CHAVES ,A.J. – **Memórias economo-políticas sobre administração pública do Brasil**. Porto Alegre, Cia. União de Seguros Gerais, 1978.
- GOULART, João Alípio – **Tropas e tropeiros na formação do Brasil**. Rio de Janeiro, Conquista. 1961.
- JUGLAS,J.J. – **Économie mondiale (Geographie Économique)** Paris, Faucher, s/d.
- KNIGHT, Peter T. – **Substituição de importações na agricultura brasileira: a produção de trigo no Rio Grande do Sul**. in Revista Brasileira de Economia, vol. 26, n. 2, abril/junho, 1972.
- KRUIF, Paulo – **Vencedores da fome (Os)** Porto Alegre, Liv. do Globo, 1944.
- LAVRADIO, Marquez de – **Relatório do(...) entregando o governo a Luiz de Vasconcelos e Souza**. in Rev. trimensal de História e Geographia do I.H.G. B. N. 16. Rio de Janeiro, 1843.
- LAYTANO, Dante de – **Açorianos e alemães** – [separata] Porto Alegre, Liv. do Globo, 1948.
- **Negro no Rio Grande do Sul (O)**. in, Primeiro Seminário de Estudos Gaúchos. Porto Alegre, PUC. 1957.
- LERY, Jean de – **Viagem à terra do Brasil** – Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro, Bibliex,1961.
- LUCCOCK, Johon – **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. São Paulo, Liv. Martins, 1942.
- LUTGENS, Rudolf – **Los espacios productivos de la economía mundial**. Barcelona, Ed.Omega, 1954.
- **Los fundamentos geográficos y los problemas de la vida economica**. Barcelona, Ed. Omega,1954.
- MACEDO, Jorge – **Portugal e a economia pombalina – temas e hipóteses**. in Revista de História, n. 19 julho/set., 1954. São Paulo, 1954.
- MAESTRI FILHO, Mário José – **Escravo no Rio Grande do Sul (O)**. Caxias do Sul, EDUCS. 1984.
- MARIAN, N. – **Les variatons des conditions naturelles et l'instabilité du marché mondiale du blé**. Genève, Lib. E. Droz,1954,
- MARIANTE, Hélio Moro – **Toponástica sul-rio-grandense**. in Revista do I.H.G.R.G.S . N.127 . Porto Alegre, CORAG,1990.
- MARKMAN Filho, Manuel – **Cultura racional do trigo**. Agritrigo, ano 1, N. 3. Rio de Janeiro. Serv. Expansão do Trigo, 1958.
- MARQUES FERNANDES, Domingos José Sargento- mór – **Primeira História gaúcha**. in Pesquisas, História n. 15, Porto Alegre, Instituto Anchieta de Pesquisas, 1961.
- MAURO, Frederic. – **História Econômica Mundial 1790/1970**. Rio de Janeiro, Zahar Ed. 1973.

- MEDINA, Rodolfo – **Indústria moageira**. in República Argentina n. 6, Publicação do Comité Argentino da Exposição Universal do Rio de Janeiro, 1922. Buenos Aires, Talleres Peuser, 1922.
- MENA BARRETO, Gabriel – **Aspectos econômicos do Rio Grande do Sul – esboço histórico** in Anais do Primeiro Congresso de História e Geografia Sul-Rio-Grandense. Porto Alegre, Liv.do Globo, 1936.
- MERIGOT, J. & FROMENT, R. – **Géographie Économique**. Paris, Sirey, 1963.
- MILLAU, Francisco – **Descripcion de la provincia del Rio de la Plata (1772)** Buenos Aires, Espasa Calpe, 1947.
- MILLET, Sérgio – **Roteiro do café**. São Paulo, Bipa Ed., 1946.
- MINELLA, Euclides – **Apresentação**. in Cultivares de Trigo recomendadas no Brasil – 1922 a 1992. Passo Fundo, EMBRAPA-CNPT, 1994.
- MORAES, Carlos Dante de – **Figuras e ciclos da História Rio-grandense**. Porto Alegre, Ed. Globo, 1959.
- MORÉ, Jean Charles – **De la colonisation dans la province de St. Pierre de Rio Grande do Sul**. Hambourg, Imprimerie de Langhoff, 1863.
- MOREIRA SOARES, João Carlos et alli – **Informações sobre cultivares de trigo recomendadas para o plantio de trigo no Rio Grande do Sul em 1995**. Passo Fundo EMBRAPA CNPT, 1995.
- MORENO, José Alberto – **Clima do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Secretaria de Agricultura, secção de Geografia, 1961.
- NEISS, Ruben – **Guarda Velha de Viamão**. Porto Alegre, Sulina, 1975.
- NIZZA da SILVA, Maria Beatriz – **Vida privada e quotidiana na época de D. Maria e D. João VI**. Lisboa, Ed. Estampa, 1993.
- NOVAIS, Fernando – **Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI – XVIII)** São Paulo, CEBRAP, 1973.
- OLIVEIRA LIMA – **Dom João VI no Brasil** Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Comércio, 1908 PAUWELS, Geraldo José S.J. – **Autos principais do Conselho de Guerra a que foi submetido o coronel Rafael Pinto Bandeira**. in Revista do Archivo Público do Rio Grande do Sul, N. 23. Porto Alegre, Of. Graf. Liv. do Globo, 1930.
- PEBAYLE, Raymond – **Les gauchos du Brésil – eleveurs et agriculteurs du Rio Grande do Sul** – Bordeaux, Centre d'Études de GeographieTropicale, 1977.
- PEREIRA, José Saturnino da Costa – **Instruções sobre o porto do Rio Grande do Sul**. in Obras do Porto e Barra do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, A Federação, 1924.
- PERPILLOU, M – **Géographie des céréales**. Paris, Centre de Documentation Universitaire, s/d.
- **Introduction a la Geographie de L'alimentation**. Paris, C.D.U. 1956.
- PINTO DA SILVA, J. – **Capitania de São Pedro (A)** Porto Alegre, Liv. do Globo, 1930
- **Capitania de S. Pedro no limiar do século XIX(A)** in Província de São Pedro, No. 14. Porto Alegre, Ed. Globo, 1947.

- PITTA, S. da Rocha – **História da América Portuguesa**. Bahia, Liv. Progresso, 1950. PORTO, Aurélio – **Casais açorianos (Os)**. in Boletim Municipal, Ano VII ,Prefeitura Municipal, Porto Alegre, Imp. Oficial, 1946.
- **Dicionário Enciclopédico do Rio Grande do Sul**. Fasc. III,1. vol. Porto Alegre Ed. Minuano Ltda. 1937. PORTO, Aurélio – **Povoadores ilhéus**. Idem, idem. 22/08/1975.
- **Presídio do Rio Grande de São Pedro**. in Terra Farroupilha vol. comemorativo ao segundo centenário da fundação do Rio Grande do Sul. s/l., s/e., s/d.
- **Trabalho alemão no Rio Grande do Sul (O)**. Porto Alegre, Ed. Graf. Sta. Teresinha, 1934.
- PRADO Jr., Caio – **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1957.
- **História econômica do Brasil**. S. Paulo, Ed. Brasiliense, 1949.
- PRUNES, Lourenço Mário – **Trigo (O)**. Porto Alegre, s/e. 1939.
- QUEIROZ, Maria Luiza Bertuline – **Vila do Rio Grande de São Pedro (A)**. Rio Grande, FURGS, 1987.
- QUINTAS, Antônio Tavares – **Datas e itinerários dos viajantes botânicos no Rio Grande do Sul**. (mapa) Porto Alegre, 1956.
- REGO MONTEIRO, Jonathas da Costa – **A Colônia do Sacramento – 1680-1777**. Porto Alegre, Of. Graf. Liv. do Globo, 1937.
- RIBEIRO, Darci, – **Povo Brasileiro (O)**. São Paulo, Cia. de Letras, 1995.
- RIBEIRO, Orlando – **Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico**, Lisboa, Liv. Sá da Costa, 1967. ROCHE, Jean – **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Ed. Globo, 1969.
- **L'administration de la province du Rio Grande do Sul. de 1829 à 1847**. Porto Alegre, URGs/Faculdade de Filosofia, 1961.
- S/AUTOR – **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa em vigor**. Rio de Janeiro, Typ. Dous de Dezembro, 1853.
- SAINT ADOLPHE, J.C.R. Milliet de – **Dicionário Geográfico Histórico e Descritivo do Império do Brasil**. Paris, V.J.P. Aillaud. Guillard Co. 1863.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de – **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Martins Livreiro/ Erus ,1987.
- SALVADOR, Vicente Frei – **História do Brasil -1500-1627**. S .Paulo, Ed. Melhoramentos,1931. SALVADOR, José Gonçalves – **Os cristãos-novos e o comércio no Atlantico Meridional**. São Paulo, Pioneira/MEC,1978.
- SANMARTIN, Olinto – **Aspectos econômicos da velha Porto Alegre**. in Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, ano XXIII, 1. trim. n. 89. Porto Alegre, s/e., 1943.
- **Aspectos econômicos da velha Porto Alegre**. in Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, n. 89, 1. trimestre.P. Alegre,s/e, 1943.
- SANTA-ANNA NERY, M.f. J. de – **Le Bresil en 1889**. Paris, lib. Charles Delagrave, 1889.
- SANTOS, Domingos Francisco dos – **Cultura do trigo**. Rio de Janeiro, s/e.

- SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DO INTERIOR E EXTERIOR – **Anuário Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul, 1923.** Porto Alegre, Of. Graf. d'A Federação, 1924.
- **Anuario Estatistico do Estado do Rio Grande do Sul, ano 1922 II parte** Porto Alegre, Of. d'A Federação, 1923.
- SEPLAN/ IBGE – **Recursos Naturais – Brasil Sul.** Rio de Janeiro, IBGE, 1986.
- SGAR, Dirceu Luiz (coord.) – **Aspectos sócio-econômicos dos municípios do Rio Grande do Sul – 1991-1992.** Porto Alegre, CEDIC, 1991/1992.
- SIMONSEN Roberto C. – **História Econômica do Brasil (1500-1820).** S. Paulo, Cia Ed. Nacional, 1962.
- SORRE, Max – **Les fondements de la Géographie Humaine: Fondements Biologiques.** Paris, Lib. Armand Colin, 1951.
- SOUSA, Francisco Ferreira – **Descrição a viagem do Rio Grande.** in Anais do simpósio comemorativo do bicentenário da restauração do Rio Grande. Rio de Janeiro, I.H.G.B./IGHMB, 1979..
- SPALDING, Walter – **Cinco documentos interessantes.** in Anais do III Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia. Porto Alegre, Liv. do Globo, 1940.
- **Colonização açoriana.** in Boletim Municipal, ano VII, n. 23. Porto Alegre, Prefeitura Municipal, 1945.
- SPIX, J. B. von e MARTIUS, C.T.P.von – **Viagem pelo Brasil.** Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938.
- STRASSER, R.P. Melchior SJ – **Carta de Strasser (...)** in Revista del Instituto Historico y Geografico del Uruguay, tomo VII. Montevideo, 1930.
- TEIXEIRA, Edgar Fernandes – **Trigo no Sul do Brasil (O).** S. Paulo, Graf. Ed.Linotype, 1958 TRICARD, J. **Sources d'énergie et cultures alimentaires: le blé, le riz.** Paris, C.D.U., s/d.
- TRUDA, Leonardo – **Aspecto Econômico do Rio Grande do Sul antes da independência nacional.** in Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, ano X, 2. trim. Porto Alegre, Tip. do Centro, 1930.
- VARELA, Alfredo – **Rio Grande do Sul.** Pelotas/P.Alegre, Echenique Irmãos Ed., 1897.
- VASCONCELOS E SOUZA, Luiz de – **Ofício do Vice-Rei (...) para ser entregue ao seu sucessor.** in. Revista trimestral de História e Geographia n. 14. Rio de Janeiro, 1842.
- **Relatório apresentado ao governo de Lisboa pelo vice-rei (...) em outubro de 1784, sobre o Rio Grande do Sul.** (doc. do Arq. Nacional, coleção 67, livro 9) in Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Ano IX, I e II trimestre. Porto Alegre, Tip. do Centro, 1929.
- WAIBEL, Leo – **Princípios da colonização Européia no Sul do Brasil.** in Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil. Rio de Janeiro, I.B.G.E., 1958.
- XAVIER, Paulo – **Açorianos e os casais de número.** in Suplemento Rural do Correio do Povo, 24/10/1975.
- **Comércio de trigo.** Idem, idem, 16/01/1976.

- **Estância no Rio Grande do Sul (A)** in Rio Grande do Sul, Terra e Povo. Porto Alegre, Ed. Globo, 1964.
 - **Os colonistas e a lavoura de trigo.** in Correio do Povo, Suplemento Rural. Porto Alegre, 27/04/1973.
 - **Pão e História.** Idem, idem, 25/12/1975.
 - **Primeiro a agricultura.** Idem idem, 1/01/1976.
 - **Produção e contrabando.** Idem, idem, 11/05/1973.
 - **Trigo e alguns moinhos.** Idem, idem, 20/04/1973.
 - **Uma opinião sócio-econômica.** Idem, idem, 23/02/1973.
- ZEMELLA, Magalda P. – **Abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII (O)** S. Paulo, Hucitec/EDUSP, 1990.
- ZIMMERMANN, Erich W. – **Recursos industriais del mundo.** México/B. Aires, Fondo de Cultura Econômica, 1975.

GERMANISMO, NAZISMO, PATRIOTISMO

Lothar Hessel

O patriotismo, o sentido de nação brasileira, conviveu com o germanismo e o nazismo, na primeira metade deste século no Sul do Brasil, com aquele em paz, com este às turras.

Com o nazismo, bem menos tempo, eis que essa ideologia militante e dominadora, foi passageira, pouco mais de duas décadas. O nazismo foi como uma dessas epidemias que de tempos em tempos se instala na espécie humana, ensejando milhares de enterros, quer em cova ou gaveta individual, quer em valas comuns. Ainda que concebida em cérebro humano e calcada em teorias de filósofos (Nietzsche, entre outros) a virulenta epidemia nazi-fascista foi, sem dúvida, a mais mortífera, causando cerca de 50 milhões de mortos, entre nazistas, fascistas, comunistas, democratas, chineses, japoneses, judeus e crianças.

Valas comuns eram comuns. Os países de maior número de abatidos foram a União Soviética, China, Polônia, Alemanha e a população judaica, então sem terra nacional. Mais soldados (voluntários ou forçados) ou mais civis?

O Brasil, apesar da habilidade política do presidente Getúlio Vargas e sentindo por aqui mesmo os incômodos gerados pelo Partido Integralista, de Plínio Salgado, do Partido Comunista, de Luís Carlos Prestes, e da "Quinta Coluna" solerte e atenta, acabou entrando também na 2ª Carnificina Mundial ou, como se diz, na 2ª Guerra Mundial, cujo foco sempre esteve no hemisfério norte deste planetinha.

Hoje, sepultados a quase totalidade dos envolvidos direta ou indiretamente no que aconteceu, substituídos que foram por outra gente, apaziguados os ânimos e já se visualizando no horizonte o fenômeno da globalização, é possível discorrer-se com imparcialidade sobre os acontecimentos e as posições mentais daquele passado.

Este pequeno estudo se circunscreve ao que ocorreu na metade sul da região do Alto Taquari, abrangendo parte dos municípios de Estrela e Lajeado, em sua extensão da época, bem como o de Arroio do Meio. Com ênfase principalmente nos fatos ocorridos no município de Estrela.

De outra parte, a circunstância de este articulista portar gens portugueses, alemães e ameríndios, facilita-lhe sentir o sentir das populações brasileiras e alemãs, e por isso mesmo discorrer com isenção sobre o assunto.

Poderá alguém que esteve longe dos fatos, objetar que tal ou qual assertiva não é verdadeira, que “não foi bem assim”... Pois foi, mesmo que desagrade a uma ou outra cabeça atual, de olho enviesado. O que aqui se expõe visa a deitar alguns raios de luz numa parte da História de aqui perto, fornecendo achegas para quem, no futuro talvez se disponha a escrever sobre “O Rio Grande do Sul no Século XX”, somando-se à *Bibliografia* da qual se serviu o professor René Gertz para escrever o livro *O Perigo Alemão*, 87 págs. (Editora da Ufrgs, 1991).

Este trabalho divide-se em duas partes:

1º – Antes de 1933, ano em que o antigo pintor de paredes Adolf Hitler assumiu o poder na Alemanha.

2º – De 1933 a 1945, quando a Alemanha, derrotada, se rende a 8 de maio de 1945, oito dias depois do suicídio do grande Hitler.

Vale ainda distinguir, no alemão, o *Deutschtum* e o *Nationalsozialistische Deutsche Arbeitspartei* (Partido Nacional-Socialista do Trabalho Alemão, abreviadamente NSDAP, em alemão, e “Partido Nazista”, em português; ou, como “fenômeno” ou “epidemia”, simplesmente, o *nazismo*).

Já o termo *Deutschtum* tem sido traduzido por germanismo, por “caráter alemão, sentimento alemão” (Leonardo Trochtop), ou mais raramente, por germanidade. Mas nenhuma dessas traduções tem o peso ou a força de *Deutschtum*. Não tem nenhuma conotação de agressividade. Denota antes conservação, preservação.

O “Deutschtum”

Entendido como “ações para preservar a cultura alemã”, foi cultivado sem grandes tropeços antes do advento do hitlerismo. Nem mesmo uma atenção maior do governo brasileiro quando durante a 1ª Guerra Mundial se deu conta de que em regiões inteiras não se falava (ou quase) a língua nacional e oficial.

Duas das medidas tomadas então para neutralizar tal situação foram o estabelecimento de escolas públicas, chamadas federais (eram o resultado da cooperação entre os governos federal e estadual) e de Tiros de Guerra, nos quais os jovens masculinos aprendiam algo da arte militar e algumas noções sobre a Pátria em que nasceram.

Em ambas as instituições a língua usada era a oficial, o português, e não mais o alemão. Entretanto as escolas federais, somadas as municipais e estaduais, e os Tiros de Guerra não cobriram totalmente a região em foco; em numerosas picadas persistiram as aulas comunitárias em alemão, por vezes convivendo com as oficiais ou “do governo”, como se dizia.

Aquelas escolas normalmente estavam vinculadas à religião, quer protestante, quer católica. E eram vistas com bons olhos pelos padres jesuítas, em boa parte estrangeiros, como pelas Irmãs Franciscanas (que em Porto Alegre mantinham a *Marienschule*, à Av. São Rafael, hoje Alberto Bins), e igualmente pelos pastores protestantes (em boa parte estrangeiros) seguidores de Martin Luther. Em Estrela,

mesmo após a substituição dos padres jesuítas por padres seculares em 1923, a situação continuou a mesma, como continuou o mesmo o Governo do Estado, com a mesmíssima visão (?) do caçapavano Antônio Augusto Borges de Medeiros.

Uma que outra hostilidade velada, branda e tenaz surgiu em algumas localidades nas quais teriam de conviver escolas em português e escolas em alemão. Em Seca Rica, também chamada Arroio da Seca, hoje cidade de Imigrante, o pastor alemão e professor Franz Gebhard Hennig, nascido em Gradau “bei Magdeburg” em 1864, pressionava seus fiéis no sentido de preferirem a sua escola alemã. Não se sabe se assim agia por motivos pecuniários (mais alunos significava maior renda), por zelo na preservação da religião luterana ou se por vontade de instruir as crianças no idioma alemão; talvez duas ou todas essas hipóteses se mesclavam na postura do pastor alemão.

E como procediam os colonos de sua circunscrição?

Nascidos no Brasil, muitos só sabendo falar alemão, principalmente as mulheres (não o alemão oficial, mas o dialeto “Hunsrick”), parece que sentiam a necessidade de seus filhos, meninos e meninas, na “aula do Governo”.

Talvez as raízes americanas – o aipim, a batata (impropriamente chamada “inglesa”), a batata-doce, bem como o milho (americano, base inicial de sua economia rural), o chimarrão e o fumo em corda, mais o céu azul e as águas cristalinas, o canto dos sabiás, gaturamos e pintassilgos, o grito dos vistosos tucanos, a manifestação dos tico-ticos, a graça e a ligeireza das pequeninas corrufras, tudo isso, somada à consciência de que não estavam mais na *Deutschland*, mas na *Brasilien*, influísse em sua decisão de mandarem seus filhos também na “aula do Governo”. Inconscientemente estavam seguindo aquela recomendação de Jesus Cristo, de 19 séculos, antes: “Dai a Deus o que é de Deus; e a César, o que é de César.”

Noutras picadas a situação não era muito diferente, tanto nas de predominância populacional protestante, como nas de católica.

Não se estranhe que língua alemã e religião estivessem tão conectadas entre si. Era uma situação por todos aceita, inclusive pelos políticos no poder, muitos vivendo à sombra dos positivistas.

Essa conexão não é privativa dos alemães; outros povos a praticaram ou praticam, entre eles os israelitas que, em sendo possível, criam estabelecimentos de ensino próprios, embora dando menos ênfase ao aspecto lingüístico. Em Porto Alegre falam fluentemente o português e *sem sotaque algum*.

No caso em foco, tratava-se da preservação da cultura alemã em terras distantes, era a manutenção do *Deutschtum* junto com os fundamentos da fé cristã.

Em Estrela por volta de 1927 o ensino em alemão estava assegurado para meninas católicas no Colégio Santo Antônio, mantido pelas Irmãs Franciscanas; para rapazes, na escola paroquial católica situada onde hoje está a Casa Canônica e regida então pelo professor Leonardo Tochtrop (Colônia, Alemanha, 1898 – Porto Alegre, 1975); para as crianças protestantes, na escola particular ligada à sua Igreja.

O ensino em português era ministrado no Colégio Elemental sob a direção de D. Rita Ribeiro de Almeida, contando com um corpo docente bom.

Situação análoga, adaptada às peculiaridades de cada picada ou de cada povoado, verificava-se em todo o município, excetuado o grande distrito setentrional de Roca-Sales onde preponderava a colonização italiana e sobre o qual não dispomos de maiores dados.

Doze anos após, com a ascensão do nazismo e a conseqüente iminência da 2ª Grande Mortandade Mundial e ainda algumas providências do Governo Brasileiro, a situação era muito diversa. Em Arroio do Meio, por exemplo, na escola parquial católica para meninos e no Colégio São Miguel mantido pelas Irmãs da Divina Providência, para meninas, o ensino era ministrado na língua nacional (1939). No interior, na rede de escolas regidas por professores ligados ao Cônego (depois Monsenhor Jacob Seger), a orientação era a mesma, de bom ou de mau grado.

Sob o Nazismo

Se o período anterior a ele foi de relativa calma e de convívio sem grandes dissensões, já a ascensão de Adolf Hitler ao governo da distante Alemanha trouxe um período de tensão crescente, o qual desembocaria numa série de conflitos, denúncias, prisões, proibições e repressões, sobretudo quando em 1942 o Brasil entrou na Guerra ao lado dos aliados, contra o “Eixo” Roma, Berlim, Tóquio.⁵

O quadro político daquela época era extremamente complexo, tanto no exterior como no interior do país. O equilibrista Getúlio Vargas dos primeiros tempos, mesmo unindo sagacidade mineira à bravura de gaúcho, tinha muita dificuldade para manter o Brasil neutro. No plano interno, tanto os comunistas de Luís Carlos Prestes em 1935, como os integralistas de Plínio Salgado em 1938, tentaram apeá-lo do poder, os últimos indo atacá-lo em sua própria residência, o Palácio Guanabara, a 11 de maio.

É óbvio que tudo isso provocaria repressão legislativa e policial contra uns e outros. Aqueles, com olhos de adoração postos em Moscou do grande Stalin, estes na Berlim do grande Hitler..., com certa efervescência entre os nazistóides da “raça superior”.

No plano internacional certas “jogadas” eram desconcertantes. Não é que em 1939, por exemplo, os comunistas soviéticos e os nazistas alemães selam um pacto de (aparente) amizade, repartindo calmamente a Polônia entre si?

Que diriam disso os respectivos sequazes aqui no Brasil? Naturalmente consideraram certo: assim o queriam os supremos senhores Joseph Stalin e Adolf Hitler.

Nem haviam decorrido dois anos, eis que os nazistas alemães invadem a santa Rússia. E então? – Os grandes ditadores europeus estavam certos...

(5) Alguns portadores do nome Roberto na colônia alemã orgulhavam-se por ser tal nome constituído pela junção das sílabas iniciais de Roma, Berlim e Tóquio... Outros ufanistas do mesmo tipo eram os que se chamavam Adolf, ou seja, Adolf, o glorioso nome do Führer...

No Brasil, no Rio Grande do Sul, no Alto Taquari as coisas permaneceram no âmbito das idéias e dos entusiasmos durante os primeiros anos de hitlerismo na Alemanha e mesmo da 2ª Guerra Mundial. A situação começou a azedar com a intensificação do conflito. Até o Oceano Pacífico deixou de estar pacífico, com o ataque japonês a Pearl Harbour, no Hawaí (norte-americano), a 7 de dezembro de 1941.

Os homens se matavam no ar, na terra e no mar. Do lado alemão “brilhavam, no ar a poderosa *Luftwaffe*, sob o comando supremo do gordo Herrmann Göring; em terra, a *Wehrmacht*, com suas *Panzerdivisionen*, seus generais e marechais; e no mar, a numerosa frota de submarinos bem equipados.

A *Wehrmacht* especializou-se na chamada *Blitzkrieg*, guerra-relâmpago, ataque surpresa, responsável por numerosas vitórias alemãs. O primeiro dos componentes dessa palavra – *Blitz* = relâmpago – acabou incorporando-se ao nosso português a ainda hoje aparece em nossa imprensa, sempre ligado ao conceito de rapidez, de inesperado, de surpresa.

As notícias desses sucessos chegavam ao Alto Taquari pelos ares, veiculadas pelas potentes ondas da DNB – *Deutsche Nachrichten Büro* -

Ouvida geralmente à noite. Em Colinas (antigo distrito de Corvo) reuniam-se os homens na casa de um rico senhor do lugar. Parece que o Ministro da Propaganda e Informação da Alemanha, Joseph Paul Goebbels e seus auxiliares eram bastantes eficientes, eis que conseguiam incutir em seus ouvintes não poucas idéias ou sofismas, tais como:

- Se uma gata parir seus filhotes dentro de um forno, o produto será pão ou gatinhos?

Com isso o teuto-brasileiro deveria considerar-se mais um alemão do que um brasileiro. Era o *ius sanguinis* sobrepujando o *ius solis*.

Ao fundo, o mito da raça superior, a raça ariana (silenciava-se sobre o fato de que os alemães não eram os únicos detentores da patente ariana).

- Os judeus eram como uma raça maldita, (*Die verfluchten Juden*) responsável por inúmeros males na Europa e no mundo. Escondia-se, porém, que a apropriação ou desapropriação dos bens dos malditos pelo 3º Reich renderia bons recursos para o Tesouro Alemão e para a continuação da Guerra;

- Dentre os compositores alemães, Adolf Hitler preferia a de Richard Wagner, por ser a música deste a que melhor refletia a pujança e a força marcial da raça alemã;

- quando vitoriosa a Alemanha, seria constituído um Estado germânico no sul do Brasil, com a capital em Blumenau;

- os membros do 1º escalão do governo do *Führer* – o marechal Göring; o ministro do Exterior von Ribbentrop; Rudolf Hess (que em 1941, em misteriosa missão voou para a Inglaterra, aterrizando na Escócia e sendo preso); Heinrich Himmler, chefe supremo das *SS* e dos campos de concentração; e o próprio Goebbels – tornaram-se familiares na região e dignos de admiração, tanto ou mais do que alguns políticos “carismáticos” da atualidade política brasileira neste fim de milênio;

– quando navios brasileiros começaram a ser postos a pique nas mornas águas brasileiras, espalharam a versão de que eram os norte-americanos que o faziam, com o intuito de forçar o governo de Getúlio a abandonar a neutralidade e entrar na Guerra ao lado dos aliados. O Brasil realmente declarou guerra ao Eixo Roma-Berlim, a 22 de agosto de 1942; mais adiante enviou uma Força Expedicionária que foi lutar na península itálica.

Bem interessados estavam os norte-americanos nessa decisão brasileira, entre outras razões para facilitar o salto sobre o Atlântico, de centenas ou milhares de aeronaves de guerra (com bases militares em Natal e Dakar) e destinadas a entrar nos entreveros da belicosa Europa.

Na versão nazista sobre o afundamento de navios brasileiros só acreditaram os pró-nazistas mais tenazes.

O fulminante e arrasador ataque da *Luftwaffe* e as notícias da rápida e vitoriosa expedição do marechal Von Rommel (a “raposa do deserto”) pelo norte da África deixavam os nazistóides particularmente eufóricos; em Estrela até um sacerdote afirmava que onde os alemães punham o pé, dali não saíam mais.

Deve ter modificado tal convicção com o recuo da *Wehrmacht* após a mortífera e demorada resistência do exército soviético em Stalingrado, em 1943, e o não menos sangrento desembarque das forças aliadas na Normandia a 6 de junho de 1944. O recuo alemão prosseguiu sem apelação até dentro da própria Berlim, onde a *Deutsche Nachrichten Büro* se viu forçada a suspender suas potentes irradiações e onde num *Bunker*, já em baixo da terra, o orgulhoso Adolf Hitler pôs termo à vida junto com Eva Braun. Eram mais duas mortes que se somariam aos milhões de outras, militares ou civis, abatidos ou executados.

– a noção de “quinta-coluna” terminou sendo aplicada aos pró-nazistas suspeitos, com ou sem razão, residentes em terras brasileiras. Nas diuturnas tertúlias masculinas que se efetuavam em Colinas, contava-se que determinado maioral nazista ao afirmar que certa cidade seria irremediavelmente conquistada, explicara que além das *quatro colunas*, que avançavam dos quatro pontos cardeais, havia uma “quinta” que, dentro da própria cidade, minava sua defesa.

A mais aguardada mensagem do noticiário da *Deutsche Nachrichten Büro* eram as badaladas potentes e pausadas emitidas por algum sino de Berlim. Era a expectativa: 1 – 2 – 3 – 4 – 5 – ... Correspondiam ao número de navios postos a pique por submarinos alemães. Se havia efusões de alegria em torno dos aparelhos de rádio, quem não viu, não pode testemunhar. No dia seguinte um dos assuntos versados eram esses fatos subaquáticos.

A progressão dos tempos é insustável. Vinte anos após o término da 2ª Grande Carnificina Mundial, quem chegasse a Brest, principal porto militar da França e onde os nazistas montaram um terrível foco de submarinos, veria não uma cidade de edificação normal na Bretanha, mas uma cidade reedificada totalmente, de arquitetura moderna. É que os bombardeios aliados não deixaram pedra sobre pedra.⁶

(6) A dona do *Hotel Moderne* revelou em 1966 que durante 42 noites não puderam dormir. E isso que os civis tinham sido levados para a campanha. (*Europeus vistos de perto*, deste articulista, P. Alegre, Livaria Parolenda, 1994. pág. 58).

– Outro “pensamento” nazista corria nos meios pró. Quando surgiram notícias de que os judeus estavam sendo mortos pelos nazistas, dizia-se que: “os alemães são racistas, mas racistas mesmo são os judeus que não se misturam com outros povos”.

Esse ideário todo, odioso, falacioso e hoje cheirando a mofo, chegou em parte aos ouvidos das autoridades brasileiras. Somado ao clamor nacional diante dos naufrágios de navios em costas brasileiras e também à crescente pressão norte-americana, deve de ter sido a determinante para que Getúlio finalmente se decidisse a tomar partido, declarando guerra ao Eixo.

A pressão nazista também se fazia sentir sobre entidades particulares recreativas. Estas não eram poucas, dado que os alemães e outros povos europeus têm alto grau de associatividade. Essas entidades tinham por aqui como segundo componente do nome, a palavra *Bund* (união, liga, aliança) ou *Verein* (sociedade, associação, clube, agremiação). Estavam disseminadas por toda a zona de colonização alemã ou onde houvesse teuto-brasileiros em número suficiente para fundá-las; seus objetivos eram sociais, recreativos, desportivos, jamais políticos.

Corria por essa época que as pressões transoceânicas pretendiam que essas entidades se filiassem a uma Central Única em Berlim, a qual lhes ministraria orientações. E que em Estrela a Sociedade Ginástica (*Turnerbund*)⁷, hoje com a sigla SOGES) teria repellido a proposta com certa altivez. Tais rumores, entretanto, deverão ser verificadas, quiçá confirmadas, em pesquisas ulteriores, documentais.

Noutras localidades também deve ter ocorrido coisa semelhante. Mas é de crer-se que pouco ou nada conseguiram.

Em Bom Retiro (do Sul) “no dia 26 de maio de 1896 foi fundada a sociedade de Atiradores Tell – *Schützen Verein Tell*”. Não encontramos o Livro de Atas n.º 1, em que devia constar a sua fundação. Provavelmente foi destruído por ocasião da 2ª Guerra Mundial, como aconteceu com todos escritos em alemão (livros, revistas e documentos). Felizmente escapou o Livro-caixa, *Cassenbuch*. “(*Bom Retiro do Sul, sua História, sua vida*, de Ellen Walkiria Eifler, P. Alegre, FEPLAN, 1992, pág. 129).

Essas sociedades, por iniciativa própria ou por imposição, trataram de aporuguesar seus nomes, adequando-se à realidade nacional. Em Porto Alegre, por exemplo, sua *Turnerbund* tornou-se “Sociedade de Ginástica de Porto Alegre-1867”, hoje quase só conhecida pela sigla SOGIPA.⁸

A Repressão. A Nacionalização

Paralelamente foi se desdobrando a repressão anti-nazista na qual houve acertos e erros, atingindo culpados e inocentes. Não havia crachá que identificasse uns

(7) Turnen, em alemão, significa ginástica; e Turner, ginasta ou atleta.

(8) Para obter-se mais dados sobre o Deutschum e a infiltração nazista nestas plagas, leia-se o livro de Renè Gertz, o Perigo Alemão, mormente o capítulo “Nazismo” (págs., 46-54), publicado pela Editora da UFRGS, 1991, com 87 páginas e boa bibliografia sobre o assunto.

e outros; assim os atos repressivos dependeram muito das pessoas que os praticaram, neles influenciando o bom-senso, ou sua falta, e até o grau de instrução de cada um. Nem todos os “quintas-colunas” foram presos, nem todos os presos eram “quintas-colunas”. Um colono do fundo das picadas ou do alto dos morros estava bem mais ocupado na produção vegetal, animal e humana ao seu redor do que na política exterior (e interior). Talvez “torcesse” pelo bom sucesso das armas de seus irmãos de raça, fracamente; o “pecado” pelo qual alguém eventualmente tenha sido detido, era o de não saber falar a língua nacional e expressar-se em alemão em público. Tal falha deveria ser creditada à falta de visão, tanto de seus ancestrais e mentores, como das autoridades luso-brasileiras anteriores e coetâneas.

Como no Brasil se estava sob o regime do Estado Novo, os executivos estaduais eram exercidos não por presidentes ou governadores eleitos, mas por interventores nomeados diretamente pelo Governo Federal. Propositamente ou não, nesse período os interventores federais no Rio Grande do Sul foram generais de carreira: Daltro Filho (1937), Cordeiro de Farias (1938-1942) e Ernesto Dornelles (1942-1945).⁹

A campanha de nacionalização que se iniciou em 1940 e que se intensificou com a entrada do Brasil na Guerra em 1942, desdobrou-se em dois sentidos: o cultural, incluindo principalmente o setor educacional, e o policial. Parece ter sido neste que houve o maior número de arbitrariedades e excessos.

O ensino passou a ser feito exclusivamente na língua nacional.

A imprensa em língua estrangeira foi proibida (1941). Com isso cessaram sua publicação em Porto Alegre o *Deutsches Volksblatt*, dos “alemães” católicos, e o *Neue Deutsche Zeitung*, dos “alemães” protestantes; em Arroio do Meio, o *Brummbär*, editado por Afonso Brod, oficial do Registro Civil; e outros ainda, disseminados pela colônia alemã e mesmo na italiana.

A pressão hitlerista no sul do Brasil fazia sentir-se também sobre pessoas de ascendência germânica ou alemães de nascença, notadamente sobre os pastores protestantes renitentes em aderir à causa desfraldada pelo Partido Nazista Alemão.

Um velho e digno pastor alemão aposentado, que vivia em apazível vivenda um pouco ao norte de Corvo (hoje Colinas) desde o começo se mostrava, sem alardes, anti-nazista; talvez alinhado com o pastor Martin Niemöller, da Alemanha, sobre o qual se registrou que “became leader (1933) of opposition to Nazi and state totalitarian control of Lutheran Church (...) arrested and imprisoned in a concentration camp (1937)” (cf. *Webster's Biographical Dictionary*, 1º ed., 1943).

Não é que esse velho pastor mais adiante passou a apoiar o hitlerismo? Presume-se que sua aposentadoria viesse de além-mar e estivesse ameaçada de ser simplesmente cortada.

(9) Ver a propósito, o suelto de Flávio Alcaraz Gomes no *Correio do Povo* de 15.7.1996. Daltro Filho tornou-se nome de vila, hoje integrando o município de imigrante, ao passo que Ernesto Dornelles teve seu nome perpetuado em importante Hospital de Porto Alegre.

Quanto a outros pastores o nazismo não teve tantos óbices, mormente quando nascidos na Europa. Vários ou muitos foram parar e estagiar na Colônia Penal Daltro Filho. Segundo o depoimento do dentista brasileiro Agostinho Lotário Simon, que há cerca de 30 anos residia na Av. Protásio Alves, 2320, e que durante a Guerra também estagiara por lá, eram os pastores os que mais rebeldes e barulhentos se mostravam entre os detidos.

No lado católico a pressão transoceânica sobre o clero não pode efetuar-se com tanta facilidade, eis que o arcebispo metropolitano de Porto Alegre, Dom João Becker, por sinal, alemão de Winterbach (mas desde os 8 anos no Brasil), sempre se mostrou infenso à “doutrina” nazista. O que não impediu que alguns sacerdotes contemplassem com visível simpatia o impetuoso Adolf Hitler, seus corifeus e suas façanhas.

Tal estado de coisas, que, *mutatis mutandis*, ocorria também noutras zonas de colonização estrangeira, somado à pressão norte-americana, levou o Brasil à guerra externa e à repressão interna, a qual por vezes “atirada a esmo”, como se viu, acertou justos e pecadores. Sobre o assunto já existe alguma bibliografia, em geral já registrada no citado livro de René Gertz.

Num dos distritos do município de Estrela um subprefeito de menores luzes se opôs a que em alguns casos um pai lá do fundo das picadas fizesse a declaração oral do nascimento de (mais) um filho no cartório local em língua alemã. A pedido do titular, o juiz de Comarca de Alto Taquari, com sede em Lajeado, Dr. José Edgar Ramos, serenamente concedeu permissão, em correspondência oficial, para casos claramente delimitados, quando o escrivão entendesse a língua do declarante.

Fato doloroso ocorreu na prisão de Estrela quando a certa altura um colono (sobrenome Brinckmann?) do vale do Arroio da Seca nela morreu em virtude de certo tiro. Quando o cadáver passou pela sede do 4º distrito, talvez por questão de burocracia, parou na frente da subprefeitura local, com a versão de que a vítima tinha se apossado da arma de um policial e com ela se suicidado, sem demora.

Poucos acreditaram nessa versão. Algumas pessoas se reuniram em torno do veículo e a mulher do pastor (um dos que estavam na Colônia Penal Daltro Filho), tomada de humana indignação proferiu veemente apóstrofe a céu aberto, provavelmente em alemão. Pouco depois o colono morto foi levado para o cemitério de sua localidade, nele foi inumado e acabou-se a história.

Hoje, decorrido mais de meio século, possivelmente todos os protagonistas da ocorrência, policiais ou não, também partiram para o além ou estão *em vias de*. Inclusive a mulher que naquele momento clamou aos céus: faleceu não há muito, de morte natural, em Porto Alegre, em idade senil e calma.

— o —

Graças a Deus, a terrível borrasca, a maior carnificina mundial de seres humanos, terminou em 1945, precipitando-se com o suicídio do grande Hitler em seu Bunker berlinense a 30 de abril. Esse mesmo Adolf que “dera o pontapé inicial” ou, se o quiserem, como os juízes de futebol, dera o apito para o início do grande jogo. Da mortandade em massa, em terra, mar e ar.

Passada a tempestade na Europa e no Extremo Oriente, também no Brasil as coisas foram serenando; hoje o ódio entre raças está reduzido a alguns pequenos focos, quase todos na Europa, Ásia e África. Entre brancos e entre negros, e mais acentuadamente por parte da população masculina. É de notar-se que as indústrias de armamentos e de armas mortíferas precisam faturar... Seja nos Estados Unidos, seja no Brasil, ou alhures.

Hoje, com o distanciamento temporal e a substituição daquelas gerações humanas por outras, é possível olhar-se e refletir serenamente sobre os fatos, sem *parti-pris*, e deixá-los devidamente documentados. *Ad perpetuam rei memoriam*.

REGIÃO DO CAMAQUÃ: FATOS OCORRIDOS NO FIM DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

Luís Alberto Cibils

Na mudança do Séc. XIX para o Século XX, Dorcas de Camaquã tinha grande importância política. Com o desenrolar da Campanha Abolicionista, surgem inúmeras liberações de escravos, através de Escrituras Públicas. Desde 1885 a propaganda republicana era enorme, como tudo se vê do fundo documental deixado por Manoel da Cunha Vasconcelos.

A Direção de "A Federação", através de Dionísio Porto e mais tarde pela Comissão Executiva, constituída por Protásio Alves, Demétrio Ribeiro e Júlio de Castilhos, apelava pelo pagamento das assinaturas, oferecendo até uma comissão de 5% a 10% e dava a conhecer a nominata das assinaturas.

A 1º de outubro desse ano o "Clube Republicano de Porto Alegre" comunicava que, a 27 de setembro, foi eleita a seguinte Diretoria: Presidente José Pedro Alves, Vice Dr. João Abbott, 1º Secretário Horácio Chaves, 2º Secretário Benjamim Vilas Boas e Tesoureiro Herculano dos Santos.

Em novembro de 1889 João Abbott, Secretário dos Negócios do Interior e Exterior, preocupado com a Junta de Alistamento para o serviço do Exército e da Armada na paróquia, pedia a substituição, por motivo de doença, do Ten. Antônio Joaquim de Quadros por outro oficial a ser indicado.

Já em abril de 1890 o Chefe de Polícia recomendava ao Delegado Manuel da Cunha Vasconcelos apoio ao Barão do Jacuí (Francisco Pedro de Abreu), contra elementos que tentavam entrar em suas fazendas. Ainda neste mês informava que o Com. Geral interino da Guarda Cívica ia providenciar no fornecimento de cavalos, armamento e fardamento necessário ao Destacamento aí existente, em face de ameaças ao administrador das fazendas Santo Antônio e Barba Negra do referido Barão. Envia também 24 exemplares das "Instruções para a guarda de quarteirão".

Antônio Antunes Ribas em junho comunicava que, por Decreto do dia 17, assumiu o cargo de Chefe de Polícia, informando depois em Circular que, em obediência ao Regulamento 120/1842, devia ser comunicado diariamente ao Governo a respeito à ordem e tranquilidade pública.

A Subdelegacia de Polícia remete em setembro, à Diretoria-Geral de Estatística de P. Alegre, o mapa do recenseamento do Município realizado em 31.12.1889 e acondicionado em uma caixa de 52 kg, transportado pela Diligência de Joa-

quim Paulo de Araújo, até a Barra do Ribeiro. A comissão que havia sido encarregada para esse recenseamento teve como Presidente Inácio Machado da Costa e membros Marcolino A. Borba e Joaquim Rodrigues Barbosa. Circular n.º 277 do Chefe de Polícia transmite Ato Governamental n.º 463, proibitivo da introdução de bilhetes de loteria procedentes do estrangeiro ou de outros Estados.

Em 10 de outubro de 1890 o Chefe de Polícia Antônio Antunes Ribas comunicava com a Circular 1094, que em face da defeituosa distribuição Guarda Cívica, criava a Polícia Volante para reprimir o furto de gado, obrigando os indivíduos ao trabalho para assegurar aos viajantes, fazendeiros e criadores, garantias diante dos bandidos que conduzem animais furtados, cometendo toda sorte de violências. Solicita aos fazendeiros que, para tanto, preparem cavalos.

Em abril de 1891 J. Castilhos pede notícias sobre votação e informa repto a Demétrio e Antão. A 12 de outubro é comunicada a renúncia de Castilhos e a aclamação de Junta Provisória constituída de Assis Brasil, Gen. Osório e Cassal. Esse triunvirato popularmente foi chamado "Governicho".

Marçal Escobar, Chefe de Polícia, a 10 de dezembro interpela o Delegado de Polícia sobre a existência de grupos armados reunidos por Inácio Machado e em que caráter, devendo promover-se sua dissolução.

Ao fim de dezembro, no município, Cesar Augusto Pantaleão dirige-se ao Coletor de Rendas Gerais por haver cessado o beneficiamento de erva-mate em seu engenho de secar, solicitando baixa.

J. Barros Cassal comunica que assumiu o Cargo de Chefe de Polícia e, no início de 1892, dispensa Manoel da Cunha Vasconcelos do cargo de Delegado de Polícia. Solicita também seja encontrado o marinheiro nacional Sebastião da Silva Santos, da canhoneira "Camocim".

Ao começo de 1893 o Chefe de Polícia Antônio Ribas urgentemente indaga quanto à prisão de Félix da Cunha. Castilhos a 25.1.93 assume, eleito.

Em setembro a Comissão nomeada pelo 2º Visconde de Pelotas, constituída pelo Brigadeiro Júlio Anacleto F. Frota, João Pinto Ribeiro, Antônio José G. Mostardeiro, João Pinto da Fonseca Guimarães, Joaquim José Felizardo, Antônio de Azevedo Lima e Júlio Parobé, designa para Dores a comissão composta por Manoel da Cunha Vasconcelos, Antônio Carlos Cidade e José Gomes Martins, com a finalidade de recolher os donativos e contribuições oferecidas para resgate da dívida da extinta monarquia.

Diante dos fatos havidos no fim de 1893, o Dr. Abbott em nome do Governo, recomenda que se realize todo esforço na manutenção da ordem e respeito pelos direitos patrimoniais.

A 12 de fevereiro de 1894 João Abbott, Diretor-Geral da Instrução Pública, comunica que, dia 10, concedeu a remoção, a pedido, do Prof. Zeferino Vieira Rodrigues da Cadeira de S. João B. de Camaquã para Potreiro Grande, marcando-se, para tanto, 15 dias. Este professor em julho de 1900, estava lecionando no porto de Tapes.

Em agosto A. Antunes Ribas, Chefe de Polícia, informa que foi concedida ao Uruguai a extradição do réu oriental Gabino Monteiro e solicita sua prisão e entrega à autoridade oriental mais próxima da fronteira.

No mês seguinte alerta sobre a eleição marcada para 10 de outubro, recomendando restabelecer a ordem e garantir a liberdade. Solicita, outrossim, policiamento nas estradas para evitar quadrilhas de salteadores. Vencida a Revolução, diz que convém se combata seus maus efeitos.

À véspera da eleição, Protásio Alves transmite a Cesar Pantaleão que 2/3 dos eleitores devem votar em dois candidatos e 1/3, em um terceiro.

No mês de janeiro de 1895 Antunes Ribas noticia que o Cel. Felipe Pirichon J. Garcia é o Cônsul do Uruguai no Estado.

A 17, Álvaro Macedo, Delegado de Polícia de Camaquã, dá ciência de que Custódio Machado conduzindo animais, deve ser investigado.

Em fevereiro, dia 20, A.A. Borges de Medeiros informa que assumiu o Cargo de Chefe de Polícia, em substituição ao Des. Antônio Antunes Ribas que vai ocupar o cargo de Procurador do Estado junto ao Superior Tribunal. Nesse dia J. Abbott, Secretário do Interior e Exterior, pede para efeitos da revisão eleitoral de 1893, o número de cidadãos e profissões alistadas no município. No mês seguinte, para os mesmos fins, solicita informação quanto ao desenvolvimento intelectual e moral dos habitantes, número e nome dos jornais, sociedades e clubes políticos, literários, dramáticos, bailantes, musicais e outros, existentes em 1894.

A 1º de abril Castilhos refere que Pedro Moacir deve ser cassado. Em 1º de julho comunica a morte do Mar. Floriano Peixoto, ocorrida na tarde do dia anterior na Estação Divisa, próximo à Capital Federal. Castilhos apelidava Dorcas de Camaquã de "Seio de Abraão".

Em meados de setembro, Abbott, para organizar a estatística, deseja saber o número e nomes dos oficiais de registro civil do município e, bem assim, a numeração e denominação dos distritos.

Borges de Medeiros em novembro comunica ao Delegado que terras e matos do Ten. Cel. Manoel Py são invadidos, derrubando-se madeiras. Para tanto determina providências contra esses crimes.

Em abril de 1896, diante de informações do Distrito Militar, Júlio de Castilhos diz que existem presos anistiados (Basílio, Cassiano e João Francisco), que devem ser postos em liberdade imediatamente. Dias depois o Chefe de Polícia Borges de Medeiros insiste na soltura desses presos, se for o caso, instalando-se processos.

Andrade, em setembro, dá a conhecer o resultado da eleição em Camaquã, tendo Cristóvão obtido 258 votos e Divino 56, votado pelos maragatos.

A 15 de outubro, Querubim da Costa comunica que assumiu interinamente a Intendência de Porto Alegre.

Em dezembro, Castilhos remete as instruções da Comissão Central para votarem um dos três candidatos republicanos, para evitar revés do partido.

No município de Dorcas, Fortunato da Silva Pires, em janeiro de 1897, desejando estabelecer-se com tamancaria em Tapes, pede o necessário Alvará.

Avelino, em fevereiro, solicita a Vasconcelos tratar com Castilhos sobre contas de fornecimento feitos a seu Corpo em Encruzilhada e que devem ser pagas. Ainda nesse mês, Abbott refere que foi providenciado para que Joaquim da Cunha Vasconcelos continue Juiz Distrital, independente de títulos, pois Castilhos ante-

cipa que será nomeado Juiz da Comarca que “receberá ordem” de aceitar seu compromisso de J. Distrital, independente de títulos.

Abbott em março pede novas informações para fins de estatística, com presteza e exatidão, para poder avaliar o progresso intelectual, moral, material, comercial e industrial, acompanhado de questionário.

Em abril, Borges de Medeiros, Chefe de Polícia, presta informações sobre pedido do Delegado em captura dos réus Angelino José Alves, Lindolfo Garcia de Deus e Manoel Inácio.

No mês de outubro, Abbott, remete um exemplar do 1º Relatório Estatístico elaborado depois de proclamada a República, embora organizado em época de completa anormalidade do Estado, contém importantes dados sobre o R. Grande.

Em dezembro daquele ano a Comissão Executiva Central, constituída pelo Ten. Cel. Antônio Soares Barcelos, Frutuoso Borges da Fonseca e Antônio Garcia de Miranda, informa que devendo, a 15.01.1898, Castilhos passar o governo de cinco anos, ao Dr. A.A. Borges de Medeiros, recomenda manifestações de apreço a ambos.

No ano de 1898, em janeiro, Querubim da Costa, Chefe de Polícia, diz que, tendo o Governo brasileiro acedido ao pedido de extradição pelo Uruguai, de José M. de Azevedo, acusado de homicídio, solicita sua captura e entrega à autoridade Uruguia mais próxima.

A.A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado, em junho, considerando a necessidade da confecção de uma Carta do Estado, conforme arquivo da Secretaria de Obras Públicas e a necessidade de se conhecerem os limites de cada município, resolveu, pelo Estado, oferecer à Intendência técnico para tanto, correndo as despesas pelo Município.

Ainda nesse mês, o Secretário do Interior e Exterior solicita a indicação de três cidadãos para, nos termos da Lei 39A, de 30.01.1892, organizar em cada paróquia do município a respectiva junta para proceder em agosto daquele ano o alistamento para serviço do Exército e da Armada.

Em julho, João José Pereira Parobé dirige-se ao Intendente no sentido de obter auxílio, a ser previsto no orçamento, para a Escola de Engenharia iniciada em 1897, que já possui cerca de 50 alunos, necessitando de gabinetes e um prédio em condições.

No ano de 1899, Parobé, Secretário das Obras Públicas, informa que em Filadélfia se realizará no mês de outubro uma Exposição Internacional Comercial e que o Presidente do Estado, desejando corresponder ao apelo Federal, a fim de o Estado figurar no mesmo, pede: amostras de diferentes madeiras, cascas, folhas, frutos, couros, peles, fibras, lãs, etc. e, bem assim, mapas, cartas, estatísticas, monografias e relatórios de Associações Comerciais, Industriais de Créditos, navegação e estrada de ferro.

Nesse ano os alunos da Faculdade de Medicina de P. Alegre Francisco de Carvalho Freitas, presidente; Galeno de Revoredo Barros, secretário; Baltazar Patrício de Bem, tesoureiro e José Flores Soares, Francisco Antônio Rodrigues de Alves F.º, Artur Simão da Motta, José Hecker e Manoel Pereira Pita, informam

Em agosto, Alfredo P. Nogueira, Subchefe de Polícia da 5ª Região, recomenda ao Delegado de Polícia os livros necessários à Delegacia, inclusive a existência de passaportes. Artur Toscano, em setembro, da Inspetoria da 1ª Região Escolar, felicita o Intendente pela posse e informa que parte pelas Pedras Brancas (Guafba) à Estância Douradilho, Araçá e depois Tapes e Barra do Velhaco (Arambaré) até o Duro (Camaquã).

Em outubro, Franklin Lobato oferece "O Popae", seminário ilustrado, satírico, cáustico e humorista de Porto Alegre.

A 16 desse mês J. Montauri Aguiar Leitão comunica que perante o Conselho Municipal, assumiu o cargo de Intendente de P. Alegre, para o qual foi reeleito a 28.09.1900. Na mesma data João Abbott, Sec. Interior e Exterior, informa que a 31.12.1900 será realizado o Recenseamento da população do Brasil, solicitando em nome do Estado todo interesse no assunto, principalmente na parte do RGS.

Augusto Leivas e Sobrinhos, da Fazenda Santo Antônio, em dezembro notifica que o gado que iria para a Exposição Estadual foi atacada de aftosa, solicitando dar conhecimento à Comissão Central.

A 02.01.1901, Coriolano Alves de Oliveira Castro refere que no dia anterior tomou posse junto ao Conselho Municipal no cargo de Intendente de Caçapava. Dias depois, o "Ginásio do Rio Grande do Sul", através de Querubim F. da Costa, noticia ser reconhecido pelo Governo Federal a 23.06.1899, estando à disposição dos alunos.

No mesmo mês o Chefe de Polícia, Querubim Costa, faz saber que o telegrafista Otalgisio Rodrigues Farias, de Dolores, devido aos fatos ocorridos foi substituído.

O Intendente de Rio Grande, em fevereiro, agradece ao de Dolores sua mensagem de reeleição e posse, como Intendente desse importante município.

Dias depois, Aparício Mariense da Silva, Intendente de S. Borja, agradece a comunicação de Vasconcelos ter sido reeleito e empossado no cargo de Intendente do próspero município de Dolores de Camaquã.

Borges de Medeiros, a 24 de fevereiro, informa em circular a instalação da Exposição Estadual, o maior certame de trabalho no Rio Grande do Sul.

Alfredo Nogueira, Subchefe de Polícia da 5ª Região, em Caçapava, pede informações, entre outras, perante que autoridade prestou compromisso de Delegado de Polícia.

O Secretário do Interior João Abbott, de ordem do Presidente do Estado, em junho, solicita a indicação de três cidadãos em cada paróquia do município, previamente consultados, para proceder o alistamento militar de que trata a Lei 2.556, de 26.09.1874.

No mês de julho, a Livraria do Globo, de L. P. Barcelos & Cia., Andradadas, 272, interroga o Intendente sobre o número desejado da "Revista da Semana", da Empresa do Jornal do Brasil que deseja ficar, para prestar contas àquela Empresa que assim registrou as comemorações da Exposição Estadual.

A 1º de agosto de 1901, o Dr. Francisco de Paula Gonçalves Moreira, Intendente de Pelotas, comunica a fundação do "Liceu Rio Grandense de Agronomia e Veterinária", destacando sua importância e procura de alunos e, diante das

que resolveram realizar em outubro próximo uma quermesse para aumento do patrimônio da mesma, solicitando auxílio da Intendência e informando que os donativos deverão ser remetidos até dia de setembro, para um dos seguintes pontos: Faculdade de Medicina, Farmácia Central, Farmácia do Índio, Farmácia da Azenha e Farmácia Colombo.

Em agosto, Francelino Dias Fernandes oferece a Joaquim da Cunha Vasconcelos a "Revista Jurídica", com doutrina e decisões do Superior Tribunal, da União e outros Estados.

Manoel da Cunha Vasconcelos, a 18.08.1899, comunica o falecimento do amigo Cesar Augusto Moreira Pantaleão, ocorrido às 7 horas da manhã, com 64 anos, solteiro, e filho do Ten. José Gomes Moreira e de Hermelinda Moreira. Pantaleão foi líder republicano. Dia 15.02.1888 apresentou à Câmara um pedido de solidariedade à "Moção de S. Borja". Aprovada a moção, foi suspensa a Câmara e processados os Vereadores.

Em novembro, o Subchefe de Polícia da 5ª Região, em Caçapava, faz saber que pediu exoneração e, por isso, agradece o concurso dedicado e valioso do Município de Dorel. Ainda nesse mês, Aparício Mariense, Independente de S. Borja, comunica que assumiu o cargo para que fora eleito, oferecendo seu leal concurso para tudo que for de interesse público.

No ano de 1900, em janeiro, Antônio da Cunha Tavares conta a Vasconcelos que Camaquã nunca esteve tão triste, abatido e anarquizado, como está sob a administração de Cristóvão, rogando interferência junto a Castilhos.

No mês de março, dia 29, Borges de Medeiros, com a Circular n.º 595, comunica que deseja criar um Museu com produtos naturais, artefatos indígenas, de interesse à zoologia, mineralogia e outras ciências naturais, pedindo apoio e empenho dos Intendentes.

No mês seguinte, João Abbott, Sec. do Interior e Exterior, deseja saber o número de prédios públicos e particulares, urbanos e rurais existentes no município. Já havia pedido o número de escolas particulares e nomes dos diretores; nomes de associações literárias, científicas, dramáticas, musicais, atléticas e bailantes; número de bibliotecas e nome dos proprietários, títulos, revistas, jornais, etc., publicados e outros referentes ao assunto.

A 14 de maio, o Presidente do Conselho Municipal de P. Alegre dirige-se ao de Dorel, informando que ficou estabelecida a divisa entre os dois municípios, "pela Sanga de Guará, Cordilheira de Estância Velha, Vertente do Passinho, terminando em um valo que deságua no arroio Ribeiro", conforme planta anexa. Solicita informações se esse Conselho Municipal está de acordo para fins do Dec. 146, de 29.09.1898 e art. 17 e 18 das Instruções.

No mês de junho de 1900 a Liv. Echenique Irmãos & Cia., lembra que a assinatura de "O País" deve ser renovada.

Jacinto Ferrari, em meados de julho, dá a conhecer que teve aquiescência da Comissão Central da Exposição Estadual para fotografar os pavilhões, solicitando autorização de fotografar o do Município.

dificuldades financeiras, roga inclusão no orçamento do próximo ano um auxílio para a manutenção do mesmo.

Nesse mês Abbott, Sec. do Interior, com objetivo de completar a estatística em 1897, remete questionário, encarecendo a urgência da pronta devolução.

A 26, ainda desse mês, José Narciso Antunes, Intendente de S. Gabriel, comunica que, diante da necessidade de Leis que garantam a indústria pastoril, seu município em 15.12.1896, adotou um Código Rural. Salientando a conveniência de os demais municípios possuírem leis harmônicas, sugere seja encaminhado ao Pres. Borges de Medeiros essa idéia de criar uma lei estadual.

Borges de Medeiros, a 15 de outubro, lembra de, no intuito de aproveitar-se do parque da extinta Exposição Estadual, reunir coleções das espécies que constituem nossa fauna, com o intuito de organizar um jardim ou museu zoológico, para o qual já existem alguns elementos da Exposição, encarecendo o apoio do Município.

Em 1902, no mês de fevereiro, João Albino de Medeiros Sobrinho, informa ao Delegado que em sua carreta que vinha da Barra do Ribeiro a Camaquã, a duas léguas e meia dali, faleceu o passageiro José Tomás Pereira Rodrigues, telegrafista da Repartição Geral dos Telégrafos. Foi testemunha um cidadão estrangeiro intitulado médico, que vinha em condução própria para S. Lourenço e que dará atestado de óbito. O passamento se deu naquele dia às três e meia horas da madrugada.

O Chefe de Polícia, no mês de agosto, lembra a maior relevância policial, como guarda das instituições republicanas e do serviço ordinário da repressão dos crimes, vigiando os inimigos das instituições que prejudicam a boa marcha dos negócios públicos.

Já no ano de 1903 Plínio de Castro Casado, com escritório de advocacia junto à Raimundo Alexandre Pereira, na Rua Gen. Câmara n.º 30, envia em janeiro a procuração solicitada em carta de outubro último.

Em fevereiro, Albino José Ferreira Coutinho, advogado com escritório na Rua da Ladeira n.º 35, oferece seus serviços profissionais para atender apelações, recebimento de dinheiro em repartições públicas, preparar papéis para montepio, meio-soldo, patentes da Guarda Nacional, reclamações, etc. Em outra correspondência do mesmo dia, o referido advogado responde carta do dia 28 passado, dizendo que aguarda as cópias das atas e mais documentos, se houver, da moção de S. Borja o que o foi aceita pela Câmara de Dorés. Solicita apontamentos do processo contra a Câmara, de que Vasconcelos fora advogado. Diz que escreveu para S. Simão em Itu, SP, também pedindo apontamentos.

Leonardo Macedônia, em março, escreve sobre a demarcação da "Fazenda Barba Negra" e a réplica apresentada pelo D. W. Escobar.

O Dr. José Romaguera Correa, pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de Uruguaiana, faz saber que estando elaborando o "Dicionário Geográfico e Histórico do Rio Grande", solicita dados do Município de Dorés, segundo questionário em anexo.

No mês de agosto, a “Firma Seco” agradece ao Intendente o recibo de pagamento do imposto territorial relativo à “Fazenda Boa Vista”, sua e de seu cunhado. Ainda nesse mês Hipólito e Cristina Ribeiro elogiam Vasconcelos em telegrama, como padrão de glória da Nação.

Borges de Medeiros comunica em outubro a Albano Schumacher que a erva-mate exportada ao Uruguai via Santa Vitória, está isento de imposto de exportação municipal.

Em janeiro de 1904, “Leivas Sobrinho & Cia.” anuncia que estabeleceu uma charqueada na fazenda, oferecendo seus serviços, bem como, de Armazém se Secos e Molhados, com sortimento de gêneros de consumo, junto ao Porto de Tapes. Essa firma estava constituída pelos sócios solidários Augusto Florisbello e José Agenor Leivas.

O advogado Albino José Ferreira Coutinho, em fevereiro, solicita mais uma vez, os documentos da adesão contra o 3º Reinado. Só espera esses documentos para escrever sobre o assunto. Necessitando ultimar seu livro “Marcha da Divisão Norte”, encarece o envio do saldo a seu favor.

Também nesse mês J. Abbott, Secretário do Interior, lembra que dia 5 de abril deve ter início o alistamento de eleitores federais, nos termos da Lei 36, de 26.01.1892, com as recomendações do Presidente de providenciar em tempo.

Borges de Medeiros, a 28 de abril, dirige-se ao Intendente lembrando que a “Tribuna” do Rio está em promissora fase sob a direção do jornalista Senador Antônio Azevedo o qual, coadjuvado por Alcindo Guanabara e Joviano Alves, pretende esposar as idéias do Partido Republicano Riograndense, recomendando assinaturas, para o que inclui lista.

Em maio o Dr. Tristão T., Diretor do “Hospício S. Pedro” em P. Alegre, autorizado pelo Presidente, realiza a cobrança do que deve o Município ao hospício pelo tratamento e asilamento de seus alienados e contar de 7 de fevereiro do ano anterior, data em que foi aprovado o Regulamento em vigor, em anexo.

O Juiz João Carvalho Cavalcanti, a 12 de julho, faz saber que nessa data assumiu suas funções de Juiz da Comarca de Camaquã.

Manoel da Cunha Vasconcelos, dia 22 de novembro, dirige-se a Vitória no M. de Oliveira, do “Independente”, agradecendo por ter estampado sua fotografia e biografia com elogiosas referências.

No mês de fevereiro de 1905, Luís Azevedo, da “Fazenda Barba Negra”, agradece e retribui cumprimentos e diz que o dinheiro da alfafa que forneceu seja aplicado em impostos municipal e territorial.

Em meados de abril, Inácio dos Santos Abreu, da “Fazenda Boa Vista”, trata de assuntos partidários.

Augusto Leivas, da “Fazenda Santo Antônio”, em junho, informa ao Delegado que o campo continua a ser invadido por gente que atravessa a divisa com o campo de Manoel Silveira Pacheco, encarecendo providências sobre essa violação da propriedade e atitude provocativa.

Igualmente nesse mês o Dr. Joaquim Tiburcio de Azevedo, Praça Marechal Deodoro 18, trata do recurso à decisão do Juiz da Comarca e pede benevolência para Zeferino Antônio da Silva.

O Chefe de Polícia, no fim de junho, tendo urgência na indagação atinente ao auto de corpo delicto relativo a fatos já ocorridos na Fazenda dos Tapes, encaminhou o Delegado de Encruzilhada Ten. Cel. Avelino Borges que atuará juntamente ou só, na recruta e entrega dos porcos existentes na referida fazenda, providenciando-se quanto à intimações para que os interessados compareçam no lugar, dia e hora indicados.

Da Barra do Ribeiro, em agosto, Cristiano Müller Jansem comunica que o Cel. Azevedo tem se empenhado em fazer a medição da "Fazenda Barba Negra" com o que está de acordo, antes que receba a chamada de Santa Maria, oficiando-se ao Juiz Distrital e tomadas outras providências. Dias depois W. Escobar encaminha petição do Cel. Azevedo ao Juiz, não concordando com o Dr. Antão como perito, sem consultar o Des. André da Rocha ou outro Juiz Togado, conforme § 2º, do art. 29, do Regulamento de 05.09.1890.

No alistamento Geral de 1905, Joaquim da Cunha Vasconcelos, com 48 anos, obtém o Título Eleitoral n.º 467.

Borges de Medeiros, em 28.03.1906, comenta o resultado eleitoral que considerou satisfatório, pois foi alcançada a vitória de 66 votos sobre os adversários que compareceram às urnas a sufragar o Dr. Afonso Pena.

Borges acrescenta a Vasconcelos que "nessa terra, onde sois prestígio patriarcal e zeloso guardador da tradição republicana", deve ter todo o cuidado no trabalho de alistamento. Diz que não pode nomear professores interinos e que também está impedido de nomear inspetor escolar dessa zona seu cunhado Cap. José Antônio Lopes, porque para esse cargo tem preferido, por motivo de ordem econômica, professor ativo ou em disponibilidade.

"A Federação dos Estudantes do Rio Grande do Sul", em 28 de agosto de 1906, "comunica que foi fundada dia 10, cujos fins principais são advogar os interesses dos estudantes neste Estado e promover o seu desenvolvimento intelectual e físico". Informara que dia 27 havia sido eleita a seguinte diretoria provisória: Presidente de honra o Alferes-aluno Justino Ribeiro Franco, Presidente efetivo Bacharelando Euríbiades Dutra Vila, 1º Secretário Salustiano Cardoso Espíndola, 2º Secretário Plínio da Costa Gama, Tesoureiro Geral Alberto Goetze e Adjuntos de Tesoureiro Reinaldo Geier, Henrique Alves de Araújo, Fernando Pereira de Abreu, Francisco José Pinto e Antônio Assendino Machado.

O Dr. Ernst Von Rassewitz, em março de 1907, informa que tendo sido incumbido pela Comissão Executiva do 6º Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia de apresentar relatório sob a pesquisa da Moléstia Hidatídica no Brasil, percebendo a falta de material estatístico para o trabalho, pede, de Santa Vitória do Palmar, onde se encontra, o preenchimento do questionário que junta. Nesse questionário pergunta a extensão do Município de Dorcas de Camacã, a população em 1896 e 1906, urbana e rural, o número de gado bovino, e suíno e, bem assim, o número de cachorros existentes, tudo em cada ano referido.

Borges de Medeiros, no início de junho, comunica que a 16 de maio a Comissão Central indicou o Dr. Carlos Barbosa Gonçalves para Presidente do Estado e,

por isso recomendava a observância, na eleição prévia, das instruções organizadas, para revestir o ato de toda solenidade.

Em meados de abril de 1908, de P. Alegre, Antão de Farias informa que terminou o cálculo da medição da “Sesmaria do Capão do Meio” que continha área de 171.636.800 metros, ou 11.820 braças e sete palmos; e a área das sobras sendo, conseqüentemente, de 2.820 braças e sete palmos de légua.

Alfredo Ferreira Rodrigues, em seu Almanaque de 1911, refere que em 1908 teria havido uma enorme praga de ratos que infestou Barra do Ribeiro, Dolores de Camaquã, São João Batista e S. Lourenço, exigindo métodos especiais de extermínio. Conta que em uma noite, José Wagner teria matado cerca de 2.000 ratos.

Manoel da Cunha Vasconcelos termina o mandato de Intendente em 30.09.1908, permanecendo na Chefia do Partido, sendo substituído pelo Intendente eleito Manoel da Silva Pacheco.

A 24 de março de 1909, Cunha Vasconcelos dirige-se ao Presidente Carlos Barbosa Gonçalves dizendo que recebeu de seu primo e amigo Cel. Avelino Machado Borges informe atinente à nomeação de Subdelegado de Polícia, fazendo igual comunicação ao chefe e amigo Borges de Medeiros.

Em janeiro de 1910 Wenceslau Escobar comunica-se com Cunha Vasconcelos perguntando se aceitava procuração a respeito da medição dos campos de Carlos Costa, referindo os problemas existentes.

Manoel da Cunha Vasconcelos faleceu a 19.04.1910 em Dolores de Camaquã, às 8 horas da manhã, onde havia nascido a 21.01.1851 e batizado a 12.04.1852. Era filho de Antônio da Cunha Vasconcelos, natural da Ilha Graciosa, nos Açores, e de Maria Angélica Tavares Vasconcelos, natural de Dolores. Foram seus avós paternos Joaquim Francisco de Souza e Francisca Gil de Vasconcelos, ambos naturais da Ilha Graciosa e avós maternos, José Rodrigues Tavares, natural de Santo Amaro e Firmina Carolina da Cunha, natural de Triunfo. Foi casado com Justina Lopes Vasconcelos, com quem teve os seguintes filhos: Leônidas Espartano, Aristides Cesar, Alcibiades Ateniense, Juvenal Latino, Maria Celênia, Maria Angélica, Maria Letícia e Manoel Osório.

O irmão de Manoel Joaquim da Cunha Vasconcelos, em eleição procedida a 19.12.1910, por unanimidade, tornou-se Chefe do Partido republicano Dolorense.

Depois da morte de Manoel da Cunha Vasconcelos desenvolveram-se as tentativas de transferir a sede municipal de Dolores para o porto de Tapes.

No governo do Presidente Carlos Barbosa Gonçalves, como medida preliminar, conseguiram, com o Dec. 1.692, de 23.01.1911, o seguinte: “É suprimido o município de Dolores de Camaquã para ser anexado ao de Porto Alegre”.

Não obstante essa providência, não alcançaram o objetivo de transferência. Decorridos dois anos e cinco meses, já no Governo de Borges de Medeiros, com o Dec. 1.993, de 25.06.1913, “fica restabelecido o município de Dolores de Camaquã extinto pelo Dec. 1.692...”

Com o restabelecido do Município de Dolores, a 1º de julho de 1913, assumiu o cargo de Intendente Provisório Inácio dos Santos Abreu.

Borges de Medeiros, em fevereiro de 1914, comunica a Joaquim da Cunha Vasconcelos que, por sua indicação, o Ministro da Fazenda o nomeará agente fiscal efetivo da 15ª Circunscrição.

No fim do mês de julho de 1915, Salvador Pinheiro e Protásio Alves solicitam a Joaquim manter as mais amplas liberdades de voto e filiação, para o pleito de 2 de agosto.

Ainda no século passado e no início do séc. XX, os resultados das eleições municipais, estaduais e federais, foram transcritos no Livro de Notas dos Tabeliães.

Como já foi referido, colheram-se estas informações no fundo documental deixado por Manoel da Cunha Vasconcelos, o que equivale a dizer, na correspondência por ele recebida como Intendente, Delegado de Polícia ou como líder político. Este teve contato com os maiores nomes da época, inclusive na área profissional.

Correligionário e amigo de Castilhos desde a propaganda, foi assinante da "Ata da Fazenda da Reserva", líder na adesão à Câmara de S. Borja, conservou-se sempre ao lado de Castilhos até na época das desavenças e ruptura entre os republicanos, tendo sido o maior líder regional da Revolução de 1893. O prestígio de seu nome, foi escrito por A.A. Borges de Medeiros: "nessa terra onde sois prestigioso patriarca e zeloso guardador da tradição republicana..."

Como foi dito, Joaquim da Cunha Vasconcelos substituiu seu irmão Manoel, na Chefia do Partido Republicano de Dorcas de Camaquã em 1910.

Na revolução de 1893, a 16 de dezembro, foi nomeado Comandante do 35º Corpo Provisório, no posto de Ten. Cel. tendo atuado durante todo período revolucionário. Na paz exerceu as funções de Juiz Distrital e, por fim, como Agente Fiscal Federal.

Faleceu em sua terra natal (Dorcas) a 27.02.1920, às 21 horas, com 62 anos de idade. Foi casado com D. Edwiges Lopes da Cunha Vasconcelos, de cujo matrimônio ficaram os seguintes filhos: Dejanira com 20 anos, Antônio com 18 anos, Cesar com 15 anos, Ida com 11 anos, Delcia com 9 anos e Apolinário com 5 anos.

Entre esses filhos destacou-se Cesar da Cunha Vasconcelos, nascido a 24.05.1904, onde foi batizado a 25.12.1906. Coursou de 1924 a 1932 Humanidades, Filosofia e Teologia no Seminário de S. Leopoldo, recebendo ordenação a 01.01.1933. Foi vigário da Paróquia de S. Sebastião em P. Alegre até 30.01.1941, quando ingressou na Ordem Franciscana onde fez profissão a 31.01.1945, passando a chamar-se Frei Felfício O. F. M.

Depois de ter regido a Cadeira de Teologia Pastoral no Convento de Petrópolis, Estado do Rio, foi nomeado Superior dos Pregadores Missionários de Florianópolis.

Tornou-se Bispo, sagrando-se a 29.06.1949, da Diocese de Penedo, Alagoas. A 14.07.1957 voltou a Florianópolis, como Arcebispo titular de Varissa e Coadjutor do Arcebispo de Florianópolis, com direito a sucessão.

Transferido, com o nome de D. Frei Felfício Cesar da Cunha Vasconcelos tomou posse a 03.04.1967 como 3º Arcebispo Metropolitano de Ribeirão Preto, SP, tendo falecido a 11.07.1972, em cuja Catedral foi sepultado.

Como tantos Cunha Vasconcelos ilustres nascidos em Dores de Camaquã, o Governo Estadual com o Dec. 7.589, de 29.11.1938 a denominou “Vila Vasconcelos”. Hoje é o Município de Sentinela do Sul.

AS FRONTEIRAS NA REGIÃO PLATINA

Moacyr Flores

A noção de fronteira modifica-se ao longo do tempo e não é igual em todos os setores de uma mesma sociedade. Enquanto o Estado estabelece que a fronteira é o limite do território de nação em relação à outra nação, as forças armadas, preocupadas com invasões e conquistas, traçam planos de geopolítica, considerando a fronteira como uma linha de segurança nacional, garantindo a nacionalidade e gerando o patriotismo. Nesse caso a fronteira é tida como o muro que cerca a propriedade familiar, e deve ser defendida a qualquer custo por motivo de segurança e sobrevivência.

Inicialmente as novas terras descobertas por Portugal e Espanha estiveram marcadas pelas bulas pontifícias, pois no século XVI a Santa Fé era considerada pelos povos cristãos como o único tribunal da paz internacional. Tanto a política internacional como a nacional passou a preocupar-se em reduzir os infiéis à fé católica no ato de conquistar novas terras.

No Novo Mundo a fronteira entre o espaço cristão e o dos gentios foi mais marcante do que a imprecisa Linha de Tordesilhas. O espaço cristão era dos seguidores de Cristo, civilizado pelas vilas e cidades, organizado pelos cabildos e câmaras municipais, regrado pelas ordenações do reino, marcado pelo pecado, pela confissão, pela penitência e pelo perdão. O medo do Santo Ofício regulava as relações entre os colonos, tolhia as criações literárias, inibia os instintos e controlava as heresias. Nos regulamentos do Santo Ofício português a maior falta era a inconfidência ao rei, vigário de Cristo, punida com morte natural na força, esquartejamento e maldição até a terceira geração.

O espaço dos gentios era o reino do demônio, do pecado, dos vícios, da desorganização, do canibalismo, dos feiticeiros e do pecado gerado pela sensualidade desenfreada das índias. Era o espaço dos selvagens, dos bárbaros, onde dominavam os demônios que deveriam ser esmagados como a Virgem esmagou a cabeça da serpente. No imaginário indígena as forças do mal não fazia o ser humano pecar. Não havia pecado abaixo da linha do Equador, conforme afirmou frei Vicente Salvador no início do século XVII.

Nas regiões drenadas pelos rios Paraguai, Paraná e Uruguai os guaranis formavam uma unidade cultural através das relações dentro do teko-hã, mantido pe-

las tradições, costumes, interação social e organização tribal. Essa unidade será rompida com a chegada dos missionários, que a serviço de Deus e da Real Majestade, separou os guaranis em missioneiros cristãos e selvagens do exército do demônio.

Em sua obra *Conquista Espiritual*, o padre Ruiz de Montoya escreve mais sobre o demônio, do que sobre Deus ou Cristo. O padre missionário Antônio Sepp, antes de lavrar a terra, deu a benção para expulsar os demônios que durante séculos reinaram nestas terras. O beato José de Anchieta, em seu poema *Dos feitos de Mem de Sá*, louva a matança de índios infiéis porque assim diminuía os soldados dos demônios. Em sua peça teatral *Auto da Festa de S. Lourenço*, os demônios falam em tupi e os anjos e santos falam em português. No discurso do colonizador estabelece-se a raia entre cristãos e infiéis, entre Deus e o demônio, entre os civilizados e os selvagens. Tudo que é bom e santo vem de Portugal, tudo que é mau e demoníaco vem dos índios tupi.

Essa mentalidade influiu na cultura brasileira. O tupi e o guarani, que chegaram a ser linguagem do campesino e caboclo, desapareceu, considerado como coisa bárbara. Hoje a população rural no Rio Grande do Sul não fala mais o guarani, embora grande parte dos acidentes geográficos tenham nomes indígenas, como Itapuã, Jacuí, Taquari, Itacolomi e etc.

As reduções ou aldeamento de índios cristãos pelos jesuítas, na chamada província jesuítica do Paraguai, não serviram apenas para separar os soldados de Cristo dos soldados do demônio. As reduções ou pueblos, com os missioneiros transformados em súditos do rei de Espanha, serviram para garantir a navegação nos rios Paraguai, Paraná e Uruguai, convertendo ou matando os índios que impediam a livre passagem.

Em várias cartas dos jesuítas encontra-se a referência de que os pueblos serviam de fronteira ao sistema colonial espanhol. A idéia de que as reduções formavam um espaço ou província à parte, está presente nas relações e cartas anuais. No relatório de 1640, ao narrar a situação da redução de *Nuestra Señora de los Reyes de Yapeiu*, o missionário informa que

Esta redução é a mais trabalhosa de todas, porque está mais afastada e por ser a gente dela mesclada de várias nações por ser a fronteira dos índios yarós e charruas.¹⁰

Diante do ataque eminente da expedição em bandeira de Jerônimo Pedroso de Barros, os padres jesuítas reuniram 2.000 índios em Caraguá e organizaram uma rede de sentinelas até o Salto, no rio Uruguai. O provincial padre Cláudio Ruyter justificou o fato de os missioneiros não combatentes abandonarem a redução de Santa Teresa, no Mbororê, pois a região era considerada pelos missionários como fronteira com o espaço português:

(10) Coleção de Angelis I-29-7-29. In CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e Bandeirantes no Tape*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1969, p. 175.

encarreguei ao pe. Altamirano cuidasse daquela fronteira, pois de seus dependia o bem das reduções.

Um dos fatores geográficos que influíram no ritmo de expansão e desenvolvimento das reduções jesuíticas, foi a rede hidrográfica como elemento de coesão entre os povoados (pueblos) que se situaram ao longos dos cursos de água como as contas de um rosário, garantindo a navegação.

O princípio de *uti possidetis* servia de base à política de fronteiras: a ocupação do território por súditos do rei definia a fronteira. Os missioneiros, como súditos do rei, formavam a vanguarda com suas milícias na fronteira até que muda a conjuntura política, tornando-se desnecessária a marcação dos espaços através dos povoados indígenas.

A partir do tratado de Madrid, em 1750, a raia passa a ser balizada por marcos chantados nos pontos elevados dos divisores de águas. Surge uma nova forma de fronteira, estabelecida pela geopolítica, que traça planos de defesa e ataque do território, pois no imaginário militar, o vizinho passa ser o inimigo em potencial. Com o Tratado de Madri as reduções perderam sua função de balizamento das fronteiras entre o mundo português e espanhol.

Quando acontece a expulsão dos missionários da Companhia de Jesus, os guarani missioneiros se esparramam pela Campanha, trabalhando como peão, tropeiro, artesão e soldado, ignorando as fronteiras políticas. No Rio Grande do Sul misturaram-se com a população de baixa renda e desde 1772 foram obrigados a adotar nome e sobrenome em português. A partir de 1820 os livros paroquiais de batizado, casamento e óbito não registram mais a origem indígena, todos os índios cristãos que vivem nos aglomerados urbanos ou trabalham como campeiros são considerados portugueses. Desfez-se assim a fronteira cultural, restando apenas alguns vocábulos guaranis na linguagem corrente e o uso de topônimos indígenas.

Outro tipo social que ignorou as fronteiras foi o gaúcho/gaúcho que atravessou as fronteiras políticas e tornou-se símbolo de formação nacional. Transformado em mito, o gaúcho serviu de referencial para o desenvolvimento da literatura romântica, originando centros de tradições gauchescas que realizam espetáculos e se unem em torno do culto às tradições.

Historiadores como Moysés Vellinho, Guilhermino César e Manoelito de Ornellas procuraram traçar diferenças entre o gaúcho rio-grandense e o gaúcho platino. O gaúcho rio-grandense seria diferente porque foi civilizado pela estância e pela cidade, não era *gaúcho malo*, estava inserido numa sociedade reordenada. Já Manoelito de Ornellas criativamente e sem bases históricas considera o gaúcho rio-grandense como originário das tradições árabes, enquanto o gaúcho platino provinha de uma mistura com os índios charruas. Moisés Vellinho aponta o gaúcho como um tipo social, composto de aventureiros portugueses, castelhanos, índios e mestiços, ligados à exploração da Vacaria do Mar.

Vellinho, em sua obra *Capitania D'El Rei*, em 1964, e *Fronteira*, em 1975, defende a idéia de que o Rio Grande do Sul tem o mesmo sangue, o mesmo legado cultural e as mesmas raízes do restante do Brasil; seu regionalismo deve-se princi-

palmente à sua situação de fronteira. A ameaça vinha sempre do outro lado da fronteira pela anarquia caudilhesca que reinava na região platina. Na fronteira meridional influíu mais a geografia política do que a geografia física, onde o homem vivia numa fronteira a sangrar, com o cheiro e clamores de guerra, onde as tropas de linha não recebiam fardamento, nem alimentos adequados e os milicianos dedicavam-se ao contrabando e ao saque do gado do inimigo. As lutas de fronteira acirraram os sentimentos nacionalistas, emaranhados na política externa do Império do Brasil.¹¹

A política externa portuguesa e depois a do Império brasileiro orientaram-se para garantir a navegação no estuário do rio da Prata, surgindo uma política de concentração de tropas militares no Rio Grande do Sul, de planos de ataque e de defesa diante uma possível invasão castelhana, numa paranóia que atingia os bancos escolares. As estradas de ferro no Rio Grande do Sul foram traçadas de acordo com estratégia militar e não em busca de regiões produtivas; as bitolas eram estreitas para impedir que comboios invasores percorressem as linhas rio-grandenses; proibiram construções de indústrias na zona de fronteira para evitar que fossem usadas pelo invasor.

Apesar da mentalidade gerada pela geopolítica militar, as populações da fronteira uniram-se pelo comércio, pelo contrabando, por casamento e compadrio. Em 1634 quem fornece gado para as reduções jesuíticas da Província do Paraguai é o português Manoel Alpoim, que tem estância em Corrientes. Comerciantes portugueses localizados em Buenos Aires mantêm o comércio com a Colônia de Sacramento. Oficiais da tropa do Gen. Lecór, quando invadem Montevidéu, casam com moças uruguaias. Na batalha do Passo do Rosário encontram-se o Cel. Juan de Lavalleja em frente à cavalaria brasileira comandada pelo seu compadre Bento Gonçalves da Silva e dos milicianos uruguaios chefiados pelo Ten-Cel. Isás Calderón; o Brig. João Calado, com sua infantaria sustentou o ataque da cavalaria argentina comandada por seus dois cunhados Inácio e Manuel Oribe.

Durante a Revolução Farroupilha, 1835-45, os revolucionários rio-grandenses organizaram a República e realizaram tratados internacionais.

Em 21 de agosto de 1838, a República Rio-grandense assinou o tratado de Canguê com D. Frutuoso Rivera, reconhecendo-o como o único Presidente da República Oriental do Uruguai e este reconhecia a independência do Rio Grande do Sul; as tropas imperiais seriam expulsas do Uruguai e suas armas e munições entregues aos rio-grandenses; Rivera comprometia-se a entregar 3.000 cavalos e os rio-grandenses auxiliariam com tropas militares ao caudilho oriental. Rivera fez jogo duplo pois, recebendo dinheiro do Império do Brasil, fingia apoiar os rio-grandenses.

Em 28 de dezembro de 1841, o Ministro Domingos José de Almeida, representando a República Rio-grandense, e José Luís de Bustamonte assinaram o segundo tratado, formando uma aliança para invadir a Província de Entre Rios. A República Rio-grandense forneceria um contingente de 500 homens de infantaria

(11) VELLINHO, Moisés. *Capitania D'El Rei*. P. Alegre: Globo, 1964. Idem. *Fronteira*. P. Alegre: Globo, 1975.

e 200 de cavalaria, para depor o Presidente de Entre Rios, retornando ao Rio Grande do Sul após a operação militar. Em troca, Frutuoso Rivera forneceria 1.000 cavalos aos rio-grandenses. A convenção nunca foi executada.

O Ministro José Pinheiro de Ulhoa Cintra, em 1842, foi credenciado pela República Rio-grandense como Ministro plenipotenciário para celebrar tratados com as províncias de Entre Rios, Santa Fé e com o Paraguai.

Em 29 de janeiro de 1842, José Pinheiro de Ulhoa Cintra, delegado da República Rio-grandense assinou com Manoel Leivas, representante do General Pedro Ferré, Presidente de Corrientes que lutava contra Juan Manoel de Rosas, uma Convenção em que dos artigos 1º ao 4º tratam de amizade e comércio. Do 5º ao 7º, estabelecem repressão relativa a qualquer intromissão clandestina de toda a espécie de propriedade, garantindo bens e pessoas rio-grandenses, residentes em Corrientes. No item 8º se comprometem a manter perfeita neutralidade nas lutas políticas regionais. Do artigo 9º ao 13º combinam o desarmamento de grupos que invadissem ambos os territórios e que fossem contrários às causas que defendiam, comprometendo-se a estipularem uma aliança ofensiva e defensiva contra os governos perturbadores da paz e tranquilidade dos países contratantes. Nos itens seguintes o governo de Corrientes se comprometia a empregar sua influência para que os governos de Entre Rios e Santa Fé celebrassem igual convenção com os rio-grandenses, e que tudo faria para que a República Rio-grandense fosse reconhecida pelo governo argentino, em seguida ao triunfo contra Rosas, prestando os correntinos aos farroupilhas "todos os auxílios e elementos de guerra necessários para terminar a luta contra o Império do Brasil".

Quando a Guerra Civil já declinava, José Maria Vida, representante de Frutuoso Rivera, e Daniel Gomes de Freitas, delegado da República Rio-grandense, assinaram em 6 de março de 1844 a Convenção de Quarai com a finalidade de terminar com "as dissensões desastrosas que afligiam ambos os países". As operações militares deveriam se limitar às guerras de recursos e só em caso extremo se reuniriam as forças convenientes de ambos os exércitos. Cogitaram da necessidade de entrarem em entendimento com o governo de Corrientes no sentido de celebrarem uma convenção recíproca. Estipularam que a paz com o inimigo dos contratantes não poderia ser feita sem consentimento e aprovação de ambos os governos. O caudilho Rivera tentava ser o mediador da paz entre a República Rio-grandense e o Império do Brasil. O Barão de Caxias não aceitou a mediação de Rivera, tratando diretamente com os revolucionários os termos de concessão de anistia.

Em nenhum de seus tratados a República Rio-grandense cogitou em formar o sonhado quadrilátero de Artigas; realizou apenas convenções de auxílio mútuo e de garantir que o porto de Montevideu continuasse a abastecer os rio-grandenses com armas, munições, roupas e alimentos.

As relações do caudilho D. Frutuoso Rivera com os revolucionários rio-grandenses eram facilitadas pelo fato dele ter sido oficial do exército de Lecór, durante a ocupação de Montevideu, e compadre do General Bento Manoel Ribeiro, que ora lutou ao lado dos republicanos, ora ao lado do Império.

No imaginário popular firmou-se o ideal da pequena pátria, livre e independente. Ainda hoje há movimentos separatistas no Rio Grande do Sul, com o objetivo de chamar a atenção política.

Após 1870, o militarismo brasileiro voltava-se para a política interna, elegendo deputados, senadores e fazendo ministros, culminando com o golpe militar do Marechal Manoel Deodoro da Fonseca que, em 15 de novembro de 1889, derrubou a monarquia e implantou o governo republicano, sem o conhecimento ou consentimento do povo brasileiro.

Durante a República continuamos desconfiados com o perigo que vinha da região Platina. A compra de armas ou de navios de guerra, tanto pela Argentina como pelo Brasil, geravam desentendimentos diplomáticos e atritos pelos periódicos. Qualquer atrito externo punha em perigo a segurança nacional, numa paranóia que não era acompanhada pelos moradores das fronteiras, que continuavam fazendo comércio, contrabando e casamento com pessoas do outro lado da raia. Os perseguidos políticos continuavam buscando abrigo do outro lado da fronteira. Gumerindo Saraiva, Aparício Saraiva, com familiares dos dois lados da fronteira, lutaram nas revoluções do Uruguai e do Rio Grande do Sul. Os revolucionários rio-grandenses, do Partido Federalista, reuniram-se em Tacuarembó e Melo, para invadirem o Rio Grande do Sul em 1893, tentando derrubar a ditadura positivista de Júlio de Castilhos. Com a derrota, novamente buscaram o abrigo no outro lado da fronteira.

Com o golpe militar de 31 de março de 1964, a segurança nacional baseou-se na ideologia da Escola Superior de Guerra, que buscava a segurança dos que estavam no poder. A política de segurança nacional abandonou o perigo do inimigo externo e passou a considerar o inimigo interno que se opõe à ditadura militar. O Serviço Nacional de Informações estabeleceu extensa rede de controle dos cidadãos, que perderam grande parte de seus direitos políticos, enquanto o Congresso Nacional foi fechado quatro vezes e a Constituição substituída por Atos Institucionais. Os militares ocuparam os principais cargos públicos, desencadeando o desenvolvimentismo, chamado de milagre brasileiro, nos anos 70, mas que mergulharam o Brasil numa impagável dívida externa. Durante o governo militar, vários militantes de esquerda e líderes políticos buscaram refúgio no outro lado da fronteira. Artistas e intelectuais cruzaram as raia políticas e físicas, buscando uma integração por meio da língua, das artes e da cultura.

Em 1975, na cidade de Santa Rosa, Rio Grande do Sul, realizou-se o I Simpósio Nacional de Estudos Missionários, reunido pesquisadores do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Esse Simpósio, que continua se realizando de dois em dois anos, originou as Jornadas Internacionais sobre as Missões Jesuíticas, que em outubro reunirá em Marechal Rondon, Paraná, um grupo de pesquisadores e historiadores de diversos países. Em Montevidéu, a Junta Regional de Historia y Estudios Conexos realizou encontros nacional e regional de História. Historiadores, arqueólogos, urbanistas, literatos e artistas multiplicaram encontros internacionais, tomando a iniciativa de integração cultural antes das iniciativas governamentais.

Por uma ironia, são as pressões internas que provocam a queda do regime militar em 15.3.1985, surgindo uma nova era no Brasil e uma busca de integração com todos os brasileiros e com outros povos.

A partir de 1991 altera-se novamente o conceito de fronteiras com a criação do MERCOSUL. As universidades rio-grandenses realizam cursos, encontros e seminários sobre fronteiras e comércio internacional, editando livros e estudos, buscando novas formas temáticas integradoras. Creio que a pesquisa histórica sobre as relações de fronteira tornam-se importantes para que possamos conhecer os sinais de identidade de cada país, através do estudo de sua formação, e assim manter o respeito mútuo no processo de integração cultural.

BIBLIOGRAFIA

- ALVEAR, Diego de. *Relación geográfica e histórica de misiones*. In Colección Pedro de Angelis, vol. V, Buenos Aires: Plus Ultra, 1970
- ANCHIETA, José de. *De Gestis Mendi de Saa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1958
- CALÓGERAS, João Pandiá. *A política exterior do Império*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927
- CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e bandeirantes no Tape*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1969
- FLORES, Moacyr. *Colonialismo e missões jesuíticas*. Porto Alegre: EST, 1986
- FLORES, Moacyr. *Modelo Político dos Farrapos*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1978
- MENDONÇA, Renato de. *Fronteira em Marcha – ensaio de geopolítica brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1956
- MONTOYA, Antônio Ruiz de. *Conquista Espiritual*. Porto Alegre: Martins, 1985
- SOARES, José Carlos de Macedo. *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1939
- VIANA, Hélio. *História diplomática do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1958